

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LEITURA: ESTUDOS LINGUÍSTICOS,
LITERÁRIOS E MIDIÁTICOS

Fabício Leo Alves Schmidt

PALAVRAS E EFEITOS DE SENTIDO: REGISTROS DA REPRESSÃO CONTRA
PROFESSORES DA UFRGS NA DITATURA MILITAR

Santa Cruz do Sul

2022

Fabício Leo Alves Schmidt

**PALAVRAS E EFEITOS DE SENTIDO: REGISTROS DA REPRESSÃO CONTRA
PROFESSORES DA UFRGS NA DITATURA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Área de Concentração em Leitura: estudos linguísticos, literários e midiáticos, Linha de Pesquisa em Estudos Linguísticos e Cognição.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Renê Ayres

Santa Cruz do Sul

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Schmidt, Fabrício Leo Alves

PALAVRAS E EFEITOS DE SENTIDO: REGISTROS DA REPRESSÃO CONTRA
PROFESSORES DA UFRGS NA DITATURA MILITAR / Fabrício Leo Alves
Schmidt. – 2022.

131 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Santa Cruz
do Sul, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Renê Ayres.

1. Ditadura Militar. 2. Discurso. 3. Repressão. 4.
Sujeito-professor. 5. Comunista. I. Ayres, Carlos Renê. II.
Título.

Fabício Leo Alves Schmidt

**PALAVRAS E EFEITOS DE SENTIDO: REGISTROS DA REPRESSÃO CONTRA
PROFESSORES DA UFRGS NA DITATURA MILITAR**

Esta dissertação foi submetida à banca do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Leitura: estudos linguísticos, literários e midiáticos; Linha de Pesquisa em Estudos Linguísticos e Cognição da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Prof. Dr. Carlos Renê Ayres

Profa. Dra. Maria Cleci Venturini – 1

Profa. Dra. Angela Cristina Trevisan Felippi - 2

Santa Cruz do Sul

2022

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que de uma maneira ou outra lutaram incansavelmente para que fosse possível a existência da democracia em nosso país e, em especial, aos que contribuíram para a concretização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória até esse momento se deve, em grande parte, às oportunidades, ao suporte e apoio de algumas pessoas especiais e, por essa razão, sinto-me movido a agradecer. O primeiro agradecimento é, indubitavelmente, a Deus por me conduzir sempre com um olhar de solidariedade, pautando minhas relações pelo amor, pela tolerância e permitindo acreditar numa sociedade mais justa e igualitária.

Gratidão também a meus pais, Vernildo Leo Schmidt e Loveli Lopes Alves Schmidt, pessoas incansáveis na luta por educar seus filhos e torná-los o que são hoje. Por diversos momentos, serviram de porto seguro para minhas angústias, conforto imensurável para meu coração. Ao meu professor, orientador e amigo, professor Carlos Renê Ayres por suas orientações e, principalmente, conselhos, tanto na esfera profissional como também particular. Nossos caminhos se entrelaçaram há muito tempo e espero que nossa amizade e relação perdurem ao longo dos tempos.

Agradeço à UNISC pela concessão da bolsa parcial de estudo, dando-me a oportunidade de concretizar esse tão almejado sonho. Aos professores do PPGL (Programa de Pós-Graduação em Letras): Rosângela Gabriel, Ângela Cogo Fronckowiak, Rafael Guimarães, Rosane Cardoso, Fabiana Piccinim, Ana Claudia Munari Domingos, Ângela Cristina Trevisan Felippi, Felipe Gustsack. Aos meus colegas do Mestrado que trilharam esse percurso junto comigo, compartilhando etapas, momentos lado a lado, de trocas, de saberes construídos e vínculos os quais se formaram.

Gostaria de agradecer a duas pessoas especiais, uma vez que, sem elas, não teria concretizado esse sonho, pois representaram o apoio e a força para a resiliência: Dimitrios M. Emmanouilidis, Elieti R. Rigon Emmanouilidis por confiarem na concretização desse trabalho. Pessoas que tive o prazer de conhecer ao longo da minha trajetória e que moram em um pedacinho do meu coração. Meu muito obrigado por fazerem parte da minha existência. Gostaria também de agradecer a uma pessoa especial que representou a energia e o movimento para escrever cada palavra dessa dissertação. É preciso dizer que seu sorriso, seu olhar, seu carinho foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. Muito obrigado, Bruna Emmanouilidis, pois juntos aprendemos muito, aprendemos tudo. Aprendemos a

superar nossos limites e pudemos sorrir como duas crianças sem pressa e sem medo do devir.

Essa trajetória, com certeza me modificou. Aprendi muito com cada um. Quis ainda o tempo, senhor de nossas existências, que vivêssemos uma pandemia mundial. A Covid-19, portanto, veio para lembrar a todos que somos passageiros nessa grande e desafiadora aventura humana. Aprendemos a reconhecer nossas fraquezas, mas também aprendemos que somos capazes de resistir, quando acreditamos na ciência e fazemos à nossa parte, quando somos solidários, quando partilhamos objetivos.

Essa dissertação, portanto, inscreve-se em um tempo de incertezas e instabilidades para a Democracia tão jovem de nosso país e serve também de um alerta para o que já vivemos, pois na rede de memória há sempre algo que volta e resiste.

Motivação em meio ao caos com Fé e esperança
Acreditando que o amor possa trazer mudança
Que o sentimento puro no sorriso da Criança
Possa ensinar o ser humano a ter esperança
Pra caridade ser maior do que a arrogância
Que a ignorância de lugar ao amor que traz mudança
Que a militância ente amor e ódio
Seja extinto
Que reine a paz e que a guerra fique só nos livros
Porque choramos mais por mortos do que pelos vivos
Corremos em prol de um ego pra nos sentir vivos
Que a caridade e a bondade Seja nosso instinto
Que Deus proteja e seja luz para o nosso caminho
Que a motivação de amar Seja rotina em nós
Que a palavra te alcance pela nossa voz
Que a motivação da vida desate os nós
Que bloqueia o sentimento do amor em nós [...]"

(Unção 23, 2020)

RESUMO

Neste estudo, analisamos discursos que se textualizam em documentos, inquéritos e registros, relativos a professores do Ensino Superior no Estado do Rio Grande do Sul, nos anos iniciais da ditadura militar imposta pelo Golpe de 1964. Buscamos problematizar como esses discursos produzem efeitos de sentidos referentes à militância desses professores e como foram discursivados pelo aparelho repressor do Estado autoritário. Observamos o modo como foi documentado o movimento do sujeito-professor sob o julgamento do aparato persecutório, colocando em jogo a língua em seu funcionamento discursivo, marcada pelo simbólico, uma vez que carrega no percurso do dizer algo que já faz sentido, pelo que já existe em um imaginário social pré-construído e socialmente materializado (PÉCHEUX, 1997). Interessamos avaliar como esses discursos se textualizam e circulam nos documentos produzidos pelo sistema. Nossa pesquisa se inscreve nos estudos da Análise de Discurso francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux (1997) e seus entrecruzamentos com Foucault e Althusser, bem como nos estudos de Eni Orlandi (2005) entre outros pesquisadores. Para o nosso gesto de leitura, elegemos como corpus alguns documentos relativos aos expurgos de professores na UFRGS e encontrados em registros no Arquivo Nacional no acervo digitalizado e disponível para consulta pública. Em nossa análise, compreendemos que as palavras se movimentam e produzem efeitos de sentidos a partir dos processos de constituição, formulação e circulação nos discursos presentes nesses documentos e remetem a uma memória do tempo da ditadura militar, aliada a uma postura ideológica pautada pelo combate ao comunismo e aos opositores do sistema que se mantinha pelo controle do que podia ser dito, tendo imposto limitações a direitos constitucionais. Essa memória e esse discurso justificavam a repressão a qual servia de mecanismo de controle e sustentação do regime imposto à sociedade e, ao mesmo tempo, era a base para a modalização das investigações policiais e dos efeitos de sentidos do discurso a respeito os professores envolvidos.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Discurso. Repressão. Sujeito-professor. Comunista. Efeitos de sentido.

ABSTRACT

In this study, we analyze discourses that are textualized in documents, surveys and records, related to Higher Education teachers in the state of Rio Grande do Sul, in the early years of the military dictatorship imposed by the 1964 Coup. We seek to problematize how these discourses produce meaning effects related to the militancy of these teachers and how they were discoursed by the repressive apparatus of the authoritarian State. We observed the way in which the movement of the subject-teacher was documented under the judgment of the persecutory apparatus, putting language into play in its discursive functioning, marked by the symbolic, since it carries in the flow of saying something that already makes sense, for what already exists in a pre-constructed social memory that is socially produced (PÊCHEUX, 1997). We are interested in evaluating how these discourses are textualized and circulated in the documents produced by the system. We are interested in evaluating how these discourses are textualized and how they circulate in the documents produced by the system. Our research is inscribed in the studies of French Discourse Analysis, developed by Michel Pêcheux (1997) and its intersections with Foucault and Althusser, as well as in the studies of Eni Orlandi (2005) among other researchers. For our reading gesture, we chose as corpus some documents related to the purges of professors at UFRGS and found in records in the National Archive in the digitalized collection and available for public consultation. In our analysis, we understand that words move and produce meaning effects from the processes of constitution, formulation and circulation in the discourses present in these documents and refer to a memory of the time of the military dictatorship, allied to an ideological posture guided by the fight against communism and the opponents of the system that was maintained by the control of what could be said, having imposed limitations on constitutional rights. This memory and this discourse justified the repression that served as a control and support mechanism for the regime imposed on society and, at the same time, was the basis for the modalization of police investigations and the effects of the discourse's meanings regarding the teachers involved.

Keywords: Military dictatorship. Discourse. Repression. Subject-teacher. Communist. Effects of meaning.

LISTA DE SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

AD – Análise do Discurso

AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

AL – Assembleia Legislativa

AI-1 – Ato Institucional 1

AI-2 – Ato Institucional 2

AI-3 – Ato Institucional 3

AI-4 – Ato Institucional 4

AI-5 – Ato Institucional 5

CDN – Conselho de Defesa Nacional

CEIS/UFRGS – Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS

CEIS – Comissão Especial de Investigação Sumária

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOU – Diário Oficial da União

DCI – Divisão Central de Informações (RS)

DOPS/RS – Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio Grande do Sul

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DPF – Departamento de Polícia Federal

DSI/MEC – Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura

DSI – Divisão de Segurança e Informações

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DSND – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

ESG – Escola Superior de Guerra

FA – Força Aérea

FD – Formação discursiva

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

JK – Juscelino Kubitschek

LSN – Lei de Segurança Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

QG – Quartel-General

RS – Rio Grande do Sul

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SNI – Sistema Nacional de Informação

SC – Seção

PTB – Partido dos Trabalhadores Brasileiros

UDN – União Democrática Nacional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TRAJETÓRIAS DISCURSIVAS – UM LUGAR DE PARTIDA	18
2.1 Funcionamento ideológico: a interpelação com sujeito.....	22
2.2 O que pode e deve ser dito: formação discursiva e interdiscurso.....	30
2.3 Aparelhos ideológicos e repressivos: revisitando Althusser	38
3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO – A DITADURA SE INSTALA	45
3.1 Discurso e história – processos constitutivos.....	46
3.2 Condições sócio-históricas que fundam o golpe: o fortalecimento da estrutura de poder dos militares.....	51
3.3 A efetivação do Golpe e os Atos Institucionais que marcaram o regime militar – funcionamentos ideológicos e repressivos do Estado Ditador.....	56
4 CAÇA ÀS BRUXAS: O DISCURSO SILENCIADO	59
4.1 A mão da censura – repressão e perseguição a professores na UFRGS.....	61
4.2 Silêncio, censura e sentido: o apagamento das vozes.....	64
5 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E A METODOLOGIA	76
5.1 Procedimentos e etapas.....	77
6 AS PALAVRAS SE MOVIMENTAM – UMA LEITURA POSSÍVEL	79
6.1 Os procedimentos internos na UFRGS e os sentidos do dizer.....	79
6.2 Os registros no Arquivo Nacional e a memória histórica.....	80
7 QUASE LÁ – CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS	94
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

Na condição de professor, acompanhando os discursos os quais circulam em nosso meio social, especialmente a partir dos movimentos de rua desencadeados a partir do ano de 2013, pudemos perceber uma crescente manifestação do desejo de retorno de um regime militar. Cientistas políticos consideram que junho de 2013 foi um mês que ainda não terminou para o Brasil e as manifestações desse período têm reflexos até hoje. Os protestos inicialmente eram contra o aumento das tarifas do transporte público, mas revelaram uma insatisfação geral da população brasileira com a classe política, corrupção e problemas sistemáticos na saúde e na educação. Tudo isso mobilizado pelo interesse de grupos econômicos e políticos os quais estavam vivendo um quarto mandato de um governo de esquerda.

Todos esses ingredientes, toda essa mobilização de vontades, fizeram recrudescer a relação da população com a classe política que passou a desejar um outro tipo de resposta para as pautas produzidas por meio de discursos que irrompiam das ruas, nos veículos de comunicação, das mídias sociais e aplicativos de comunicação, bem como através de vários segmentos do empresariado e, com especial atenção, para grupos de militares e de líderes de religiões neopentecostais, com pautas de costumes alinhadas ao perfil conservador e moralista.

A partir do pleito para a Presidência da República em 2018 e com a posse de um executivo eleito a partir de pautas conservadoras, com relações muito próximas do círculo militar, apresentando-se com um *outsider*, contrário ao estado de coisas, e ao *establishment*, acentuaram-se os discursos antidemocráticos e a crescente manifestação de grupos reivindicando a tomada de poder pelos militares e a ruptura da ordem constitucional.

Os sentidos do dizer passaram a nos desacomodar e nos fizeram perceber a necessidade de olharmos para o passado, para a rede de dizeres que constituiu a memória histórica que nos trouxe até aqui e que faz irromper sentidos silenciados ou deslocados da rede de memória. Assim, com essa determinação, definimos o que nos mobilizava para o desenvolvimento de um estudo a cerca desses elementos. Uma das grandes ameaças usadas pelos defensores de intervenção militar e golpe de Estado é o temor pelo comunismo. O uso da narrativa de um terror comunista o qual tenta dominar a América do Sul não é novo, mas foi abandonado durante décadas. Desde o fim da Guerra Fria, em 1991, a ideia de comunismo foi em grande parte abandonada

pelos próprios partidos de esquerda no Brasil e no mundo, que em sua maioria renovaram suas doutrinas para abraçar propostas e ideias mais recentes.

O retorno do temor ao redor do comunismo é um fenômeno recente, levantado em grande parte a partir das eleições de 2018 que viabilizaram a chegada de um político identificado com tal discurso ao cargo de presidente, sendo que já adotava esse posicionamento ideológico desde o período em que era deputado. Hoje, essa narrativa preocupa, pois tem sido adotada para fins antidemocráticos, de instabilidade institucional e uma ameaça ao Estado Democrático de Direito. Por uma questão de lugar social o qual ocupamos, interessa-nos o modo como os professores são percebidos nesse cenário. Recentemente, tem sido pautada a ideia de escola sem partido, atribuindo aos docentes, em especial das áreas de humanidades a defesa de ideias e valores alinhados ao comunismo e contrários a pautas conservadoras.

Por essa razão, procurando olhar para o que a história registrou sobre os fatos vividos nos anos sombrios da Ditadura Militar imposta pelo Golpe de 1964, nossa busca foi direcionada para registros relativos a professores designados pelo regime de exceção como comunistas. Em especial, focamos no caso dos 42 professores exonerados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul logo após a imposição do regime de militar. Com base nessa relação de professores, buscamos mais dados no acervo digital do Arquivo Nacional. Nosso recorte privilegiou os apontamentos relativos aos professores investigados pelo sistema repressivo por sua atuação nos anos que antecederam o regime ou durante a primeira década da longa ditadura que se impôs ao povo brasileiro. Decidimos observar como foram registrados, no âmbito do Arquivo Nacional, dados relativos a professores que atuavam no ensino superior no Rio Grande do Sul nos anos do regime autoritário, marcado por perseguições, pela tortura e pela privação dos direitos humanos e das garantias fundamentais.

A ausência do passado na consciência coletiva é a violenta perpetuação de domínio da História. A memória por si só, entretanto, não se distingue dos imaginários pessoais e das narrativas seletivas. Portanto, a compreensão dos eventos, fatos, episódios, personagens e locais requer o movimento dialético de aproximação e distanciamento, a seriedade da análise e de paradigmas que apresentem as lentes de onde e o que procurar no passado. O Golpe Civil-Militar no Brasil aconteceu há 57 anos e ainda hoje se esconde a verdade em algumas narrativas, tentando se enterrar um passado não resolvido, ocultando os direitos violados e os corpos torturados. Hoje, vivemos à sombra de uma narrativa heroica institucionalizada sobre os crimes

aplicados pelo governo militar, ao referir que o golpe de 1964 buscou “pacificar o país” e “garantir as liberdades democráticas que hoje desfrutamos”, sem levar em conta a cassação de direitos e liberdade, e tampouco as perseguições, torturas e mortes geradas pelo regime.

Nosso olhar então se volta para o passado, buscando as palavras, os modos, os dizeres e os efeitos de sentido que percorrem a rede de memória até os dias de atuais. O caso UFRGS nos leva para a busca de mais dados. O Arquivo Nacional (AN) é um órgão público brasileiro, subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e é responsável pela gestão, preservação e difusão de documentos da administração pública federal. De acordo com o Decreto n.º 9.662, de 1.º de janeiro de 2019, Arquivo Nacional, enquanto órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), da administração pública federal tem por competência, entre outras, promover o recolhimento dos documentos de guarda permanente para tratamento técnico, preservação e divulgação, de forma a garantir acesso pleno à informação, em apoio às decisões governamentais de caráter político-administrativo e ao cidadão na defesa de seus direitos, com vistas a incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

A opção pelo Arquivo Nacional se deve ao fato de que órgão cumpre uma dupla e essencial função para o Estado e a sociedade brasileira — tanto na gestão dos documentos de arquivo os quais são produzidos em todos os órgãos federais, quanto na salvaguarda e acesso de acervos de importância fundamental para a história. Além de buscarmos os documentos no acervo do Arquivo Nacional por meio do SIAN (Serviço de Informações do Arquivo Nacional), observamos também os dispositivos empregados pelo regime opressor para impor a nova ordem por meio de serviços de inteligência e de estruturas institucionalizadas para levar a termo a repressão.

O olhar investigativo foi se construindo pelas lentes da Análise do Discurso. Isso porque a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário o qual está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio-histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito

pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer.

Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes. Justamente por isso, interessa-nos observar como o que já foi dito antes, em tempos de ditadura, reverbera no dizeres de hoje, como ecos de um passado que havia sido superado pela retomada da Democracia. Começamos nosso estudo com a retomada das bases teóricas que efetivam nosso gesto de leitura. Assim, trazemos a evolução da AD, em suas três fases, damos ainda atenção à perspectiva do sujeito e sua relação com a ideologia e procuramos ainda compreender a formação discursiva e o interdiscurso na formulação da rede de dizeres.

Apresentamos, na sequência, nosso corpus e recorte da mostra para buscar, nos documentos analisados, as marcas discursivas as quais produzem os efeitos de sentido documentados nos registros dos procedimentos de expurgo de professores na UFRGS e dados do Arquivo Nacional. Mais do que conhecer o que era produzido enquanto procedimentos de repressão, censura bem como inquéritos policiais, buscamos perceber como esses modos de dizer marcam um lugar ideológico e permeiam os discursos que ecoam no tecido social, modificando-o de forma expressiva.

2 TRAJETÓRIAS DISCURSIVAS – UM LUGAR DE PARTIDA

As coisas murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se; e esta linguagem, desde seu projeto mais rudimentar nos falaria já de um ser do qual seria como a nervura. (FOUCAULT, 2014, p. 45)

Revisitando os processos constitutivos da Análise do Discurso, vamos perceber que os estudos de Pêcheux tiveram, como base inicial, as teses de Althusser, o qual estabeleceu intersecções entre a Linguagem, a Ideologia e as Ciências Humanas a fim de compreender a materialidade histórica da língua, que, segundo o seu pensamento, faz-se pelo discurso. É importante destacar que o pensamento desse autor não desenvolveu uma teoria fixa a posturas e doutrinas, pois ele recriou, durante todo o seu percurso intelectual, várias vezes, a Análise do Discurso (AD).

Buscando na fonte da teoria althusseriana, Pêcheux modalizou os seus estudos sobre a ideologia que, para ele, é a materialidade do discurso. É sob a responsabilidade da ação ideológica que o sujeito é interpelado, devendo assumir a sua posição de sujeito social. Essa postura ocorre dentro das instituições sociais (denominadas, por Althusser, como Aparelhos Ideológicos do Estado) (2008). O grande avanço da teoria pecheutiana consiste na compreensão do discurso como materialidade ideológica, que se apresenta no discurso. “[...] O termo discurso é usado para enfatizar a natureza ideológica do uso da linguística” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 54).

Na formulação do Pêcheux, o discurso é percebido como opacidade. Segundo Orlandi (2005, p. 10), o autor “concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação história dos processos de significação. Estabelece como central entre o simbólico e o político”. A proposta de análise de discurso construída por Pêcheux lançou questionamentos sobre a linguagem, que, até então, não era pensada como parte de um mecanismo ideológico. Assim, Pêcheux refletiu sobre o uso realizado pelas Ciências Sociais, que se apropriavam da linguagem sem considerar os desejos políticos impressos na língua.

A AD pecheutiana constitui uma teoria dinâmica, que tem promovido, até os momentos atuais, debates e reflexões acerca de suas bases epistemológicas e metodológicas. Podemos, no entanto, pontuar dois momentos em que a AD passou por grandes reformulações, que deram origem aos três períodos da Análise do Discurso: o período de construção da teoria (1966-1975); o período de aprofundamento (década de 70); e o terceiro período (a partir da década de 80). Cada período pode ser representado por uma obra de Pêcheux: *Análise Automática do Discurso* (1969), *semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975) e *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983).

No âmbito da primeira fase da AD, o processo de produção discursiva é entendido como "uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que 'utilizam' seus discursos quando na verdade são atravessados por uma ideologia e são assujeitados" (PÊCHEUX, 2014, p 307). Assim, devido a essa maquinaria, o sujeito não é a fonte de seu próprio discurso, uma vez que está subordinado a regras específicas que delimitam o que diz, pois quem de fato fala, que determina o que de ser dito é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia.

No dizer de Mussalim (2004), na segunda fase, a noção de máquina estrutural fechada em si começa a ser revista, devido à incorporação do conceito de Formação Discursiva (FD), tomado de empréstimo do filósofo Michel Foucault (1986). Ao incorporar essa noção, Pêcheux considera a FD como "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito" (PÊCHEUX, 1995 p.160). Partindo desse conceito de FD, temos que o sujeito, nessa segunda fase, não é mais marcado pela ideia de unidade, mas sim pelo fato de que pode assumir várias posições diferentes de acordo com as formações discursivas das quais faz parte.

Ainda assim, o sujeito continua não sendo completamente livre, pois "sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica" (MUSSALIM, 2004, p.133). Avançando nessa linha tempo, no que diz respeito à terceira fase da AD, que vigora até o presente momento, temos um sujeito heterogêneo (diferente do sujeito da primeira fase da AD), ainda submetido às FDs às quais pertence (como o sujeito da segunda fase da AD), mas agora marcado pelo primado do interdiscurso, entendido como "aquilo que

compreende o conjunto das formações discursivas e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a resignificação do sujeito sobre o que já foi dito, o repetível” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p.17).

Importante destacar, que apesar de as duas primeiras fases da AD já conceberem o sujeito como inconsciente, é neste último momento da teoria que se faz mais explícita na concepção de um “eu” que perde sua centralidade, já que o “outro” – que pode ser entendido tanto como o interdiscurso, quanto como o inconsciente – passa a compor esse sujeito descentrado, clivado, dividido. A AD de terceira fase propõem um olhar voltado ao homem e sua realidade material e social, ou seja, não desprende a forma de seu conteúdo, mas, busca compreender a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando (ORLANDI, 2020). AD de terceira fase irá trabalhar, portanto, com a construção dos objetos discursivos, dos acontecimentos que permeiam esses objetos bem como os lugares enunciativos no fio intradiscursivo os quais nos permitem trabalhar com o discurso “de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro” (PÊCHEUX, 2014, p. 313).

Nesse sentido, pensamos o discurso como um processo mais amplo em sua rede de significações, levando em conta “o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2020, p. 14). Desse modo, os estudos discursivos procuram pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito, ou seja, a história e a sociedade não são pensadas como se fossem separadas e independentes entre si, mas, sim, em um sistema complexo que relaciona a linguagem a sua exterioridade (ORLANDI, 2020). É na terceira fase, que a AD deixa de lado completamente a noção de Máquina Discursiva, suplantada pelo conceito da Interdiscursividade. Nesta fase, os discursos deixam de ser vistos como tendo uma constituição independente, e passam a ser considerados na simultaneidade em que atravessam uma Formação Discursiva. A identidade das formações discursivas é estruturada pela relação interdiscursiva. O interdiscurso passa a ser uma das principais teses da AD.

Ao referenciar a definição de Charaudeau & Maingueneau (2002), Possenti (2009) afirma que eles concebem o interdiscurso como “conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros”, se

se pensarmos numa definição restritiva, ou ainda um “conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita”, se tivermos uma em consideração uma definição mais ampla. Quanto ao momento presente das pesquisas em Análise do Discurso, pode ler em Pêcheux (2012) que:

As pesquisas atuais tomam essencialmente por objeto o trabalho da heterogeneidade discursiva no jogo das contradições sócio-históricas: analisa-se uma sequência na sua relação com o seu exterior discursivo específico (em particular seus pré-constituídos, seus discursos relatados etc.) e em relação à alteridade discursiva com que ela se defronta, ou seja, o campo sócio-histórico do qual se separa.

Podemos então, reiterar que a terceira fase da AD mostra-se dominada pela afirmação do Interdiscurso como desencadeador dos dizeres, afastando-se da concepção de discurso como algo fechado em si mesmo, de discurso homogêneo, para defender a ideia de que todo discurso é heterogêneo, isto é, atravessado por outros discursos. Para a AD a língua continua sendo vista como algo bem mais profundo e complexo que uma estrutura (conjunto de regras internas que mantém a organização de um sistema), devendo ser relativizada sua autonomia, uma vez que sobre essa estrutura atuam sujeitos históricos e ideologicamente constituídos. Desse modo, o sentido se mantém como histórico e ideologicamente constituído, na medida em que a AD não quer atravessar o texto para encontrar nessa estrutura um sentido, pois busca, na verdade, responder à pergunta de como um dado texto significa.

2.1 Funcionamento ideológico: a interpelação como sujeito.

Na AD de primeira fase, percebemos um sujeito concebido por meio de uma máquina estrutural autodeterminada e fechada sobre si mesma, ou seja: um sujeito-estrutura. Nessa fase, tem-se uma sequência (pré)ordenada/mecanizada, atenta ao olhar inquiridor de uma gramática normativa/descritiva, pois, partia-se das análises sintáticas dos enunciados elementares para se chegar à parte interpretativa. Essas análises eram realizadas a partir das estruturas rígidas/fixas nas quais se procuravam suprimir toda e qualquer forma de heterogeneidade presente no(s) discurso(s). O sujeito, portanto, era concebido pelo efeito de seu assujeitamento à maquinaria estrutural.

O estruturalismo tinha como condição primeira o estudo da língua de uma maneira ideal, desconsiderando os processos extralinguísticos (fatos sociais e históricos), bem como não se preocupando com as relações existentes entre as frases e de como isso poderia fazer sentido ao/no texto. O que se pautava como objeto de estudo naquele momento eram enunciados elementares os quais mantinham uma relação de vizinhança a uma palavra-chave central, isto é, “palavras, proposições literalmente diferentes podem ser dotadas do mesmo sentido, apresentadas por meio de relação de substituição, sinonímia e paráfrase, sendo essa a condição para formarem um conjunto” (GRIGOLETTO, 2002, p. 26).

Essa concepção estruturalista/formalista tão presente na primeira fase da AD não é concebida em sua integralidade, apesar de o sujeito ser visto como produtor de discursos dentro da perspectiva de homogeneidade enunciativa. É só a partir do conceito de heterogeneidade que percebemos um sujeito não mais como a origem do sentido, mas, sim, “concebido como sendo consciente, intencional e senhor de seu discurso” (GRIGOLETTO, 2002, p. 36). Isso significa dizer que a heterogeneidade enunciativa passa a ter uma grande importância na construção do discurso.

Dessa forma, não queremos apagar os trajetos já percorridos e muito menos negar a história, colocando-a a nível individual. Queremos, sim, trazer lugares de equívocos, de deslocamentos, de possíveis para explicar um sujeito atravessado pela linguagem e pela história. Um sujeito da/para linguagem que convive em sociedade, em uma estrutura social na qual se encontra assujeitado pelas condições históricas e sociais dessa conjuntura em que seu dizer, sua linguagem, seus discursos são constituídos por essa específica junção histórica-social-política e ideológica na qual

se encontra, ou seja, na teoria, queremos mostrar como se organizam e (re)organizam as práticas do homem na relação com a história e os fatos sociais, do ponto de vista prático, visamos situar o indivíduo/sujeito na sua relação com a linguagem.

Não pretendemos, com isso, chegar a uma conclusão sobre qual conceito devemos ou deveríamos usar, mas esperamos suscitar desafios de entender, pelo menos, as implicações históricas-sociais-políticas-ideológicas as quais cruzam e (entre)cruzam esse indivíduo/sujeito. Como sabemos, a AD “não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas” (ORLANDI, 2020, p. 13-14). Desse modo, todo dizer já está inserido dentro das condições de produção, mais precisamente dentro das condições históricas e sociais de produção as quais são determinadas pela ideologia.

O discurso é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. Não se trabalha, portanto, com a história como se ela fosse independente da sociedade e vice-versa, ou seja, as condições de produção de uma sociedade são as que determinam a interpelação do indivíduo em sujeito, sendo, por exemplo: os regimes políticos, as instituições, as relações de trabalho, família etc as quais configuram os costumes dos indivíduos. Essa interpelação ocorre pelas circunstâncias históricas dessa específica estrutura social a qual determina de algum modo o funcionamento do discurso do sujeito.

O sujeito ao produzir o discurso se esquece que seu dizer tem um posicionamento e que esse dito faz parte das condições sociais, históricas, políticas, ideológicas de uma específica conjuntura. Nesse sentido “a Análise do Discurso critica a prática das Ciências Sociais e da Linguística sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2020, p. 14-15), ou melhor, uma sociedade é uma formação ideológica, uma vez que as circunstâncias históricas materializam os discursos, pois, os sujeitos produzem seu dizer a partir/por meio de uma posição dada através das condições que as representam.

No entanto, não queremos reduzir o vocábulo “materialismo” a condição simplista do que está dito ou dado de qualquer natureza. É “pelo materialismo que se chega à afirmação de que só existe a matéria definindo-a como um conjunto de objetos individuais, representáveis, figuráveis, móveis [...]” (ORLANDI, 2017, p. 71), ou seja, não se separa corpo e alma, alma e corpo como se fossem independentes

um do outro, mas, sim, “na ética materialista – assim como na capitalista – saúde, bem estar, riqueza, prazer, devem ser interesses fundamentais na vida” (ORLANDI, 2017, p. 71).

Nessa mesma linha, a AD “se constitui nesse intervalo, entre a linguística e essas outras ciências, justamente na região das questões que dizem respeito à relação da linguagem (objeto linguístico) com sua exterioridade (objeto histórico)” (ORLANDI, 1990, p. 27). O que interessa para a AD, portanto, é pensar que a língua tem sua ordem própria em que o materialismo histórico interpela os indivíduos em sujeito, isto é, o funcionamento das ideologias com o sujeito se dá pelo discurso.

“Em outros termos, enquanto ‘as ideologias têm uma história própria’, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta a ‘Ideologia em geral não tem história’, na medida que ela se caracteriza por ‘uma estrutura e um funcionamento[...]’” (PÊCHEUX, 1995, p. 151), ou seja, quando o sujeito está a falar, a produzir seu discurso, esse parte de uma posição (de uma sociedade, de uma instituição específica etc) e que seu discurso é determinado pelas posições ideológicas a qual perpassa o processo sócio-histórico (processo ideológico). É a partir daí que o indivíduo passa a ser concebido como sujeito, em outros termos, pelo efeito dessa fala, efeito desse(s) discurso(s) sobre seu organismo.

À medida que vamos, paulatinamente, avançando nesse terreno fértil, encontramos uma ancoragem os ensinamentos de Louis Althusser (1980), uma vez que esse filósofo irá trazer o entendimento de que “A ideologia interpela os indivíduos como sujeito”, ou seja, os indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia (específica conjuntura social). “A ideologia por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás, realidade sem ideologia” (ORLANDI, 2020, p. 46).

Por outro lado, a concepção idealista de uma língua sem sujeito, uma língua “esvaziada de todo ‘ser’, o que tornaria logicamente perfeita, concepção essa apoiada no mito empírico-subjetivista, que acredita poder passar, por meio de um apagamento progressivo, do sujeito concreto individual ao sujeito universal [...]” (GRIGOLETTO, 2002, p. 36) situado em toda parte e ao mesmo tempo em lugar algum, sujeito pensante o qual pensa por meio/através de conceitos, opõe-se as teorias materialistas do sujeito em que o conceito de ideologia não perpassa a relação de uma classe dominante em relação a outra, mas, sim, “como forças materiais e, em segundo, lugar,

as concebe não tendo origem nos sujeitos, e sim como constituindo os indivíduos em sujeitos” (GRIGOLETTO, 2002, p. 36).

Essa teoria “não-subjetiva representa uma relação específica, isto é, uma relação crítica da AD com a linguística. Nessa relação crítica a AD inclui – como não o faz a linguística – o sujeito, ao mesmo tempo em que o des-centra [...] (ORLANDI, 1990, p. 29), isto é, retira à ilusão de o sujeito ser a origem do sentido. Por outro lado, não gostaríamos de tomar a palavra, gostaríamos, sim, de ser envolvidos por ela e levado além de todo começo possível, uma vez que as coisas murmuram de antemão uma certa construção, um certo olhar que não nos dá outro direito senão o de termos particularidades, singularidades as quais merecem ser vistas, (re)vistas, enfim descortinadas, pois, pensar o sujeito é pensar não mais um sujeito concebido pelo efeito de seu assujeitamento à maquinaria estrutural, mas, sim, pensá-lo através/por meio de um lugar, de um dizer, independentemente do conteúdo do dizer e esse, portanto, torna-se o lugar do sujeito.

Nessa mesma linha, Michel Pêcheux, a partir dos ensinamentos do filósofo Louis Althusser a respeito de sujeito e ideologia, “deixa claro que o sujeito é o sujeito da ideologia, pois não existe outro, o qual, por consequência, não poderia ser origem, pois que é efeito. (GRIGOLETTO, 2002, p. 36). Um dos pontos fortes da AD, portanto, é (re)significar o conceito de ideologia a partir das considerações da linguagem (ORLANDI, 2020). Nesse sentido, Althusser irá salientar que “só existe ideologia pelo sujeito e para sujeitos. Entenda-se: só existe ideologia para sujeito concretos e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito” (ALTHUSSER, 1980, p. 93).

Como foi dito anteriormente, a AD de primeira fase traz à tona um conceito de sujeito sobre a perspectiva estruturalista em que não se preocupava com os fatores (extra)linguísticos (fatos sociais e históricos). As condições de produção eram estritamente homogêneas, não se considerando o conceito de heterogeneidade entre os múltiplos discursos. Só a partir do refinamento “da noção de interdiscurso, que tem como consequência a postulação do primado da alteridade, que o sujeito da análise do discurso tornar-se-á um sujeito atravessado pelo inconsciente [...]” (GRIGOLETTO, 2002, p. 37).

Essa concepção, portanto, passa a se tornar uma marca principal da AD sobre a linguagem. O sentido deve ser estabelecido, apreendido ao mesmo tempo na língua e na sociedade, uma vez que esse sujeito está inserido dentro de uma determinada conjectura, dentro do seio social. Portanto, “O discurso se constitui em seus sentidos

porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (ORLANDI, 2020, p. 41). Não queremos, com isso, buscar um sujeito ideal para AD, pois, quem busca acaba facilmente se perdendo, queremos percorrer os múltiplos caminhos furtivos e às vezes mentirosos para se chegar a uma das muitas interpretações as quais fazem parte desse sujeito. Prossequimos, portanto.

Como sabemos, a história está ligada às práticas e não ao tempo em si, ela “se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentido, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)” (ORLANDI, 1990, p. 35). Isso significa dizer que há uma relação de dualidade na qual os fatos são produzidos em condições (pré)determinadas, atravessando a história, significando e (re)significando as próprias significações; e, histórico, pois, cria uma tradição, um passado e influencia novos acontecimentos, ou seja, quando estamos a usar a língua como meio (e não como fim), produzimos um tipo de saber sobre nós mesmos que modifica e (re)modifica nosso ser.

Nessa linha de raciocínio, Michel Pêcheux (1997) irá salientar que o sujeito não é a origem de seu discurso, sendo afetado por dois esquecimentos, a saber: “esquecimento nº 1 e nº 2, eles estão ligados ao interdiscurso e à enunciação e têm, portanto, naturezas distintas” (GRIGOLETTO, 2002, p. 37). O esquecimento número 1 só é alcançado, pelo autor, através/por meio dos conceitos Freudianos em relação ao inconsciente no qual “não se identifica com as profundezas da consciência nem com aquilo que a subjetividade possui de caótico e impensável” (GARCIA-ROZA, 2020, p. 173), mas, sim, “[...] é uma forma e não um lugar ou uma coisa. Melhor dizendo: ele é uma lei de articulação e não a coisa ou o lugar onde essa articulação se dá” (GARCIA-ROZA, 2020, p. 174).

Isso significa dizer que o esquecimento de número 1 é de natureza do inconsciente, enquanto o esquecimento número 2 “[...] funciona na zona do pré-consciente-consciente. Essa distinção indica que o sujeito pode penetrar na zona do esquecimento número 2 de modo consciente” (GRIGOLETTO, 2002, p. 37), ou seja, pode reformulá-lo, modificá-lo, transfigurá-lo sempre com a anuência de um interlocutor, ou “[...] melhor, da imagem que ele sujeito, faz do seu interlocutor, ao passo que se acesso à zona do esquecimento nº 1 lhe é constitutivamente negada. Essa é a esfera do interdiscurso, na qual se dá a interpelação-assujeitamento [...]” (GRIGOLETTO, 2002, p. 37).

A maneira como pensamos o mundo na condição de sujeitos os quais detém o poder de suas ações parte historicamente de uma localização histórica que nos dá um tipo de sujeito o qual incorporamos e a partir disso fornece a possibilidade de pensarmos e agirmos através/por meio dessa perspectiva, no entanto “O traço que define a função-sujeito é a ilusão constitutiva de ser a origem do que diz pelo mascaramento ideológico de que seu discurso sempre remete a um outro. Esse é o efeito ideológico elementar [...] (GRIGOLETTO, 2002, p. 37).

Quando Pêcheux aborda o esquecimento número 1, através dos conceitos Freudianos, ele nos propõe uma reflexão a respeito do inconsciente como algo que nos apodera, contudo não detemos o poder de controlá-lo. Nessa perspectiva, não é nossa sensação de liberdade que irá determinar o que fazemos, mas, sim, um conjunto de lugares os quais são inacessíveis em nosso cotidiano, isto é, na experiência imediata. Por esse ângulo, pensamos o inconsciente como “uma forma e não um lugar ou uma coisa. Melhor dizendo: ele é uma lei de articulação e não a coisa ou o lugar onde essa articulação se dá” (GARCIA-ROZA, 2020, p. 174). Esse raciocínio é um importante ponto de partida e um importante ponto de aplicações para situar alguns debates, por ora, embrionários, os quais teimam permear nossas interpretações sobre esse ser que somos (indivíduos/sujeitos).

Por esse trajeto, pensamos que, nós – sujeitos – estamos a experienciar o mundo de uma maneira historicamente determinada, dentro de uma posição histórica e dentro de formações discursivas e, por esse ponto de vista, somos “recrutados sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou transformar os indivíduos em sujeitos (transformando-os a todos) por esta operação muito precisa a que chamamos *interpelação* [...]” (ALTHUSSER, 1980, p. 99), isto é, estamos inserido dentro de um contexto social e histórico no qual traz uma falsa sensação de que somos livres para pensar/dizer/realizar fatos ou ações, contudo, somos limitados a partir de uma ordem natural, de uma lógica, de leis da física, ou seja, dizemos aquilo que queremos dizer a partir dessa conjectura dada.

O sujeito, portanto, precisa ser construído, pois, como fora dito anteriormente ele não é livre, mas, sim, assujeitado dentro das condições históricas-sociais-políticas-ideológicas as quais está inserido, já que tem uma localização social, política, histórica, ideológica muito bem ajustada. Michel Pêcheux, quando irá desenvolver uma teoria sobre a AD, buscará um sujeito que é fabricado/construído/constituído de forma externa, contrário ao sujeito que fala o que quer/quando quer, pois esse sujeito

só é determinado pelas leis da natureza. Nesse ponto de vista “O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso” (ORLANDI, 2020, p. 50).

Quando pensamos, por exemplo, na relação de parentesco, pensamos que essa relação não depende única e exclusivamente da vontade dos indivíduos, pelo contrário, pois, a sociedade se organiza de tal forma que os indivíduos são localizados dentro dessa estrutura elementar chamada parentesco, fazendo com que – dessa maneira – a sociedade possa dar progressão aos fatos e acontecimentos históricos. Isso significa dizer que o sujeito não detém o poder de seu discurso, porque é atravessado pelos enunciados e, conseqüentemente, não fala o que quer, uma vez que o ato de falar envolve uma organização de enunciados, isto é, um campo enunciativo organizado o qual permita que se diga algo e que esse algo faça sentido ou não, dado que o ato de fazer ou não sentido irá depender de uma possibilidade de se dizer ou não alguma coisa.

Dizer algo que pode ou não fazer sentido já envolve uma construção na qual há uma limitação dos enunciados que podem ser ditos. Somos seres racionais que nos comunicamos e o ato de nos comunicar já produzimos sentido. Quando partimos do entendimento de que o sujeito é atravessado pelos enunciados, entendemos que o sujeito não faz o que quer, porque historicamente/discursivamente não lhe é possível. Nessa perspectiva, pensamos o sujeito da AD “[...] caracterizado pela divisão e dispersão, uma vez que é produzido na relação com o interdiscurso, mas que se apresenta com a aparência (ilusão) de unidade, precisamente porque nele opera o esquecimento nº 1” (GRIGOLETTO, 2002, p. 38).

Portanto, compreender que o sujeito é atravessado por diversos enunciados é compreender que as práticas discursivas, isto é, aquilo que nós fazemos através/por meio da emissão de símbolos, assim como as práticas corporais, relações de poder, envolve uma certa relação externa, ou melhor, envolve uma constituição do sujeito enquanto sujeito. “A relação da ordem simbólica com o mundo se faz de tal modo que, para que haja sentido, como dissemos, é preciso que a língua como sistema sintático, passível de jogo – de equívoco, sujeito a falhas se escreve na história” (ORLANDI, 2020, p. 44).

Nessa mesma linha de raciocínio, compreender que o sujeito estará inserido dentro das formações discursivas e que terá a possibilidade de manter uma relação

de poder, legitimada/confirmada pelo(s) discurso(s) que os posiciona é compreender que esse sujeito está inserido dentro de um jogo discursivo, dentro de um jogo de enunciados. Isto é, essa formação discursiva irá posicionar o sujeito e ao posicioná-lo dará chance a esse sujeito para que mantenha uma relação de poder a qual é legitimada pelos discursos que os posiciona. O sujeito, nessa perspectiva, é, por conseguinte, muito menos livre do que ele pensa que é, menos original do que ele acha, pois, o que se propõem para estudar esse sujeito – atravessado pela linguagem e pela história – é pensar não mais na realidade concreta em si, mas, sim, um tipo de saber que nos coloca em uma posição de sujeito livre.

Compreende-se dentro desse processo discursivo que o sujeito não é livre para fazer ou dizer tudo que lhe convém, uma vez que o próprio sujeito é constituído em sujeito pelo seu momento histórico no qual se encontra/está inserido e é a partir dessa ruptura que entendemos as diversas situações as quais operam no sujeito dentro da perspectiva social-política-histórica e ideológica, pois, “[...] os sujeitos são intercambiáveis. Quando alguém fala a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras [...]” (ORLANDI, 2020, p. 47). Nessa mesma corrente, percebemos um sujeito que não é (auto)determinado e que, conseqüentemente, não produz aquilo que diz ou aquilo que faz, como se ele fosse livre para isso, mas, sim, um sujeito (inter)cambiado em diferentes contextos os quais se encontra inserido. Essa ideia de o sujeito não ser a origem do sentido – já anunciada na primeira fase da AD – vem a sofrer um amadurecimento na medida que se acrescentam outros elementos como as noções de FDs e interdiscurso.

É a partir desse evento teórico e metodológico que conseguimos percorrer, bem ou mal, alguns gestos de interpretações para as relações existentes entre os sujeitos os quais se entrelaçam nos acontecimentos históricos que os constituem. Portanto, façamos, a partir de agora, um pêndulo do que fora apresentado até o presente momento para, em seguida, mergulharmos nos conceitos de FD e interdiscurso os quais permearão o subcapítulo seguinte.

Na primeira fase da AD, temos um sujeito assujeitado à maquinaria estrutural, ou seja, um sujeito que não tem autonomia em seu dizer. Ele só diz aquilo que quer dizer alicerçado nas definições (pré)determinadas e dentro de uma conjuntura dada. Por outro lado, na segunda fase, percebemos a introdução de conceitos originários de Michel Foucault, isto é: a de formação discursiva. O sujeito, conseqüentemente, nessa

fase, também não é livre para dizer o que quer dizer, pois, só pode dizer aquilo que lhe é determinado pelas formações discursivas e ideológicas que o atravessa.

Já no terceiro momento da AD, percebemos a incorporação de concepções oriundas da psicanálise para explicar a noção de sujeito, melhor dizendo, um sujeito dividido entre consciente e inconsciente, pois, aquilo que ele diz não é determinado por sua vontade própria/por sua racionalidade, mas, sim, é determinado por essa parte dele mesmo do qual não detém o poder (inconsciente). Sendo assim, o que se predomina para essa fase “são pesquisas sobre os encadeamentos intradiscursivos” (GRIGOLETTO, 2002, p. 29-30) as quais permitem à AD uma abordagem dos objetos discursivos e dos acontecimentos na perspectiva do fio intradiscursivo.

Assim sendo, o conceito de FD e interdiscurso vêm colocar no interior da AD “a irreduzibilidade da dispersão e do heterogêneo” (GRIGOLETTO, 2002, p. 30), melhor dizendo, pensamos que o sentido não existe em si mesmo, mas é definido pelas posições ideológicas as quais são colocadas em jogo nesse processo social-político-ideológico e histórico. Nessa mesma linha de raciocínio, consideramos que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2020, p. 40).

No entanto, não desejamos estancar o fluído natural da história, apagando o percurso já construído, mas, sim, queremos ser envolvidos além de todo começo possível, significando e (re)significando as próprias significações. Para isso, buscamos entender no próximo capítulo o conceito de FD pelo olhar de Michel Foucault para, em seguida, sermos envolvidos nos ensinamentos de Michel Pêcheux. Prosseguimos, portanto.

2.2 O que pode e deve ser dito: formação discursiva e interdiscurso

Para chegarmos ao conceito de formação discursiva proposto por Michel Pêcheux na AD de primeira fase, devemos fazer um mergulho nos ensinamentos de Michel Foucault para pensar o discurso não mais como uma unidade simples, mas, sim, “um sistema de dispersão que, de alguma forma, entretanto, torna possível detectar uma regularidade entre enunciados” (GRIGOLETTO, 2002, p. 30). Entendemos, preliminarmente, que a noção de FD – ainda que polêmica – é básica para a AD, “pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, à sua

relação com a ideologia e dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (ORLANDI, 2020, p. 41).

Michel Foucault, para explicar a noção de FD, parte seus esforços na construção de quatro conceitos os quais trarão para dentro desse diálogo os vocábulos alteridade/heterogeneidade, “fazendo com que se desestabilizasse a garantia da homogeneidade sócio-histórica de formação de um *corpus*, presente na primeira fase da análise do discurso” (GRIGOLETTO, 2002, p. 31, grifo do autor), isto é: dos objetos, dos modos enunciativos, das formações dos conceitos e dos temas. Nessa sequência, na parte dos objetos, para Foucault, tornar-se-ia impossível traçar uma unidade para o discurso com os instrumentos de dentro dos enunciados, melhor dizendo, não há como conceber o discurso como um conjunto de enunciados dispersos os quais falam do mesmo objeto, pois, esses objetos variam com o tempo, recebendo tratamentos diferentes de acordo com cada contexto os quais estão inseridos (social-político-ideológico-histórico).

Por esse raciocínio, podemos dizer que “as palavras não têm sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 2020, p. 41). Tal noção de FD “questiona a tentativa de postulação de condições de produção homogênea, as quais, por sua vez, construiriam objetos discursivos igualmente homogêneos” (GRIGOLETTO, 2002, p. 31).

Já em relação ao conceito de modos enunciativos, Foucault trouxe, para esse colóquio, se há uma regularidade na(o)forma/tipo, ou até mesmo nos encadeamentos dos enunciados. Para tanto, parte do entendimento que a unidade não está nos modos enunciativos/no jeito de se enunciar/de explicar ou até mesmo de se expressar, mas, sim, nas regras as quais tornariam possível um número variado de descrições-coletas-exposições dentro de um determinado saber. Assim, até o presente momento, percebemos que não há como descrever uma unidade discursiva através/por meio de um objeto, ou até mesmo pelos modos enunciativos, isto é, “Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade [...]” (ORLANDI, 2020, p. 41).

Nessa mesma corrente, percebemos que não é possível descrever uma unidade discursiva pelo viés dos objetos ou até mesmo dos modos de enunciação. Portanto, o autor parte na busca de compreender a formação dos conceitos dentro dos discursos, uma vez que “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é

sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2020, p. 41), isto é, Foucault irá identificar que tais conceitos se colidem, emergindo possibilidades de mudanças/interpretações nas quais fazem o discurso se tornar um lugar de conflito.

Para o autor, caso pretendêssemos descrever uma certa unidade nas quais seriam baseadas nos conceitos, seria necessário observar o aparecimento desses conceitos/suas emergências e suas regras de dispersão, pois, pensamos as FDs “[...] como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito [...] (ORLANDI, 2020, p. 41). Nessa sequência, queremos bem ou mal cuidar as opacidades, os equívocos que o próprio uso da linguagem nos traz e, para isso, buscaremos sintetizar o que fora aclarado até o presente momento em uma ordem coerente de pensamento, explicitando não um método mais favorável, mas, sim, um conjunto de interpretações e (re)interpretações das próprias interpretações para chegarmos em um dos muitos caminhos possíveis.

Ao analisarmos, por exemplo, o conceito de evolucionismo proposto por Charles Darwin (1809-1882), perceberemos alguns pontos em comum, tais como: o tema, a teoria geral nas quais – para Foucault – há uma linearidade na construção dos pensamentos, sendo interrompida apenas por catástrofes naturais. Assim sendo, o autor irá considerar mais frutífero observar as dispersões estratégicas dos temas/dos desenvolvimentos, melhor dizendo, encontrando um campo de possibilidades para diferentes teorias, tomadas de posição em um determinado discurso, pois, “Os sentidos, não estão assim (pre)determinadas por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas.

Nesse ponto de vista, é preciso não pensar as FDs como blocos homogêneos [...]” (ORLANDI, 2020, p. 42). Isso significa dizer, que os conceitos inicialmente propostos pelo autor não descrevem a realidade/ a história particular de cada discurso. Foucault irá, em vista disso, depreender seus esforços na busca de soluções as quais se possam assegurar não mais uma forma contínua/linear do discurso, mas, sim “constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2020, p. 42), ou seja, as FDs são determinadas por regras/condições e conceitos (dos objetos, dos modos enunciativos, das formações dos conceitos e dos temas).

Para Foucault, o que interessa não é o objeto em si/o discurso como texto, mas, sim, o discurso como um conjunto de enunciados, regidos pelas regularidades as quais são – por sua vez – descritas em uma determinada FD, pois, “cada FD define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, em uma certa conjuntura. O complexo das formações discursivas, em seu conjunto define o universo do ‘dizível’ (ORLANDI, 1990, p. 39). Nessa lógica, essas FDs existem e (co)existem na medida que há regras de formação as quais dão sustentação, possibilitando, assim, sua existência, concebendo a todos esses objetos/conceitos/modos de enunciação uma emergência possível na superfície do discurso.

Nessa lógica, caso pudéssemos descrever entre um certo número de enunciados “[...] semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, definindo uma regularidade [...], diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 43). É por essa referência de FD que podemos compreender no fio-discursivo os diferentes sentidos, melhor dizendo, palavras iguais podem assumir sentidos diferentes a depender da FD as quais estão inseridas. Esse jogo de FD “remete o texto à sua exterioridade, ou melhor, à relação com o interdiscurso, com o outro.

O que chamamos interdiscurso é definido justamente como o complexo de FDs à dominante” (ORLANDI, 1990, p. 39). Nesse sentido, podemos concluir, embrionariamente, que FD é “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 160), ou melhor, trata-se da materialização do discurso da FD, ou seja, modos de dizer os quais agrupam os discursos que permitam que cada enunciado/cada materialidade histórico-cultural possa se escrever em uma ou outra FD.

É a partir da incorporação de FD que se torna possível – na segunda fase da AD – a postulação do termo interdiscurso o qual pode ser definido por um “[...] conjunto das formações discursivas e se escreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a resignificação do sujeito sobre o que já foi dito, o repetível, determinando os deslocamentos promovidos pelos sujeitos [...] (FERREIRA, 2001, p. 18). Nessa mesma corrente de interpretação temos que interdiscurso se trata de “[...] um espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíprocas

uns com os outros” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004), isto é, discursos os quais remetem/retomam a outros discursos. Portanto, percebemos que – dentro de uma formação discurso dada – existe um discurso o qual retoma outros discursos, ou melhor, trata-se da retomada de outros discursos, perpassando na constituição daquele discurso/daquele sentido.

Nessa mesma corrente, pensamos o interdiscurso como a zona do dizível as quais constituem as FDs, ou melhor, o que pode ser dito em cada FD irá depender daquilo que é ideologicamente formulável no interdiscurso. (GRIGOLETTO, 2002). A linguagem como sabemos não é algo neutro/fixo, pois, os sentidos estão em constante movimento na medida que as significações podem se tornar outras, ressignificando as próprias significações, isto é, uma relação de mutualidade entre dizíveis. As FDs, portanto, constituem-se como elementos propulsores do interdiscurso, uma vez que o discurso não é vazio, tendo, portanto, seu significado em que o sujeito está inserido, constituindo aquele discurso. Por esse ângulo, pensamos o interdiscurso como um real exterior, ligando “os processos discursivos com a memória” (GRIGOLETTO, 2002, p. 35).

A memória, nessa mesma corrente de raciocínio, pode ser definida, através da relação com o interdiscurso, ou seja, aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente do que está sendo dito. Nesse sentido, “[...] é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada retomada de palavra” (ORLANDI, 2020, p. 29). Esse conceito de memória discursiva se relaciona com diversos conceitos da AD, tais como: interdiscurso, pré-construído, já-dito, memória do dizer, saber discursivo. Quando pensamos as FDs, essas se organizam e (re)organizam através dos discursos, manifestando sua exterioridade recorrendo ao interdiscurso. Isso significa dizer que “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2020, p. 29).

Nessa mesma linha de raciocínio, percebemos que a memória é essência para a construção do interdiscurso, pois, permite compreender como a memória do dizer funciona na linguagem e como esse saber discursivo passa, paulatinamente, a se tornar indispensável para que se produza e compreenda o sentido. No entanto, a memória, por sua vez, tem características quando pensamos através/por meio do discurso “E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como

aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2020, p. 29). O dizer não é uma propriedade particular, um sentimento de posse que nos apoderamos/encarceramos/aprisionamos como se fôssemos detentores de um outro dizer, pois, as palavras significam e ressignificam pela Língua e pela História.

Por esse ângulo, o que é dito em um outro lugar, em um outro tempo, em um outro momento também significa nas nossas palavras. “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele [...]” (ORLANDI, 2020, p. 30), pois, o que ele sabe não é suficiente para compreendermos quais as evidências de sentido estão ali presentificados. “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e a ideologia” (ORLANDI, 2020, p. 30).

Dito isso, podemos deduzir que existe uma relação entre o que já foi dito e o que está sendo dito (dizível) o qual é a relação entre interdiscurso (pré-contruído e articulação com o intradiscurso). No entanto, necessitamos – nesse momento – retomar alguns conceitos para se chegar em novos conceitos, escapando das interpretações fáceis que o próprio texto nos fornece, uma vez que quem busca, facilmente se perde. Revolvemo-nos, portanto.

Michel Pêcheux mudar da primeira fase a terceira fase da AD não apenas o posicionamento teórico, mas, também, metodológico, isto é, um ponto central deixado pelo autor nos seus últimos estudos é a “necessária alternância de momentos de análise linguística e discursiva, que acarreta a incessante reconfiguração do *corpus* e, conseqüentemente, a produção de novas interpretações” (GRIGOLETTO, 2002, p. 38). Esses caminhos fazem (ir)romper outros caminhos possíveis, surgindo nesse (entre)meio o estatuto da discursividade o qual trabalha com a ideia de acontecimentos. Nessa mesma corrente, Michel Foucault irá desenvolver sua teoria em relação ao discurso no sentido de trazer à tona a ideia de o discurso não ser apenas um conjunto de palavras ditas/amalgamadas, mas, sim, uma linha tênue entre o dito/não-dito, dizível/indizível nos quais se cruzam por proposições logicamente estáveis em formulações nada estáveis.

Essas visões, portanto, nos colocam em uma posição de entender o discurso como um sistema básico que há uma dispersão de enunciados os quais compõem a malha estrutural regidas por regras as quais podem deixar aparecer uma quantidade de enunciados ou até mesmo, fazendo desaparecer outros enunciados. Assim sendo,

o discurso pode ser considerado como uma maneira de se construir a realidade, entretanto, cabe fazermos uma breve ressalva no sentido de entender que há, também, uma realidade para além do discurso, isto é, essa não pode ser absorvida somente pelos olhares dos seres humanos (conjunto de signos).

Nessa interpretação, pensamos o discurso como um meio de construir a realidade em conjunto com a realidade material vista para além da realidade do discurso, uma vez que o discurso é aquilo que irá fornecer – aos sujeitos – enunciados para que esses componham suas vontades, desejos, emoções, alegrias, raivas, tristezas, por exemplo, fornecendo – dessa forma – as possibilidades de se ter um objetivo dentro de um dado discurso, exercendo a função até mesmo de se falar uma coisa ou outra. “[...] os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da linguística” (ORLANDI, 2020, p. 14).

O discurso, como sabemos, constrói o conhecimento (possibilidade de se dizer algo, de conhecer a verdade, de dizer que isso ou aquilo é ciência), bem como define os sujeitos na medida que os dispersa e os localiza em diversas FDs, dando a esses sujeitos diferentes relações dentro dos discursos os quais estão inseridos. Esse olhar para o pretérito, isto é, essa retomada do que fora dito anteriormente, ajuda-nos a fornecer pistas no sentido de entender o porquê da mudança de certos conceitos teóricos e metodológicos propostos por Michel Pêcheux na passagem da primeira a terceira fase da AD. O discurso não é algo estático, mas, sim, modifica-se a depender dos acontecimentos os quais se encontra inserido, isto é, irá depender da sua prática social, do homem, da história e dos arranjos materiais das coisas as quais irão gerar uma certa positividade para que, desse jeito, possa nascer o discurso.

Os arranjos das instituições sociais, as relações de poder, os eventos históricos irão dar suporte para o nascimento do discurso bem como suas modificações, isto é, por exemplo, “o brasileiro se cria pelo fato de fazer falarem os outros. Há um espaço de diferença. O português se fala do lugar próprio; o brasileiro é deslocamento de falas” (ORLANDI, 1990, p. 35). A história, nessa mesma corrente de interpretação, está ligada as práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como eixo central as relações de poder e de sentidos e, não, a cronologia, não ao tempo em si, pois esse não importa para a AD. “Assim, a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas compreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos” (ORLANDI, 1990, p. 35).

Quando pensamos em discurso, pensamos nas possibilidades de sua construção/de sua elaboração/de sua criação, ou melhor, o que está sendo representado dentro desse conjunto de enunciados os quais o analista passa a trabalhar e de que maneira esses enunciados, verdadeiros ou não, foram construídos, quer dizer, o que foi deixado de fora para que esses enunciados fossem construídos e o que foi considerado importante, uma vez que, há interesses em jogo na produção de um ou outro discurso em sua prática discursiva, sendo que esses interesses/enunciados, manifestam-se de diversas maneiras/ por diversas regras no meio e (entre)meio das FDs. Nesse sentido “A relação com a história é dupla: o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no ‘futuro’, mas também é histórica porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos” (ORLANDI, 1990, p. 35).

O discurso, nesse sentido, pode ser identificado como uma regularidade, isto é, um conjunto de enunciados os quais estão dispersos dentro de um determinado campo enunciativo em que sua possibilidade de fala está sempre atrelada ao conjunto de regras e sua dispersão, ou seja, percebe-se que o sujeito não é o centro da AD, mas, sim, apenas um elemento construído, delimitado pelas regras as quais compõem um ou outro discurso. Esse sujeito, conseqüentemente, só está ali, pois, há uma possibilidade dada pelo discurso para que ele exista, ou melhor, o discurso irá definir – bem ou mal – as chances do sujeito. Nessa mesma linha de raciocínio, “Não é vigente, na Análise do Discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz” (ORLANDI, 2020, p. 46).

A AD não mais como um sistema homogêneo, composto de uma única máquina autodeterminada sobre ela mesma como se preconizava na primeira fase da AD, mas, sim, propor uma reflexão “[...] sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito” (PÊCHEUX, 2015, p. 7). Assim sendo, os conceitos teóricos e metodológicos propostos por Pêcheux não mais se alojam em regiões já categorizadas pelo conhecimento, isto é, no que já foi dito e que se encontra petrificado nas linhas visíveis das palavras.

Queremos, assim como o autor, trazer à tona os vãos os quais as disciplinas deixam ver em sua articulação contraditória, pois, “[...] a Análise do discurso vai colocar questões para essas disciplinas, sistematicamente. E, em seu trabalho,

percorre menos o acúmulo de conhecimentos positivos e mais os efeitos de certeza que esses conhecimentos produzem [...]” (PÊCHEUX, 2015, p. 8).

2.3 Aparelhos ideológicos e repressivos: revisitando Althusser

Ao resgatarmos os conceitos de discurso, sujeito e sentido, foi se delineando o papel exercido pela ideologia, enquanto uma força discursiva que institui e condiciona dizeres, articulados na rede de memória. Encontramos, então, em Althusser (1974) a concepção de que a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência. Isso significa dizer que a ideologia não é a representação imaginária dos indivíduos sobre suas condições de existência, mas das relações imaginárias dos indivíduos com as condições de existência. Nessa lógica, o homem produz um imaginário por meio do qual se estabelecerá sua relação com as condições de existência. Segundo Althusser (Ibid.), podemos dizer que a ideologia opera não sobre o mundo, mas sobre a relação do sujeito com o mundo; dito de outra forma, é a relação do sujeito com suas condições reais de existência.

Podemos dizer ainda que nesse processo, que é intrinsecamente simbólico, toda ideologia é constitutiva da relação dos sujeitos com as relações de produção. Os sujeitos estão, por essa razão, sempre numa relação de assujeitamento ideológico. Esse processo de interpelação do sujeito, que é atravessado por uma formação ideológica, não é tematizado, uma vez que é da ordem dos dispositivos de funcionamento discursivos e ideológicos. Esse entendimento suscita um distanciamento da realidade, uma vez que essas relações são simbólicas e representadas abstratamente. Esse processo, ainda na perspectiva de Althusser (1974), pode ser a causa para a alienação, no imaginário, da representação das condições de existência dos sujeitos, que é produzida como um efeito de sentido do assujeitamento.

Ainda segundo Althusser (Ibid.) a ideologia tem uma existência ligada sempre a um aparelho e na sua prática ou práticas; essa existência, que por sua vez, é material não pode ser compreendida como a existência material de um objeto qualquer. Para Althusser (Ibid.) a relação imaginária dos indivíduos no corpo de uma ideologia é dotada de existência material. Podemos, então, dizer que a existência da ideologia é material, na medida em que as relações experimentadas no seu interior

implicam a participação dos sujeitos em certas práticas regulamentadas que são identitárias de um dado aparelho ideológico e que a ideologia interpela indivíduos enquanto sujeitos. E mais, que não existe ideologia senão através do sujeito. É certamente nesse particular que tem sido apontada sua contribuição à teoria da ideologia - a formulação da teoria da interpelação do sujeito. Os sujeitos, envolvidos nesse movimento de constituição e assujeitamento, participam sempre de um sistema de representações simbólicas no qual já ocupam sempre o lugar de sujeito.

Althusser (1978) enfatiza a autonomia relativa da ideologia, uma vez que, para o autor, longe de ser meramente ideias descorporificadas, a ideologia ocorre em formas materiais. Além disso, a ideologia funciona pela constituição ('interpelação') dos indivíduos em sujeitos sociais e sua fixação em 'posições' de sujeito, enquanto ao mesmo tempo lhes dá a ilusão de serem agentes livres. Esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a educação, a família, o direito ou a mídia que, na concepção do autor, funcionam como dimensões ideológicas do Estado – dispositivo a que chamou de aparelhos ideológicos de Estado (AIEs).

Para o autor podem ser designadas como Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) certas instituições distintas e especializadas. Assim, ainda que sem dar conta dessa complexidade, propõe que sejam consideradas como AIE as seguintes instituições: a) AIE religiosos - são agrupadas aqui as diferentes Igrejas; b) AIE escolar - englobando as escolas pública e privada; c) AIE familiar; d) AIE jurídico; e) AIE político - o sistema político, os diferentes partidos; f) AIE sindical; g) AIE de informação - os meios de comunicação de massa/social; h) AIE cultural - Letras, Belas Artes, esportes etc. Para Althusser existe ainda o Aparelho de Estado, que ele passa a chamar Aparelho Repressivo do Estado - ARE. Diz ainda que é importante sabermos que o ARE pertence ao domínio público, enquanto os AIE estão ligados ao domínio privado. Essa distinção, no entanto, não é suficiente para uma delimitação de um e outro, na medida em que os limites entre o público e o privado se constroem em torno de situações arbitrárias, impostas pelos detentores do poder. (ALTHUSSER, 1974)

Um aparelho ideológico pode ser pensado como um complexo de formações ideológicas relacionadas entre si. Pêcheux (1996) sugere que uma formação discursiva (FD) é aquilo que uma determinada formação ideológica determina em termos do que pode e deve ser dito. Isso deve ser pensado a partir das condições de produção do discurso e as posições de sujeito, uma vez que as palavras mudam seu

sentido, assumindo outros em virtude das posições de quem as mobiliza (PÊCHEUX, 1997). Duas diferentes formações discursivas, ainda que tenham determinadas palavras ou expressões em comum, vão diferir nas relações entre essas e dessas com outras formulações. Nessa mesma linha, os sentidos dessas palavras ou expressões aparentemente idênticas podem assumir perspectivas diversas, porque é sua relação com as outras, em dadas condições de produção, que determina seu sentido.

As FDs são mobilizadas em complexos de FDs relacionadas, referidas como interdiscurso, e os sentidos específicos de uma FD são determinados de fora, por sua relação com outras FDs no interdiscurso. Pêcheux (1997) estabelece a noção de interdiscurso como um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer. um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos através da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso está articulado ao complexo de formações ideológicas: alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente. O estado particular do interdiscurso em um dado momento (quais as FDs nele contidas e quais suas relações) depende do estado da luta ideológica em um AIE. E essa determinação externa de FDs é algo de que os sujeitos não têm consciência. Tendem a perceber a si mesmos como fonte dos sentidos, quando, na verdade, são efeitos de um assujeitamento.

Os pré-construídos, que são constitutivos de uma FD e reivindicados na produção do discurso, são tomados como o que é dado ou conhecido ou já dito pelos participantes, enquanto eles realmente se originam fora dos sujeitos, no interdiscurso. A noção de pré-construído, segundo Malidier, fornece a ancoragem linguística da tomada do interdiscurso. A acepção do pré-construído remonta, no contexto discursivo, a algo “que já estava lá”, antes mesmo da enunciação. Seria aquilo que estava presente antes de o sujeito enunciar, ou seja, a língua em si, as condições de possibilidade de uso da linguagem, em contraposição à fala enquanto efetividade desse uso, enquanto recorte da língua, numa situação real. Teoricamente, a noção do pré-construído diz respeito ao fato de que “(...) certas construções autorizadas pela sintaxe das línguas ‘pressupõem’ a existência de um referente, independentemente da asserção de um sujeito” (MALDIDIER, 2003, p. 35)

Enquanto o “pré-construído” relaciona-se a algo que “já estava lá” no momento da formação do discurso, remetendo à sua objetividade material, o “interdiscurso” “(...) designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações

discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição” (MALDIDIER, 2003, p. 51).

Existe, portanto, uma relação intrínseca, de rede, entre “interdiscurso” e “pré-construído”, pois as configurações de poder engendradas por interesses que são determinantes dos discursos existem sempre num espaço recursivo, de retorno, que replica apenas circunstâncias sempre repetidas na constituição da realidade dos sujeitos que são, por assim dizer, ilusões de produção do discurso. Os sujeitos sociais são constituídos em relação a formações discursivas particulares, bem como quanto a seus sentidos. Essas FDs são, de acordo com Pêcheux (1996), faces linguísticas de domínios de pensamento histórico-ideológico, constituídos na forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito e, simultaneamente, junto com ele, o que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar.

Althusser, no decorrer de suas formulações, avança rumo à construção da noção, fundamental nas teorizações vindouras, de autonomia relativa na relação do sujeito com a ideologia. O entendimento de ideologia e seu funcionamento, assumido em nosso trabalho segue as reformulações feitas por Orlandi (1999a) a partir de Pêcheux, demonstrando que ideologia é o que produz e imprime uma direção aos sentidos e o que faz com que os sujeitos os tomem como evidentes, no interior das formações discursivas.

Assumindo esse posicionamento sobre a ideologia e seus efeitos, ao olharmos para nosso corpus, podemos afirmar que os sentidos sobre a campanha publicitária “O amor é a melhor herança” objeto de nossa pesquisa vão tomando algumas direções e não outras no interior da própria campanha e na relação que estabelecem como efeitos de sentido com outros discursos. Esse funcionamento é considerado por Orlandi (Ibid, p. 48), quando afirma que “não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido”. Ao dizer dessa forma, Orlandi propõe um deslocamento fundamental na noção marxista e althusseriana de ideologia, pois nessas teorizações, ela é vista como ocultação de uma verdade pelas classes dominantes, tendo uma conotação negativa e devendo ser banida ou desvelada pela teoria marxista, como se ela fornecesse uma maquinaria de limpeza ou uma proteção contra todos os processos ideológicos, restituindo a verdade e expulsando os discursos falaciosos. Essa verdade, no entanto, não está

potencializada na ordem do dizer, mas nas relações do interdiscurso que condiciona as formas de dizer, atravessado pela ideologia.

Pêcheux (1997b) salienta que há uma pluralidade compondo as estruturas e funcionamentos discursivos na qual inclui o inconsciente e a ideologia, afirmando que é via interpelação ideológica que se produz um tecido de evidências que constituem e imprimem a ilusão de unidade a essa dispersão primordial do sujeito. Acrescenta ainda que a questão da constituição do sentido é simultânea à constituição do sujeito. Ao tentar esclarecer a tese fundamental de Althusser, de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, Pêcheux (1997b, p.133) a amplia retomando a posição lacaniana do inconsciente ser o discurso do outro e a transporta para o sujeito althusseriano, chegando à conclusão de que é no recalque que “inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do processo do significante na interpelação e na identificação”.

A ideologia produz efeitos no discurso e no sujeito, isto é, ocorre um assujeitamento pelo qual o sujeito é tomado por uma formação ideológica. Constituímos, sob o efeito desse processo de ideologização e discursivização, arcabouços de saberes sobre tudo o que nos afeta, inclusive sobre nós mesmos e, ao fazê-lo, produzimos fronteiras entre nós e o outro, demarcamos e somos demarcados por lugares discursivos com os quais nos identificamos. Essas fronteiras são constituídas discursivamente e, portanto, são permeáveis e, muito frequentemente, se modificam, deslizam ou são transgredidas e atravessadas por um dizer que carrega na sua constituição os já-ditos constitutivos da memória discursiva. Toda vez que algo perpassa essas fronteiras deixa suas inscrições, provocando instabilidades, ou seja, um contingente de tensões que nos lança num “projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea”. (PÊCHEUX, 2012, p. 35).

A forma constitutiva de uma formação discursiva implica um tipo de funcionamento que nos permite dizer toda FD é constituída por um sistema de paráfrase, ou seja, uma FD representa o espaço em que enunciados são retomados e reformulados para demarcar as suas fronteiras, mantendo, assim, sua identificação com a formação discursiva de que são efeitos. O discurso, por sua especificidade, pode ser visto como um aspecto material da ideologia. Podemos pensar também que os discursos são direcionados, moldados por formações ideológicas. Nesse jogo, é determinado o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição, numa

determinada conjuntura, ou seja, essa posição diz respeito à relação de assentamento de saberes, produzindo um efeito de homogeneização discursiva.

À noção de formação discursiva interessa ainda um outro tipo de funcionamento – o pré-construído. Courtine (1981) assinala que esse termo foi introduzido por P. Henry (1975) e passa a designar uma construção anterior, que também é exterior, independente, por oposição ao que é construído na enunciação. Esse pré-construído emerge na superfície discursiva como se sempre estivesse nesse lugar, apenas oculto, tácito. No dizer de Courtine,

O pré-construído remete, assim, às evidências através das quais o sujeito revela os objetos de seu discurso: 'o que cada um sabe' e simultaneamente, 'o que cada um pode ver' numa determinada situação. Isso quer dizer que se constitui, no interior de uma FD, um sujeito universal que garante 'o que cada um conhece, pode ver ou compreender' e que o assujeitamento do sujeito em sujeito ideológico se realiza (...) pela identificação do sujeito enunciador com o sujeito universal da FD. (1981, p. 49)

Desse modo, esse sujeito universal estabelece o que cada um conhece, pode ver ou compreender da mesma forma que determina também o que o pode ser dito. O funcionamento ideológico determina a formação discursiva, possibilitando o processo de assujeitamento - interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso. É nesse processo que o sujeito se filia a uma FD. Também podemos dizer que numa FD "n" sujeitos podem partilhar ou divergir a respeito do sentido potencializado pelo dizer. A ideologia é o movimento que caracteriza o sujeito do discurso que vive seu assujeitamento sem dar-se conta disso. O que não significa dizer que, no interior de uma FD, exista uma única forma de dizer para todos os sujeitos e tampouco uma específica para cada participante. Uma FD pode ser portadora de heterogeneidade, ou seja, vários dizeres em uma única forma.

Quanto a essa noção de várias posições imbricadas em apenas em uma FD, podemos ler em Courtine (1982) que é impossível caracterizar uma FD como um espaço fechado, pois sua constituição é "invadida" por elementos que vêm de outro lugar, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos. Uma FD inscreve-se entre diversas FDs e suas fronteiras se deslocam em função dos jogos da luta ideológica). Diante disso, para Courtine, (1982, p. 44-49) uma FD “deve ser considerada como uma unidade divisível, uma heterogeneidade em relação a si mesma. Suas fronteiras são fundamentalmente instáveis e, por isso, uma FD não

consiste em um limite traçado uma vez por todas, separando um interior de um exterior do saber”.

3. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO – A DITADURA SE INSTALA

“Até quem sabe a voz do dono
 Gostava do dono da voz
 Casal igual a nós, de entrega e de abandono
 De guerra e paz, contras e prós
 Fizeram bodas de acetato - de fato
 Assim como os nossos avós
 O dono prensa a voz, a voz resulta um prato
 Que gira para todos nós

O dono andava com outras doses
 A voz era de um dono só
 Deus deu ao dono os dentes, Deus deu ao dono as nozes
 Às vezes Deus só deu seu dó

Porém a voz ficou cansada após
 Cem anos fazendo a santa
 Sonhou se desatar de tantos nós
 Nas cordas de outra garganta
 A louca escorregava nos lençóis
 Chegou a sonhar amantes
 E, rouca, regalar os seus bemóis
 Em troca de alguns brilhantes

Enfim, a voz firmou contrato
 E foi morar com novo algoz
 Queria se pensar, queria ser um prato
 Girar e se esquecer, veloz [...]”
 (BUARQUE, Chico, 1981)

As condições de produção constituem a instância de produção do discurso - o contexto histórico- social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro e do referente. O questionamento a respeito das condições de produção é orientado para a sua exterioridade ou, dizendo de outra forma, para as formações discursivas condicionadas pela formação ideológica determinante do que pode e deve ser dito, num determinado momento sócio-histórico, político e econômico. É nesse contexto que o sentido do discurso se potencializa. Consideramos, na linha de nosso trabalho, a definição de condição de produção proposta por Courtine (1981b) que a aproxima da análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e a articula teoricamente com o conceito de formação discursiva.

Na esteira das sucessivas reformulações e questionamentos teóricos, para Orlandi (1994) a noção de condições de produção suscitou controvérsias, uma vez que não são questões empíricas que estão em jogo, mas a representação dessa situação no imaginário histórico-social. É no âmbito das condições de produção que são constituídos um imaginário, individual e coletivo, e uma lógica de identificação social com a função, por vezes, de escamotear a relação de conflito e tensão que se cria junto a classes antagônicas ou, em outros casos, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, mascarando-o com sentidos outros. O lugar do equívoco, dos "pontos de deriva possíveis" como explica Orlandi (1996, p. 82), são os deslizos, os efeitos metafóricos. Qualquer dizer formulado é o sinal potencial de um movimento nas filiações sócio-históricas da identificação, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, o resultado de tais filiações e o trabalho de deslocamento em seu espaço (PÊCHEUX, 1997b).

3.1 Discurso e história – processos constitutivos

A memória histórica, concebida, no âmbito da AD, como constituída por relações interdiscursivas possibilita detectar as discontinuidades que a elaboram a partir de grandes fraturas que justapõem recortes de memória. Essa concepção de História implica romper radicalmente com qualquer busca das origens ou de um sistema de causalidade, substituídos por um caráter de multiplicidade de dizeres: a busca de coerências significantes entre discursos que na aparência não têm outras relações senão a de simultaneidade. É justamente o descentramento do sujeito que induz a uma nova relação com a temporalidade e com a historicidade: entendendo-o como dispersão em múltiplas temporalidades. Podemos, numa leitura de Dosse (2001), conceber o discurso como objeto de acontecimentos que lhe são exteriores. Essa perspectiva heterogênea permite dar um sentido novo à noção de acontecimento. É exatamente a partir dessa noção que emerge uma abordagem discursiva, pois a História é constituída pelas lutas, pelas batalhas discursivas. A problematização da História, enquanto aquilo que pode e deve ser dito, nos leva a investigar o campo dos enunciados a fim de entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos sentidos em nossa cultura.

Há nas formações discursivas uma articulação entre singularidade e repetição: de um lado, é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro. O discurso é constituído pela singularidade e pela repetição; sua análise deve, portanto, levar em conta a dispersão e a regularidade na medida em que instituiu o território da História como o campo das formações discursivas. O acontecimento não é nem substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui o seu lugar e este consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 1986, p. 57 - 58).

Podemos pensar nosso trabalho de análise do discurso midiático, procurando buscar o que não é “evidente”, fazendo irromper a singularidade, a raridade: as conexões, os jogos de força, as estratégias que formam, num dado momento histórico, aquilo que a seguir vai ser dado como evidência – olhar o acontecimento a partir dos processos múltiplos que o constituem (as práticas, que são as condições para a sua inteligibilidade). Tomar os acontecimentos significa estabelecer uma nova noção de tempo (temporalidades múltiplas) e de espaço (emaranhado, rede de relações). Essas concepções, que trazem o descontínuo e a multiplicidade.

Na formulação do discurso da História, o historiador realiza uma escolha, organiza, elimina alguns documentos e conserva outros (NORA, 1993). Essa seleção denuncia a orientação político-ideológica de uma época, já que os documentos conservados são aqueles que se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade, sob os condicionamentos de um lugar social. Ao desmontar os documentos e interpretar as suas condições de produção, o analista de discurso procura interpretar a forma como a sociedade se representa. Por isso, a memória não é pensada em seus aspectos psíquicos ou neurobiológicos: trata-se de entender os condicionantes da memória como condição de seu funcionamento discursivo, produzindo efeitos de sentido num momento e silenciando, pelo esquecimento, outros. Entendendo a História como interpretação, e não como resultado buscamos em nossa análise, os efeitos discursivos. As coisas e os sujeitos não pré-existem aos discursos, ao contrário, são esses que os constituem. Os sujeitos e os objetos existem em espaços e tempos construídos, que definem representações.

Sujeitos, espaços, tempos são, portanto, noções históricas, densas em sua materialidade, carregadas de tempo, definidoras de espaços, que nascem em algum momento e que têm efeitos práticos e designam uma gama de práticas que precisam ser historicizadas, desconstruídas, desnaturalizadas (RAGO, 2002, p. 265). O sujeito, quando se filia a uma FD, apropria-se da condição dada aos sentidos no interior dessa rede de formulações que se impõe como memória a ser repetida. Nesse processo, há, simultaneamente, um apagamento das condições de produção de outros sentidos. Quando pensamos em esquecimentos, implicamos outras dimensões da memória, uma vez que esse processo de instituição do sujeito e dos sentidos é simultâneo e reveste o sujeito de uma totalidade e de uma consciência sobre o dizer como sendo sua propriedade, permitindo-lhe articulá-lo. Com isso, o sujeito supõe dominar os sentidos de forma racional, esquecendo que eles estão inscritos e ancorados em uma FD que, sem ele o saber, mascara os sentidos com um efeito de acabamento. É uma ilusão do sujeito, pois o movimento do sentido sempre escapa ao seu domínio, por não lhe pertencer.

O funcionamento discursivo do sentido condiciona o que lhe é constitutivo, o seu deslocamento, a cadeia significante, os restos, a tensão de sua rede, constituindo a memória discursiva que é desde sempre lacunar. A memória discursiva não é única, não é homogênea ou um lugar de limpidez. Ela é constituída de diferenças, é um complexo, tendo, em seu funcionamento, uma memória oficializada e sentidos dominantes. Podemos dizer que, em todo processo de constituição do sentido, sempre há o “encontro da memória com uma atualidade” (PÊCHEUX, 2002, p.17). Este encontro determina a retomada de uma repetibilidade memorativa com os elementos de uma atualidade inscrita numa rede de formulações que possui uma historicidade, uma materialidade. Fundam-se, aí, os sentidos que podem ser reiterados ou tornar-se passíveis de serem outros, transmutando-se, transformando-se, no encontro desses pontos de tensão que imprimem, por sua vez, a manutenção dele ou a instauração de algo novo.

O sujeito articula os pré-construídos, os "sempre-já-aí", que são condicionantes da formulação do discurso. Mas toda retomada discursiva implica ressignificação, podendo fazer desprender fragmentos outros que podem compor o mesmo de forma diferente, opacificando um já-dito. Os já-ditos podem surgir no discurso como algo estranho, efeito de outros sentidos, de outros dizeres, de outros jamais ditos; isto é, podemos pensar a memória discursiva como efeito do interdiscurso, como constituída

a partir dele, sendo o que se mostra no intradiscurso apenas um recorte do interdiscurso. Dessa forma, estamos reconstituindo fronteiras sempre móveis, redescobrimos resquícios que nem sempre podem ser recobertos ou iluminados pelos sentidos já postos.

Por essa razão, podemos dizer, com Orlandi (1996), que o sujeito não é uma máquina de reproduzir sentidos, pois é intrínseco ao próprio processo discursivo haver espaços de interpretação. Entre o dito e o não dito, abrem-se, então, brechas, equívocos, deslocamentos, debates, articulações, vacilos do sujeito, possibilidades de análise e de questionamentos. Sem essa concepção de sujeito, não poderíamos falar em memória discursiva, mas apenas em memória, pois o indivíduo, plenamente consciente, a dominaria a ponto de controlá-la e de transformá-la em um arquivo de dados a ser acessado de forma plenamente racional. Dito isso, é possível assumir que é a partir da língua que chegamos ao discurso e, através do discurso, (re)construímos a memória discursiva. Não contemplamos, desse modo, apenas o fato passado e oficializado socialmente, mas as ressonâncias do discurso outro, dos outros sentidos construídos em tempos anteriores e impensados. Nessa perspectiva, podemos falar de uma memória discursiva como o dispositivo que faz funcionar o memorial dos sentidos, isto é, o interdiscurso.

A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de um esforço de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. Constitui a possibilidade de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações. Ao problematizar memória discursiva, Orlandi (1988) evidencia que o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestará de diferentes formas em discursos. A memória, por sua vez, tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 2002, p. 31).

É a língua que dá forma ao discurso e o discurso é o que materializa a memória e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que, em uma

memória coletiva, funciona como um mecanismo de identificação de um determinado processo histórico. Achard (1999) observa que aquilo que se constitui como regular pode ruir sob o peso de acontecimentos discursivos novos, constituindo-se uma nova série que pode deslocar ou desregular as relações estabelecidas com a anterior. Essa percepção revela também que se constrói um jogo de força na memória, atravessada pelo acontecimento, que desloca ou desregula os implícitos associados ao sistema de regularização. Para Pêcheux “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré- construídos, elementos citados e relatados, discursos- transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (1999, p. 52).

Achard (1999), ao problematizar a questão, formula a hipótese de que tais implícitos não seriam percebidos explicitamente no discurso- vulgata do implícito, como formas estáveis e sedimentadas, visto que, sob a repetição que sofrem, ocorre a formação de um efeito de série que permitiria uma "regularização", que funcionaria como um dispositivo de recolhimento de implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (PÊCHEUX, 1999) que poderiam, segundo o autor, conduzir à questão da construção dos estereótipos. Esses implícitos podem se configurar como enunciados completos ou, até mesmo, como certos itens lexicais utilizados isoladamente. Ainda que repetidos esses dispositivos discursivos podem acabar perdendo sua vinculação a um sentido atribuído. Esse processo ocorre pelo desencadeamento de um jogo semântico de construção de metáforas. Novos sentidos vão se constituindo na rede de dizeres. Há, então, um rompimento da memória como dispositivo guardador de implícitos - o que significa que a memória funciona como dispositivo de contextos de legibilidade de cada acontecimento discursivo e tem duas faces: a da tendência à estabilidade e a da tendência ao desarranjo e à instabilidade - repetição e dispersão estão na ordem de constituição do discurso.

A constituição da memória discursiva pode ser tomada como uma oposição aos processos históricos de silenciamento (apagamento) tal como os compreende Orlandi (1996). Dar evidência a aspectos apagados ou esquecidos corresponde a uma atitude político- ideológica que é constitutiva da memória histórico-discursiva. A formulação de interpretações históricas possíveis, mas apagadas, tanto na ordem da escrita, quanto do dizer autorizado, permite que a sociedade ou o sujeito formulem a determinação da interpretação que produz as evidências históricas.

Assim, aquilo que não pode ser formulado, num dado momento histórico, pode também não ser possível em outro. É certo que, pelo próprio funcionamento do discurso, não podemos pensar que todo não-dito possa vir a ser enunciado em outro momento. Tornar o não-dito explícito pode fazer emergir interpretações ou memórias que estavam silenciadas. Esse processo de formulação do discurso, fazendo irromper o que estava silenciado, requer um trabalho simbólico com a memória discursiva, uma relação entre formulações e silêncios, entre as diferentes memórias discursivas em tensão, entre os saberes que já eram do domínio do sujeito e os novos que se agregam, desestabilizando os discursos constituídos, na medida em que outras memórias discursivas passam a ser constitutivas dos modos de dizer.

Para pensar a relação entre o discurso da campanha “O Amor é a melhor herança” objeto de nossa pesquisa, com sua memória, assume importância (re)constituir a memória histórica silenciada no meio sócio-histórico. Importante sublinhar que há condições de produção específicas que regulam a possibilidade de a memória poder ser dita, uma vez que há múltiplas narrativas constituindo sujeitos. O trabalho de constituição da memória adquire tem uma função significativa no funcionamento mais amplo da memória que é constitutiva de uma formação social. Pertinente perceber também que a memória é um espaço móvel, de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos (PÊCHEUX, 1994). Encontrar, nesse espaço, fendas que alojam dizeres potenciais, ou simplesmente dar lugar a dizeres simples que precisam vir à tona nas condições cotidianas dos sujeitos que se relacionam o tempo todo com o igual e com o diferente, num dado tempo e contexto social, representa questão essencial quando se considera a formulação da memória discursiva.

3.2 Condições sócio-históricas que fundam o golpe – o fortalecimento da estrutura de poder dos militares

O golpe de 1964 foi resultado de uma articulação política golpista realizada por civis e militares na passagem de 1961 para 1962. É importante esclarecer que, apesar dessa conspiração ter efetivamente surgido em 1961, a Quarta República Brasileira foi marcada por diferentes tentativas de subversão da ordem que levou ao golpe de 1964 começou a ser trilhado com a posse de João Goulart (Jango) em 1961. Criaram-se diversos obstáculos à posse de Jango como presidente, que só assumiu porque foi

implantado às pressas um sistema parlamentarista que reduzia os poderes do Executivo. Por causa da estreita relação de Jango com o sindicalismo brasileiro, os grupos conservadores da sociedade viram o político gaúcho com extrema desconfiança e frequentemente o acusavam de ser comunista pelos conservadores. A crise política do governo de Jango fortaleceu-se também por causa de reformas que foram defendidas pelo governo – as Reformas de Base.

A posse de Jango não era um incômodo apenas para os grupos conservadores do Brasil, mas incomodava também o governo dos Estados Unidos, que consideravam João Goulart um político “muito à esquerda” do que se esperava de um presidente brasileiro. Duas ações do governo de Jango aumentaram essa oposição do governo americano, que passou a financiar as movimentações golpistas no Brasil. A primeira ação foi a Lei de Remessas de Lucros de 1962, que impedia multinacionais de enviar mais do que 10% de seus lucros para o exterior. A segunda medida que desagradava aos americanos era a continuidade da política externa independente do Brasil e praticada pelo Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas.

Com isso, a partir de 1962, os Estados Unidos passaram a financiar ativamente grupos e políticos conservadores no Brasil. Dois grupos que recebiam amplo financiamento americano ficaram conhecidos como “complexo Ipes-Ibad”, sendo Ipes o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, e o Ibad, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática. O Ibad, inclusive, foi alvo de uma CPI em 1962 porque recebeu milhões do governo americano para financiar a campanha de mais de 800 políticos durante as eleições daquele ano. Os políticos apoiados eram políticos conservadores, e o objetivo era criar uma frente parlamentar que barrasse o governo de João Goulart de todas as formas. Segundo a legislação brasileira da época, esse tipo de financiamento era ilegal. Já o Ipes era um grupo que atuou decisivamente no sucesso do golpe civil-militar em 1964. Em sua fachada pública, o Ipes atuava como instituição que fazia produção intelectual de livros e documentários, mas a atuação secreta do Ipes nos quadros políticos do Brasil é resumida pelas historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling:

[...] o Ipes agiu contra Goulart com uma política de duas vertentes. A primeira consistiu na preparação e execução de um bem orquestrado esforço de desestabilização do governo que incluía custear uma campanha de propaganda anticomunista, bancar manifestações públicas antigovernistas e escorar, inclusive no âmbito financeiro, grupos e associações de oposição ou de extrema-direita (2015, p.441).

A desestabilização do governo de Jango também foi, em grande parte, realizada pela imprensa brasileira. Os jornais de grande circulação do Brasil uniram-se em uma articulação golpista que recebeu o irônico nome de Rede da Democracia. A mobilização pelo golpismo da imprensa partia da seguinte leitura da realidade política brasileira:

[...] os jornais passaram a ser peças-chave na conspiração a partir do final de 1963. Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão no coração do poder, ou seja, a própria presidência da República (NAPOLITANO, 2016, p.46).

O Golpe Militar de 1964 foi o evento que se iniciou em 31 de março de 1964 e colocou fim ao governo do presidente João Goulart. Esse golpe militar foi complementado por um golpe parlamentar realizado pelo Congresso Nacional no dia 2 de abril do referido ano. Por meio desse evento, iniciou-se a Ditadura Militar, período que se estendeu por 21 anos. O Golpe de 1964, entendido atualmente pelos historiadores como Golpe Civil-Militar de 1964, foi um acontecimento que encerrou o período democrático que havia se iniciado em nosso país em 1946. Esse período é reconhecido por diferentes nomes, como “Segunda República”, “Terceira República”, “Quarta República”, “República de 46”, entre outros, e se estendeu de 1946 a 1964.

A Quarta República foi reconhecidamente um momento em que se esboçou uma democracia em nosso país. O sistema eleitoral se desenvolveu e a partidarização da população e o seu envolvimento com a política se ampliaram. Embora isso acontecesse, a Quarta República, paradoxalmente, foi um momento marcado por iniciativas de derrubada da democracia. O golpe de 1964 garantiu que isso acontecesse. O golpe de 1964 colocou fim ao governo de João Goulart, político trabalhista que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e considerado um dos herdeiros políticos de Getúlio Vargas. Era um político de centro-esquerda, com bom diálogo com os sindicatos, e que havia assumido a presidência em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros. Conhecido como Jango, o presidente teve um dos governos mais complexos da história brasileira, sobretudo porque havia uma forte resistência conservadora contra ele. A posse de Jango, por exemplo, só foi possível graças à Campanha da Legalidade, uma movimentação que envolveu políticos e civis para garantir a posse do novo presidente, em respeito à Constituição de 1946.

João Goulart assumiu e seu governo se dividiu em duas fases: uma parlamentarista, na qual ele tinha os poderes presidenciais limitados; e outra presidencialista, na qual os poderes de governo dele foram restaurados. Durante a fase presidencialista, ele propôs um plano de reformas que incluía modificações em áreas estratégicas do país: as Reformas de Base. Esse plano desagradava bastante a grupos do alto empresariado e proprietários de terra, mas não somente eles. No contexto de Guerra Fria e no cenário internacional, um governo progressista e de centro-esquerda, como o de Jango, era visto com desconfiança pelos Estados Unidos. Como forma de enfraquecer o governo de Jango, os Estados Unidos passaram a intervir no cenário político brasileiro para enfraquecer o presidente e evitar que ele realizasse as reformas que tanto desejava. Uma das formas de influenciar a política brasileira foi financiar, por meio da CIA, a agência de inteligência norte-americana, a candidatura de políticos conservadores em 1962.

Essa ação se deu por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que recebeu milhões de dólares da CIA para financiar candidaturas políticas. Essa ação era ilegal à luz da legislação eleitoral do Brasil na época e visava criar uma bancada conservadora que atuasse para travar as ações do governo de Jango. As tentativas de desestabilização do governo também aconteceram por meio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), organização anticomunista e antirreformista que, segundo Marcos Napolitano, tinha como objetivo “formar uma nova elite política ideologicamente orientada para uma modernização conservadora do capitalismo brasileiro” (NAPOLITANO, 2016)

Além disso, havia a Rede da Democracia, a união de grupos da grande imprensa que veiculava críticas ao governo Jango sob a alegação de que este preparava o caminho para um golpe comunista no Brasil. A articulação Ibad-Ipes-Rede da Democracia foi crucial para o desenvolvimento do golpe no Brasil. Essa tríade mobilizou os seguintes grupos da sociedade brasileira: grande empresariado, classe média, representantes do capital estrangeiro, anticomunistas, conservadores, entre outros, (NAPOLITANO, 2016). Além disso, esse grupo se interligou com o ator responsável pelo golpe em 1964: os militares. A questão de maior tensão durante o governo de Jango, sem dúvidas, foram as Reformas de Base. Essas reformas buscavam realizar modificações em pontos estratégicos para sanar gargalos históricos que causavam desigualdade social e impediam o desenvolvimento do Brasil.

As Reformas de Base, que incluíam reforma agrária, educacional, eleitoral, bancária, urbana e tributária, desagradavam a setores conservadores do país, e a única que chegou a ser debatida foi a reforma agrária. Ao longo de 1963, uma longa discussão aconteceu sobre a realização da reforma agrária, e a forma como ela seria realizada não avançou e travou os debates. No fim, o governo não conseguiu aprová-la e perdeu apoio entre grupos do Partido Social Democrático (PSD) que eram ligados aos grandes proprietários de terra. A conspiração em curso contra o governo de João Goulart foi resultado do temor de grupos conservadores com a ascensão dos movimentos sociais, como os movimentos de camponeses, operários e estudantes. A sociedade brasileira estava rachada ideologicamente entre direita e esquerda, e um dos grandes alvos de debate foram as Reformas de Base.

As Reformas de Base foram um programa estipulado pelo governo Jango que criou uma agenda e promoveu um debate a respeito de entraves estruturais da sociedade brasileira. Elas estipulavam reforma agrária, tributária, eleitoral, bancária, urbana e educacional. Entre todas essas propostas, a que teve discussão mais avançada nos quadros políticos brasileiros foi a agrária. A reforma agrária dominou o debate político nacional de março até agosto de 1963 e dividiu esquerda e direita. Formaram-se grupos de trabalhadores camponeses que começaram a invadir propriedades rurais e a pressionar o governo pela realização da reforma – mesmo que a força. Os proprietários, por sua vez, eram contrários à reforma agrária.

A proposta defendida pela esquerda estipulava que terras com mais de 500 hectares que fossem improdutivas seriam alvo da reforma e que a desapropriação dessas terras seria realizada mediante indenização de títulos da dívida pública a ser resgatados em longo prazo. Já a direita até aceitava negociar, mas defendia que a reforma agrária deveria acontecer de acordo com os mecanismos constitucionais, ou seja, mediante pagamento indenizatório em dinheiro e à vista conforme valor de mercado. Isso fez o debate emperrar, e a não realização da reforma agrária agravou a situação. Invasões de propriedades espalharam-se por diversas partes do Brasil. Além disso, por causa do desgaste gerado pelo debate, a base parlamentar de Jango vinculada ao PSD bandeou-se para a oposição udenista. As dificuldades do governo de Jango aumentavam com a intransigência de muitos grupos da esquerda que queriam realizar as Reformas de Base a todo custo. Essa ala tinha como grande nome Leonel Brizola – cunhado de João Goulart, havia sido governador do Rio Grande do Sul e, a partir de 1963, tornou-se Deputado Federal pela Guanabara.

A não aprovação da reforma agrária contribuiu para que os sindicatos de trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas, radicalizassem-se. A atuação desses grupos no campo visava a forçar o governo a realizar a reforma agrária a todo custo. Entre as medidas defendidas por esses grupos, estavam a desapropriação de terras de latifúndio improdutivo e estímulo aos pequenos produtores, por exemplo. Sindicatos e outros grupos de esquerda e centro-esquerda pressionavam o governo para que as reformas avançassem no país. O líder trabalhista, Leonel Brizola, era um dos grandes defensores das reformas no país. A radicalização desses grupos pelas reformas acirrou as preparações de grupos conservadores pelo golpe. As Forças Armadas, por exemplo, davam cada vez mais demonstrações de insubordinação contra o presidente. Essa atuação radicalizada da esquerda na defesa das Reformas de Base foi explorada pelos grupos que articulavam o golpe. Assim, um discurso disseminou-se pelo país: para justificar um possível golpe da direita, cada vez mais disseminou-se a ideia de um golpe da esquerda em gestação. (...) a artimanha da direita foi a de construir equivalência entre a agenda reformista que pedia mais justiça social e mais democracia, (...), e um golpe contra a liberdade e a própria democracia. Essa assertiva levava a uma conclusão lógica: o eventual golpe da direita, na verdade, seria meramente reativo, portanto, legítima defesa da democracia e dos valores “ocidentais e cristãos” contra os “radicais” da esquerda (NAPOLITANO, 2016, p.50).

3.3 A efetivação do Golpe e os Atos Institucionais que marcaram o regime militar – funcionamentos ideológicos e repressivos do Estado Ditador.

Em março de 1964, a situação estava em uma posição quase irreconciliável. Os militares e o grande empresariado, aliados aos Estados Unidos, tinham planos avançados. Nessa altura, João Goulart decidiu abandonar a posição de conciliação e confrontar o Congresso para aprovar as Reformas de Base. Isso ficou evidente no discurso do presidente em um comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. As historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling afirmam que o tom do presidente era de mostrar que bastava de conciliação e que a hora de aprovar as reformas era imediata (SCHWARCZ & STARLING, 2015). A reação dos grupos conservadores se deu na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que levou 500 mil pessoas às ruas de São Paulo. Essa marcha teve tom

anticomunista e tinha postura abertamente golpista, pois defendia a intervenção militar no governo de Jango. O estopim para o golpe dos militares foi a anistia que Jango deu aos marujos rebelados na Marinha, no final de março. O golpe estava organizado para acontecer no dia 10 de abril, mas a ação intempestiva de Olímpio de Mourão fez com que uma rebelião militar estourasse em Juiz de Fora, no dia 31 de março. As tropas lideradas por ele marcharam até o Rio de Janeiro para derrubar o presidente. Essa rebelião contou com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O presidente João Goulart teve possibilidades de resistir ao golpe em curso, mas não interveio na situação, para evitar que uma guerra civil se iniciasse. O golpe militar foi seguido por um golpe parlamentar, pois, no dia 2 de abril, o senador Auro de Moura declarou vaga a presidência do Brasil. Essa medida só poderia ser tomada se o presidente se retirasse do país sem autorização do Congresso. No entanto, João Goulart estava no Rio Grande do Sul no dia 2 de abril de 1964.

Dias depois foi anunciado o Ato Institucional nº 1, o primeiro decreto que trazia medidas arbitrárias e autoritárias no âmbito da Ditadura Militar. Esse ato deveria ser o único, mas o regime acabou publicando 17 atos institucionais. No primeiro AI, a Constituição de 1946 é alterada para conferir aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos. Assim, foram os políticos ligados ao governo de João Goulart que mais sofreram com essa medida. Esse ato surgiu da sugestão do jurista Francisco Campos, conhecido por apoiar medidas autoritárias. Já o AI-2 (1965) figuras ligadas a João Goulart e ao PSD ganharam as eleições de 1965 para governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como resposta ao medo do regime ser afetado pela perda de base política, o AI-2 foi instituído para colocar os partidos políticos na ilegalidade e definir o bipartidarismo. Foi nesse contexto que foram criados o partido do governo, Aliança Renovadora Nacional ou Arena (uma fusão da UDN e do PSD) e o partido da “oposição consentida”, o Movimento Democrático Brasileiro ou MDB, que abrigou os opositores do regime, mas com margem restrita de atuação.

Além disso, a partir do AI-2, os poderes do presidente foram ampliados, passando a poder decretar 180 dias de Estado de Sítio sem a aprovação prévia do Congresso Nacional. Outros artigos dessa medida também definiram eleições indiretas para presidente da República, autorizaram a intervenção na política estadual, a demissão dos funcionários públicos que não se adequassem ao novo governo e a emissão de decretos relacionados à segurança nacional. O AI-3 (1966) foi anunciado

ainda no governo Castelo Branco, o AI-3 tornou eleições para governadores estaduais indiretas, evitando, assim, dissidências entre o governador eleito e o prefeito da capital. Por outro lado, o AI-4 (1966) foi instituído para permitir a reabertura do Congresso Nacional, em recesso desde o golpe. O objetivo da abertura foi permitir a aprovação da constituição de 1967 e manter a imagem de legitimidade do regime. Nesse momento, o Congresso foi pressionado a discutir as normas com urgência (para evitar maiores debates...), sem falar que a possibilidade de o mandato ser cassado impedia maiores alterações ao projeto apresentado ao Congresso. Por fim, o AI-5 (1968) , marcou o final do processo de institucionalização do regime, o AI-5 deu caráter mais autoritário ao regime por meio das seguintes medidas: suspensão do habeas corpus para determinados crimes; fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; autorização para o Presidente da República decretar estado de sítio por tempo indeterminado, suspender direitos políticos e cassar mandatos eletivos; permissão para confiscar bens privados e intervir em todos os estados e municípios.

4 CAÇA ÀS BRUXAS: O DISCURSO SILENCIADO

“Na primeira noite
Eles se aproximam
E colhem uma flor
de nosso jardim
e não dizemos nada
Na segunda noite,
Já não mais se escondem;
pisam as flores,
matam o nosso cão
e não dizemos nada
Até que um dia
O mais frágil deles
Entra sozinho em nossa casa,
Rouba-nos a lua e,
Conhecendo nosso medo,
Arranca-nos a voz da garganta,
E porque não dissemos nada
Já não podemos dizer nada.”
(COSTA, Eduardo Alves da, 1968)

O Golpe Militar de 1964 foi resultado de uma conspiração realizada por grupos conservadores da sociedade brasileira e deu início ao período da Ditadura Militar no Brasil. O Golpe Civil-Militar de 1964 é o nome que se dá à articulação golpista que, entre 31 de março e 9 de abril de 1964, realizou a tomada de poder, subvertendo a ordem existente no país e dando início à Ditadura Militar, regime ditatorial que se estendeu no Brasil de 1964 até 1985 e foi caracterizado por censura, sequestros e execuções cometidas por agentes do governo brasileiro. Durante o golpe realizado em 1964, o presidente então empossado, João Goulart, foi destituído de seu cargo.

O golpe de 1964 ocorreu após uma articulação política golpista realizada por civis e militares na passagem de 1961 para 1962. É importante esclarecer que, apesar dessa conspiração ter efetivamente surgido em 1961, a Quarta República Brasileira foi marcada por diferentes tentativas de subversão da ordem realizadas pela UDN. O caminho que levou ao golpe de 1964 começou a ser trilhado com a posse de João Goulart (Jango) em 1961. Criaram-se diversos obstáculos à posse de Jango como presidente, que só assumiu porque foi implantado às pressas um sistema parlamentarista que reduzia os poderes do Executivo.

Por causa da estreita relação de Jango com o sindicalismo brasileiro, os grupos conservadores da sociedade viram o político gaúcho com extrema desconfiança e frequentemente o acusavam de ser comunista pelos conservadores. A crise política

do governo de Jango fortaleceu-se também por causa de reformas que foram defendidas pelo governo – as Reformas de Base.

A posse de Jango não era um incômodo apenas para os grupos conservadores do Brasil, mas incomodava também o governo dos Estados Unidos, que consideravam João Goulart um político “muito à esquerda” do que se esperava de um presidente brasileiro. É nesse contexto dominada por determinada formação ideológica que se produzem as condições de produção dos discursos objeto de nosso estudo. Para alguns pesquisadores, como Schwarcz e Starling (2015), bem como Reis Filho (2014) que desenvolveram estudos sobre esse período sombrio de nossa história, é importante destacar a forma repressora e abusiva que deu sustentação ao regime de exceção. Um expediente que pode representar o modo como o Estado nas mãos dos militares se tornou um grande aparato repressor é o caso da tortura amplamente empregada pela polícia política.

Aarão Reis aponta que “versões memoriais apaziguadoras” (REIS FILHO, 2014, p. 8) foram elaboradas nos anos 1980 em nome da conciliação nacional, deixando de lado o debate acerca das bases sociais que sustentaram o regime. Diante do processo que levaria ao fim da ditadura, a sociedade brasileira apegou-se a valores democráticos, negando ter colaborado, apoiado ou até mesmo sido indiferente frente aos acontecimentos do período ditatorial. Conforme o autor, “a ditadura no Brasil, até pelo longo período que durou, foi uma construção histórica. Impossível compreendê-la sem trazer à tona suas bases políticas e sociais - múltiplas e diferenciadas” (REIS FILHO, 2014, p. 128). A ideia de que o golpe foi inevitável, como ainda hoje se menciona, inclusive na grande mídia nacional, é questionada pelo autor, que articula o contexto nacional daquele período com processos mais amplos, em escala global, que teriam provocado a atitude golpista. Assim, o autor afirma que:

o nacionalismo e o reformismo radicais assustavam, em virtude do exemplo da Revolução Cubana, cujo caráter nacional-democrático cedo se transmutara, desde 1961, numa proclamada revolução socialista. Outros movimentos de libertação nacional em curso aproximavam nacionalismo e socialismo, como na China, no mundo árabe (Argélia, Síria e Iraque), no Vietnã, e mesmo entre os pequenos grupos revolucionários que despontavam então nas ex-colônias portuguesas. (REIS FILHO, 2014, p. 47)

Daniel Aarão Reis, por fim, alerta-nos para uma questão fundamental para o tempo presente: “não há como se libertar da ditadura sem pensar nela” (REIS FILHO,

2014, p. 171), fazendo, desta obra, um esforço democrático de um pensador que acredita que a melhor defesa da democracia é o pensamento crítico, “à maneira de um antídoto às tentações autoritárias” (REIS FILHO, 2014, p. 171). Segundo diversos trabalhos, essa prática, constitui-se o núcleo do sistema repressivo no Brasil. Subversivos, insubordinados, marxista, comunistas foram os nomes dados aos militantes contrários à causa nacionalista, desenvolvimentista e de oposição ao comunismo. Sob essa égide tornava-se possível perseguir, prender e torturas os sujeitos marcados pelo sistema repressor.

Esses “comunistas” como eram identificados nos procedimentos policiais, encontravam-se monitorados e, conseqüentemente, convocados a prestar esclarecimentos a respeito dos discursos os quais produziam contrários ao regime imposto. Muitos desses “comunistas” foram investigados sem mesmo terem conhecimento do referido procedimento policial, pois, os mecanismos de repressão/opressão eram criados com o intuito de investigar qualquer ato nocivo ao novo regime. Nesse sentido, propomo-nos, pois, a examinar os procedimentos policiais instaurados à luz da ditadura militar sob a ótica da AD. No entanto, esse período já foi objeto de inúmeros trabalhos de cunho sociológico, político, jornalístico, jurídico, porém, acreditamos que ainda é possível produzir conhecimento teórico “sobre seu funcionamento discursivo sem incorrer em redundância” (INDURSKY, 2013, p. 17). Não pretendemos, com esse estudo, examinar exaustivamente todas as teorias existentes as quais se propõem a trabalhar com a AD. Dessa forma, estabelecemos um recorte teórico o qual marcará nossa posição no concerto das diferentes perspectivas as quais compõem o campo da AD.

4.1 A mão da censura – repressão e perseguição a professores na UFRGS

Em abril de 64, havia a intenção ou, ao menos, o discurso de que o governo militar seria transitório e de que a democracia seria prontamente restabelecida. Isso pode explicar por que os processos de exclusão de professores tenham tentado manter uma aparência de normalidade jurídica e respeito à autonomia da instituição. Por ordem do Ministério da Educação (MEC), as universidades deveriam constituir comissões internas para julgar os docentes acusados de subversão. O que não significa que as instituições não tenham encontrado formas de resistir ao assédio, pelo

contrário. Na UFRGS, o parecer foi de que não havia necessidade de investigar os professores, decisão que não agradou o MEC.

Como a normalidade era apenas na aparência, o ministério então determinou a criação de Comissões Especiais de Investigação Sumária (Ceis) na Universidade, grupos que passaram a ser responsáveis pelos inquéritos. Essa determinação criou uma cisão dentro do corpo docente. De um lado, havia o grupo de professores que acreditava não haver como impedir a instauração das Comissões, mas que seria possível minimizar os danos, já que a Universidade indicaria educadores para participar dos processos. De outro, havia aqueles que se recusaram a tomar parte nas ações por considerarem que isso legitimava a perseguição.

No caso dos professores, os expurgos da UFRGS aconteceram em duas ocasiões. A primeira foi logo após o golpe de 1964, quando 17 docentes foram afastados de suas atividades acadêmicas sob aparente normalidade. A segunda foi em 1969, em um período de acirramento da repressão, atingindo outros 20 educadores. Depois da publicação do Ato Institucional número 5, o AI-5, a repressão aos opositores do regime aumentou, assim como a arbitrariedade na perseguição política. Foi assim que 20 professores da UFRGS ficaram sabendo dos decretos que os demitiam através de transmissão de rádio da Hora do Brasil, um canal muito popular de informação à época. Diferentemente do que aconteceu em 1964, sequer houve preocupação em fazer parecer com que a decisão decorria de um processo legal, com direito à defesa e ao contraditório. Claro que, mesmo dentro de um período de silenciamento, não deixaria de haver resistência, mas o medo imperava, conforme registrada de forma muito consistente em *Universidade e Repressão*:

embora no seu conteúdo e nas suas motivações reais a investigação realizada na Universidade tivesse caráter de pura e simples repressão político-ideológica, na sua forma ela pretendeu se revestir de um caráter jurídico que a legitimasse. O modo que encontrou para fazê-lo foi o de imitar as formas externas de um ritual processualístico, apresentando-se a CEIS com foros de tribunal, perante o qual os professores (bem como estudantes e funcionários) eram intimados a depor, recebiam acusações e tinham prazos para apresentar suas defesas. (ADUFRGS. 1979. p. 28).

Importante sublinhar que a breve existência e a aparente simplicidade organizacional da CEIS/UFRGS tendem a esconder a complexidade de seu funcionamento. Formalmente sua estrutura era relativamente simples. Porém, sua composição foi marcada por significativa heterogeneidade frente às concepções sobre seu papel e sobre suas formas de atuação e organização. Entendemos que tal

heterogeneidade tenha sido fundamentalmente determinada pela forma peculiar com que a comissão de investigação sumária da UFRGS foi constituída (a partir de indicações das congregações).

Nessa dinâmica, alguns membros da comissão destacaram-se por uma postura mais alinhada com os ideais da Ideologia de Segurança Nacional, demonstrando entenderem ser sumamente importante que fossem atingidos os reais objetivos, anteriormente mencionados, da “Operação Limpeza”. Como mencionado anteriormente, um forte conservadorismo foi especialmente marcante na atuação desses membros da CEIS/UFRGS, embora tenha sido identificado também em relação a outros. O conservadorismo funcionava, assim, como um elemento comum de justificativa (e de autojustificativa), no sentido de que a função primeira da CEIS/UFRGS – a perseguição a comunistas, trabalhistas, socialistas e outros que pudessem ser identificados com o governo autoritariamente deposto – era necessária ou, no mínimo, aceitável. Nesse sentido, o anticomunismo serviu como um grande ‘guarda-chuva ideológico’, tanto para abrigar a ampla gama de grupos perseguidos sob a acusação comum e intercambiável de comunismo ou subversão, quanto para a definição de quais professores, servidores técnico-administrativos e estudantes poderiam ser considerados confiáveis.

Os expurgos de professores da UFRGS ocorridos em 1964 resultaram da instalação, por determinação do MEC, de uma comissão de investigação sumária no interior da própria universidade. A Reitoria, recebendo do bloco dominante, como em outras universidades brasileiras, relativa liberdade para determinar a composição do grupo, constituiu-a com representantes de todas as congregações, sendo que cada uma deveria indicar o seu. Isso conferia um certo grau de legitimidade à comissão, especialmente no interior da comunidade universitária, mas também fora dela. Tal comissão, ideologicamente heterogênea, caracterizou-se por um acentuado grau de preocupação com a aceitabilidade de sua ação pela sociedade e, particularmente, pela comunidade universitária, sendo indicativo disso, principalmente, o marcante formalismo que pautou o desenvolvimento de suas atividades.

A CEIS/UFRGS contou com dados fornecidos pelo então nascente sistema de informações do regime ditatorial. Foi através da “assessoria militar” que se estabeleceu o vínculo da comissão com o Aparato Repressivo, de modo especial com o 3º Exército e com o DOPS/RS. A atuação do MEC naquele período restringiu-se à coordenação das ações repressivas e de controle político-ideológico, por intermédio

da Reitoria da universidade. O resultado da atuação da CEIS/UFRGS acompanhou o padrão nacional de repressão promovido pela “Operação Limpeza”, ao atingir um conjunto de dezoito professores, composto majoritariamente por indivíduos e grupos vinculados às esquerdas comunista e trabalhista, bem como por pessoas que, a despeito de possuírem outros perfis político-ideológicos, eram identificadas com o governo deposto autoritariamente pelo Golpe de 1964.

Entretanto, o processo na UFRGS também apresentou especificidades locais, derivadas em parte da composição peculiar da comissão de investigação sumária daquela universidade. Em relação às causas dos expurgos docentes de 1964 na UFRGS, foi possível observar que estiveram relacionadas com a intenção de reprimir indivíduos e grupos percebidos, por setores da comunidade universitária e/ou por setores da sociedade política, como ameaças reais ou potenciais à hegemonia do bloco dominante, em função de motivos diversos, derivados de pelo menos um dos seguintes fatores: perfis político-ideológicos dos que acabaram sendo expurgados; vínculos político-partidários com partidos e movimentos políticos contra-hegemônicos, por parte dos atingidos; e ações contra-hegemônicas suposta ou efetivamente praticadas, pelos docentes sumariamente afastados, dentro ou fora da instituição.

4.2 Silêncio, Sentido e Censura: o apagamento das vozes

A esfera do silêncio que propomos problematizar nesse capítulo é a do silêncio constitutivo, isto é, um silêncio que significa em si mesmo, uma vez que “Com ou sem palavras esse silêncio rege os processos de significação” (ORLANDI, 2007, p. 61). Isso nos permite compreender como diversas posições do sujeito foram negadas pelo aparelho repressor do Estado (ditadura Militar), ou melhor, tentaremos – ao longo desse percurso – identificar que essa negação não é total, mas, sim, apagada para significar e (re)significar em outro lugar. Esse movimento de ida e vinda “[...] apenas reforça o modo de funcionamento do silêncio: sentidos que são silenciados resistem e aparecem para significar de outro modo” (GRIGOLETTO, 2002, p. 137).

Queremos tomar um certo distanciamento no percurso proposto, uma vez que “[...] não trataremos aqui do silêncio em sua percepção mística. Essa concepção é frequentemente a dominante porque o silêncio é um tema cuja história está muito ligado ao sagrado, às religiões” (ORLANDI, 2007, p. 64). Nessa corrente de raciocínio, pensamos a produção dos sentidos estabelecidos pelo silêncio, isto é, queremos

estabelecer um “[...] *continuum* significante ‘sem fechamentos’ de sentido próprios da linguagem” (GRIGOLETTO, 2002, p. 134). É, pois, nessa constituição do sentido e do sujeito que queremos nos ocupar a partir desse momento. O silêncio, portanto, não se define apenas com a parte sonora da linguagem, ou seja, trata-se de um elemento que pouco se aproxima das palavras ditas, melhor dizendo, quanto mais usamos as palavras para dizer alguma coisa mais nos aproximamos de dizer algo equivocado.

Nessa mesma linha de raciocínio pensamos que o “[...] silêncio é a dimensão do múltiplo dos ‘outros’ sentidos que a linguagem tenta reduzir ao ‘um’ (GRIGOLETTO, 2002, p. 134). O silêncio não é vazio ou até mesmo sem sentido, na verdade, trata-se de uma instância significativa, melhor dizendo, trata-se de não dizer para dizer alguma coisa. Por exemplo: quando em determinados momentos somos arrebatados por sentimentos de raiva, pensamos quase que instantaneamente na contrarresposta, isto é, em dizer alguma coisa que certamente iremos nos arrepender. Portanto, pensamos o silêncio como algo que deve “[...] ser compreendido como a ‘possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do ‘um’ com o ‘múltiplo’, a que aceita a reduplicação e o deslocamento [...] (GRIGOLETTO, 2002, p. 134).

Isso significa dizer que estamos a lidar com o silêncio o qual se instala no linear dos sentidos, quer dizer, no linear de um período inquisitorial brasileiro como fora chamado a ditadura Militar a qual perdurou no Brasil durante 20 longos anos. A ditadura atingiu seu auge em 1970, com o milagre econômico, o qual “escamoteou os efeitos da concentração de renda, e muita gente, em especial, entre as classes médias urbanas, beneficiou-se com o crédito fácil, as novas oportunidades profissionais e os estímulos para consumir em um mercado abarrotado de novidades” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 453).

Isso se deu no mesmo momento em que o regime censurava todo e qualquer meio de comunicação do país e, conseqüentemente, torturava e exilava os insurgentes, contrários aos ditames do regime ora imposto. Nesse cenário de ditadura Militar é que se produzem diversos silenciamentos, uma vez que “[...] o silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um *horizonte* e não como *falta*. (ORLANDI, 2007, p. 68).

Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece uma relação com o silêncio, mesmo que essa relação não seja totalmente consciente. Pensamos, portanto, os

diversos silenciamentos os quais constituem à nossa história, isto é, “ A forma do silêncio fundante é a base sobre a qual se constrói a dimensão da política do silêncio: é porque o silêncio existe como matéria significativa, sem a qual não há sentido, que o dizer povoa com alguns sentidos para que outros não sejam ditos [...]” (GRIGOLETTO, 2002, p. 135).

Não queremos, com isso, negar a trajetória da história, apagar o percurso das ideias, enclausurando-nos em um único caminho. Queremos, sim, ser arrebatados por diversos percursos; significações possíveis, cuidando sempre as opacidades, equívocos que o próprio uso da linguagem nos traz, buscando – com isso – a lembrança de um passado, por muitos, esquecido. Para tanto, organizamo-nos em uma ordem coerente, uma vez que todas as ideias se vinculam, contudo não saberia expô-las ao mesmo tempo. Retomamos, portanto!

O discurso, como sabemos, trata-se das palavras em movimento, prática de linguagem, isto é, com o estudo do discurso é possível observar o homem falando (ORLANDI, 2020). Pensamos o discurso como um conjunto de enunciados os quais produzem efeitos de sentido entre os diversos sujeitos que se comunicam. O discurso, portanto, rege-se pelos princípios, valores, significações os quais estão alocados em um texto. Dessa forma, podemos dizer que “No discurso há sempre um ‘projeto’, um futuro silencioso do sujeito, pleno de sentido. O discurso se apresenta desse modo como o projeto – o estado significante – pelo qual o sujeito se lança [...]” (ORLANDI, 2007, p. 70).

Dessa forma, tem-se que “a noção de discurso, em sua definição, distancia-se do modo como o esquema elementar da comunicação dispõe seus elementos, definindo o que é mensagem” (ORLANDI, 2020, p. 19), isto é, não se trata apenas da transferência de informações de forma que a mensagem resultasse pura e simplesmente de um processo serializado. Na AD, pensa-se a relação do sujeito com o sentido na mesma familiaridade que se pensa a relação da língua com a história, ou seja, o sentido não se encontra na palavra em si, nas coisas ditas, mas, sim, imbricadas com as condições de produção, na sua relação com a exterioridade (o que está fora da língua), bem como no contexto em que o discurso foi produzido.

Pensamos, portanto, a relação do sujeito e sentidos afetados pela língua e pela história como um processo complexo de constituição desses sujeitos e não simplesmente como um processo de transmissão de informações, quer dizer, “são processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de

construção da realidade etc” (ORLANDI, 2020, p. 19). O silêncio, assim sendo, é “a dimensão do múltiplo, dos ‘outros’ sentidos que a linguagem tenta reduzir ao ‘um’ (GRIGOLETTO, 2002, p. 134). À vista disso, o espaço de produção dos sentidos se apresenta “como o projeto – o estado significante – pelo qual o sujeito se lança em ‘seu’ sentido em um movimento contínuo (ORLANDI, 2007, p. 70), isto é, todos os sentidos são possíveis ,dentro dos limites determinados pelo contexto, por quem os produz, uma vez que, esses sentidos são conduzidos e condicionados a determinadas interpretações. Para “cumprir esse ‘projeto’, o sujeito toma apoio no silêncio (ORLANDI, 2007, p. 70). Pensamos a ditadura Militar, por exemplo, não como um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas, sim, de fatos discursivos os quais se produzem nas diversas formações discursivas dadas.

Certas palavras, eram coibidas para que se coibissem certos sentidos, isto é, poderíamos compreender a ditadura Militar como a “interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2007, p. 76), ou melhor, ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido. Nessa corrente de raciocínio, a censura estabelecida pelo período da ditadura que perdurou por durante 21 anos faz com que essa relação de força pela qual ela se configura nos revele, dentro do dizível, o que pode ser dito quando o sujeito fala. (ORLANDI, 2007). O discurso, portanto, produz sentido, constrói significado, mobilizando interpretações para que possamos realizar as práticas políticas pelas formas como esses sentidos são produzidos.

A AD busca saber como diversos discursos produzem suas significações, isto é, entender como esses sentidos efetuam a prática política. A relação com o dizível no período inquisitorial brasileiro é, pois, modificada “quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido) (ORLANDI, 2007, p. 77). Nessa mesma interpretação, o sentido é visto como o possível, o não-preenchido. É no funcionamento discursivo que se possibilita compreender “o sintoma de um sítio significante que ali se produz” (ORLANDI, 1996, p. 14). Esse sintoma é o índice de uma ausência e se inscreve na materialidade do texto como uma espécie de desorganização textual, como pista de uma escrita que deve ser refeita.

O sentido se constrói, não pela ilusão de completude do sujeito, uma vez que é nas falhas, nas rupturas as quais se percebe que “um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro” (PÊCHEUX, GADET, 2014, p. 51). Com efeito,

não há nada na linguagem que não implique silêncio, pois, estar em silêncio é estar com os sentidos. “O real da significação é o silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 29). O silêncio não é como uma gaveta onde estão todos os sentidos guardados esperando palavras serem ditas. O silêncio é assim um sopro de ar, um suspiro único e insistente da significação, sendo um lugar não mais de avanço, de contrapartida, mas, sim, um lugar de recuo necessário para que se possa significar para que o sentido se faça sentido.

Segundo Eni Orlandi (2007), o silêncio é um espaço fundamental entre as palavras para que o dizer possa fazer sentido. Michele Sciacca (1995) acrescenta que o silêncio corresponde ao fôlego da significação. Além do que, “sem um reverso de silêncio, a comunicação é impensável, ficaria obstruída num fluxo contínuo de palavras as quais conduziriam à impotência da palavra condenada à partida” (LE BRETON, p. 1999, p. 25). Reiterando as palavras de David Le Breton, o silêncio é o que permite à linguagem ser discernível segmentável e inteligível. Sem um espaço o qual se interpusse entre os signos, os sentidos jamais se construiriam.

Sabemos – no entanto – que falar em silêncio, estudá-lo, analisá-lo nas suas múltiplas faces requer mais do que um simples impulso, ou melhor, é pensá-lo que ele não é observável, porém não é vazio, mesmo no ponto de vista da percepção. “O silêncio significa de múltiplas maneiras e é o objeto de reflexão de teorias distintas, a saber: de filósofos, de psicanalistas, de semiólogos, de etnólogos e até mesmo os linguistas se interessam pelo silêncio [...]” (ORLANDI, 2007, p. 42). Isso significa dizer que a incompletude do sujeito pode ser compreendida como trabalho do silêncio, ou seja, o sujeito tende a ser completo “e, em sua demanda de completude, é o silêncio significativo que trabalha sua relação com as diferentes formações discursivas, fazendo funcionar a sua contradição constitutiva” (ORLANDI, 2007, p. 78).

Nessa mesma trilha de raciocínio, pensamos que, na ditadura Militar, existiram formas de resistências e – em especial – de professores, uma vez que no autoritarismo, não há discursos possíveis, mas, sim, “discurso” formado na amargura palatável da qual fora a ditadura Militar. “Nesse passo, podemos fazer uma relação entre a rarefação do sentido produzido pela relação com o Poder (censura) e a produzida pela relação com o desejo (Narcísia)” (ORLANDI, 2007, p. 79), isto é, a censura é o lugar de apagamento dos seres, de polissemias desmedidas, de percursos desconexos, de não-lugares, uma vez que “o referente está apagado pela

relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor” (ORLANDI, 2020, p. 85).

O discurso, como sabemos, é uma das dimensões da história, sendo constitutivo dos embates os quais se dão na sociedade entre os agentes históricos, situados em diferentes lugares econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Uma das possibilidades de estabelecimento das relações entre o discurso e a configuração histórica na qual ele é produzido, considera o sujeito como elemento de mediação entre as diferentes dimensões da realidade histórico-social em que se inclui a dimensão discursiva. Nessa mesma corrente, tem-se que “a censura ao atingir o sujeito, fixa-lhe uma imagem e ao mesmo tempo obrigá-lo a projetar-se para além (na fluidez do silêncio) (ORLANDI, 2007, p. 81), isto é, quais memórias discursivas formam esses discursos, como e por onde circulam esses discursos e quais seus objetivos. Tal perspectiva pressupõe um tratamento heterogêneo do ponto de vista teórico e metodológico, visando traçar a trajetória entre palavra e homem, homem e história, história e palavra.

A censura, não necessariamente, é realizada de cima para baixo, mas também entre os iguais e nem por isso ela deixa de ter sua eficácia. Deixar de comentar a fala dos outros significa, inicialmente, estancar as significações possíveis, caminhos possíveis, percursos possíveis. Toda formação social, no entanto, tem formas de controle das interpretações as quais são historicamente determinadas, isto é, há modos de interpretar (pré)determinados pelos contextos sociais-políticos-históricos-ideológicos. Pensamos aquilo que queremos pensar na medida que nos é fornecido as informações e, portanto, pensamos a partir de pensamentos já construídos, petrificados ao longo da história, ou seja, não é todo mundo que pode interpretar à sua maneira. Quando estamos a falar de ditadura Militar e os silenciamentos que advém desse período inquisitorial, propomo-nos a alcançar um certo silêncio constitutivo, ou seja, o que nos permite compreender como determinadas posições do sujeito são negadas por meio de dominações as quais apagam outros sentidos possíveis.

Nessa mesma linha “Como é próprio do modo de operação do silenciamento, os sentidos que ficam circunscritos à esfera do não-dito irrompem pelos entremeios do discurso, pelos limites do dizer e concorrem com os sentidos do dito [...]” (GRIGOLETTO, 2002, p. 142). Ao olharmos pelo prisma da AD, mobilizamos significados para as interpretações as quais o discurso revela ou esconde. Assim

sendo, Hartmann (2005, p. 173) nos diz que: “Quando falamos da resistência do sujeito, bem sabemos que isso pode aparecer nos mínimos detalhes, “um braço que depende do sopro de irregularidade”, como um ato falho ou chiste, por exemplo”.

Nosso trabalho busca alcançar como o discurso funciona, de como o discurso está produzindo sentido nos diferentes momentos e contextos históricos. A análise do discurso se preocupará não só com o sentido emitido pelo interlocutor, mas também de que forma esse sentido se efetua na prática política, pois, o discurso revela a ideologia, ou seja, descortina o atravessamento ideológico, a forma como o discurso movimenta os sentidos e efetua a chamada prática ideológica.

Sabemos que o sujeito, na AD, é a pessoa que ao dizer também sofre o assujeitamento discursivo, uma vez que, para que possamos analisar as produções realizadas pelos sujeitos falantes, devemos observar, primeiramente, o contexto em que o discurso foi produzido. O mesmo indivíduo pode produzir diversos discursos, partindo de lugares diferentes. Para a AD não importa o nome dos professores, mas, sim, a designação dada a eles no contexto em que estavam, ou seja, há uma distinção do indivíduo físico com o autor/sujeito aquele que é responsável por aquilo que é dito.

Nesse sentido, temos clareza de que a partir dos dispositivos da AD “não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação” (MAZIÈRE, 2007, p. 13). Nessa direção, compreende-se que esse gesto de interpretação não serve apenas para mostrar fatos históricos e culturais em determinado tempo/espço, mas, sim, serve como elemento propulsor de diversos coletivos organizados intelectualmente/socialmente dos quais fomentam a participação política, crítica e social, ao passo que, potencializam a conscientização dos seus direitos e a reflexão sobre experiências similares. Quanto a constituição da história, na ordem do imaginário e do simbólico, o deslocamento do sentido impõem como constitutivo do aparelho discursivo. Essa relação, que é uma construção simbólica, dá-se como efeito das tensões na rede de dizeres da campanha, no interior das formações discursivas de que é constituída.

Para compreender a censura e o silenciamento da opressão, precisamos estudá-los não por um viés de um único olhar/uma única corrente, mas, sim, compreendê-los à nível da linguagem a qual se inscreve em uma política de palavras (ORLANDI, 2007). A censura, portanto, não é a mesma coisa em todos os tempos,

em todas as sociedades, em todos os lugares. Ela sofre – a depender do caráter do regime –, transformações, ou melhor dizendo, serve de propulsor da cultura política e não como vilã de uma história a qual sempre tem o mesmo enredo, em outras palavras, a repressão versus liberdade. A censura – em um primeiro momento – pode ser considerada o ato/efeito de controlar qualquer tipo de informação, isto é, cristaliza-se sobre alguns preceitos, tais como: privilégio, vigilância, planejamento, educação etc. Trata-se de um mecanismo para coibir qualquer meio de circulação das informações para que a população de uma forma geral possa estar “informada” com aquilo que é proporcionado pelo governo.

Dessa maneira, pensamos a atuação da censura não apenas pelo olhar de uma macroestrutura, mas, sim, pelo viés de um processo de interpretação, comprometimento, cumplicidade e negociação. A censura – no período inquisitorial brasileiro – foi um dos mecanismos usados pelo governo militar como forma de monitorar, reprimir qualquer tipo de ameaça a esse regime. À vista disso, pensamos-la como um processo, promovido por regimes autoritários, ou, muita das vezes, totalitaristas, isto é, trata-se, portanto, da criação de uma verdade única, a verdade do poder! De natureza igual, os regimes totalitários encontram-se na condição de impor à sociedade um silêncio em relação a tudo aquilo que é divergente da verdade, do poder. Na ditadura militar, a liberdade de expressão foi coibida, pois, as ideias foram suprimidas para dar voz as verdades do governo. No entanto, esses mecanismos coercitivos de apagamento das vozes, das coisas ditas, acabam, muita das vezes, esvaindo-se pelos dedos, isto é, as ideias sempre tendem a escoar de uma outra forma.

Nesse mesmo raciocínio, compreendemos o discurso não apenas como uma mera transmissão de informação, uma vez que não há uma linearidade da disposição dos elementos de comunicação “como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a” (ORLANDI, 2020, p. 19). Isso significa dizer que há um entroncamento natural entre emissor e receptor, pois ambos falam simultaneamente, realizando, portanto, processos de significações e (re)significações das próprias significações, ou seja, não existe uma ordem de hierarquia entre os sujeitos, mas, sim, um importante processo de sentido e não uma mera transmissão de informação. Nessa mesma corrente, a censura não é apenas coibir/proibir o ato de falar ou não falar alguma coisa, mas, sim, criar ideias falsas a partir das ideias já

criadas, ou melhor, apagando-as para (re)criar ideias através/por meio de informações divergentes, contrárias ou até mesmo deturpadas.

Esses mecanismos, acabam se tornando altamente eficazes, uma vez que denigrem a imagem social de determinadas pessoas, de determinadas instituições, de determinados movimentos contrários aos mandos e desmandos desses governos. A censura, portanto, “[...] é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições” (ORLANDI, 2007, p. 104). Corroborando com o que foi dito até o presente momento, esses discursos propagados pela resistência, acabam sendo fortalecidos na medida que não exista nenhuma oposição a eles, no entanto, quando se impõem a censura, essa tem como intuito trazer um pensamento único, ou seja, um pensamento homogêneo e não heterogêneo, impedindo que a população manifeste à sua opinião.

É preciso “considerar a censura como um fato heterogêneo, pois ela pode resultar de processos mais ou menos conscientes e que se reportam a diferentes ordens: política, moral, estética etc” (ORLANDI, 2007, p. 104). A sociedade está acostumada a formar inúmeras opiniões a respeito de diversos assuntos, contudo, poucas pessoas formam suas opiniões a partir de uma busca crítica, de um ato de consciência em relação a tal assunto, por exemplo. Toda censura limita a formação de opinião, pois, ela impede que os acontecimentos sejam propagados de forma natural, ou seja, quando há esse cerceamento do ponto de vista das informações a população terá, conseqüentemente, sua opinião reduzida a nível daquilo que está subscrevido no ponto de vista do governo. A censura, nessa mesma linha raciocínio, “[...] não é um fato da consciência individual do sujeito, mas um fato discursivo que se passa nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação” (ORLANDI, 2007, p. 104).

A liberdade de expressão – mecanismo da (contra)censura – acaba desvelando muitos dizeres, contudo muitas das informações ainda se encontram escondidas nos entremeios desse dizer, uma vez que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro [...]” (PÊCHEUX, 2015, p. 53), melhor dizendo, todo enunciado, toda sequência de enunciado está linguisticamente descritível. Dessa maneira, pensamos a censura como um poder monopolizado pelo Estado, ou seja, quando estamos a falar da ditadura Militar a qual perdurou no Brasil durante 20 longos anos,

devemos observar e estudar as relações de forças produzidas nas circunstâncias da enunciação. (ORLANDI, 2007). Assim sendo, “[...] a censura não é um fato da constituição (eixo vertical, interdiscurso) mas de sua formulação (eixo horizontal, da enunciação, intradiscursivo). São sentidos historicamente dizíveis, mas proibidos.” (ORLANDI, 2007, p. 105).

Pensamos, portanto, que as formas de dizer constituem uma ilusão, pois, nas interpretações de sentidos pelos sujeitos, significações são agenciadas na ordem de um possível, atravessadas pela tensão do dizer e constituídas por uma alteridade que circula entre o simbólico e o imaginário, potencializando as condições para o equívoco. Da mesma forma, a sociedade se constitui como efeito de sentido do funcionamento discursivo. É nesse contexto, em que sujeito, sociedade e sentidos são efeitos do trabalho simbólico operado pelo discurso, isto é, “o sujeito não pode dizer o que sabe ou o que se supõe que ele saiba. Assim, não é porque o sujeito não tem informação ou porque ele não sabe das coisas que ele não diz.” (ORLANDI, 2007, p. 107). O silêncio da censura, portanto, não é ausência de dizeres, mas, sim, interdição desses dizeres. As marcas linguísticas que são constitutivas dos discursos contra as práticas de professores considerados comunistas à luz da ditadura militar brasileira, giram, portanto, em torno de alguns sítios de sentido – militância, resistência e censura. No âmbito dos estudos discursivos, o sentido é visto como o possível, o não-preenchido.

É no funcionamento discursivo que se possibilita compreender “o sintoma de um sítio significante que ali se produz.” (ORLANDI, 1996, p. 14). Esse sintoma é o índice de uma ausência e se inscreve na materialidade do texto como uma espécie de desorganização textual, como pista de uma escrita que deve ser (re)feita. O sentido se constrói, não pela ilusão de completude do sujeito, uma vez que é nas falhas, nas rupturas que se percebe que “um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro” (Pêcheux, 1981, p. 51). O processo de produção de sentidos implica múltiplas relações que estão imbricadas, entre outros, no entremeio do discurso e das condições de produção. “Isso nos leva a afirmar que a censura funciona não em nível de informação, mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos, assim como sobre o processo de identificação do sujeito em sua relação com os sentidos.” (ORLANDI, 2007, p. 107). É por meio da noção de discurso e sentido, atravessados por um assujeitamento ideológico, que abrimos espaço para a opacidade e para o equívoco como elementos constitutivos do discurso. Ao olharmos pelo prisma da AD,

mobilizamos significados para as interpretações as quais o discurso revela ou esconde. Nesse sentido, (HARTMANN, 2005, p. 173) nos diz que: “Quando falamos da resistência do sujeito, bem sabemos que isso pode aparecer nos mínimos detalhes, “um braço que depende do sopro de irregularidade”, como um ato falho ou chiste, por exemplo”.

A análise do discurso se preocupava não só com o sentido emitido pelo interlocutor, mas também de que forma esse sentido se efetua na prática política, pois, o discurso revela a ideologia, ou seja, descortina o atravessamento ideológico, a forma como o discurso movimenta os sentidos e efetua a chamada prática ideológica. Quando estamos a analisar um enunciado sob o ponto de vista da AD há de que se pensar no sentido, ao passo que o resultado da análise do discurso é a interpretação. Em vista disso, as palavras e sentenças são objeto de interpretação do analista do discurso, tornando-se, portanto, interpretações sob a ótica do campo semântico.

Nosso estudo, portanto, trata de como o discurso funciona, de como o discurso está inserido nos diferentes momentos e contextos históricos. Por isso, buscamos – até o presente momento – trazer o discurso não apenas em sua essência, mas, sim, o sentido que denuncia contexto, juntamente com os seus significados. Temos que a AD “não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação.” (MAZIÉRE, 2007, p. 13).

Nessa direção, compreende-se que esse gesto de interpretação não serve apenas para mostrar fatos históricos e culturais em determinado tempo/espaço, mas, sim, serve como elemento propulsor de diversos coletivos organizados intelectualmente/socialmente dos quais fomentam a participação política, crítica e social, ao passo que, potencializam a conscientização dos seus direitos e a reflexão sobre experiências similares. O mesmo indivíduo pode produzir diversos discursos, partindo de lugares diferentes. Para a análise do discurso não importa o nome dos sujeitos, mas, sim, a designação dada a eles no contexto em que estavam, ou seja, há uma distinção do indivíduo físico com o autor/sujeito aquele que é responsável por aquilo que é dito.

Entendemos, por esse ângulo, que os procedimentos policiais os quais passaremos a analisar no próximo capítulo se apropriam de uma memória que é constitutiva de uma identificação social e faz irromper novos sentidos a partir de

estruturas e lugares de sujeitos já construídos. Para esse estudo, ancoramos nossos olhares na perspectiva teórica da AD, objetivando o entendimento do discurso na sua relação com o que é constitutivo da Língua. Essa relação, que é uma construção simbólica, dá-se como efeito das tensões na rede de dizeres da campanha, no interior das formações discursivas de que é constituída. A memória vem, portanto, na forma de dispositivo de análise, como natural e construída para dar embasamento ao estudo dos procedimentos os quais serão analisados, no entanto, diante dessa memória, precisamos compreender que as práticas não existem a não ser através de uma ideologia, conforme leciona Pêcheux (1996).

O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de forma no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. Ocorre, portanto, um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados. Nosso estudo, em um primeiro momento, permite pensarmos que não estamos diante de uma reprodução de sequências discursivas, quando observamos a diversidade das formações de dizeres, mas do que pode ser repetido, reiterado para que se transforma na verdade histórica que sustenta o discurso de quem está no poder.

5 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E A METODOLOGIA

Nossa análise, ao se filiar aos procedimentos da AD, buscou um modo próprio e peculiar de proceder à interpretação do material discursivo. Entendemos que entre teoria e prática há uma relação de constituição de funcionamentos – o olhar do analista potencializa uma região teórica particular e procura, através do funcionamento discursivo, (re)constituir os efeitos de sentido. A forma de análise do material constitutivo do corpus observou, como propõe Orlandi (2002) etapas que revelam o percurso que nos faz passar do texto ao discurso - da superfície linguística para o processo discursivo. Do texto, para a re(constituição) da formação discursiva, para os sentidos constituídos na relação desta com uma formação ideológica.

Importante reiterar que o sujeito e o sentido não são naturais, transparentes, mas sim, determinados historicamente e devem ser pensados em seus processos de constituição, da mesma forma que o sujeito não é fonte do sentido e que este se forma por um trabalho da rede de memória, conforme Orlandi (op.cit). Por meio de nosso corpus, procuramos evidenciar os processos de constituição de constituição dos inimigos da “revolução”. Buscando efeitos de deslocamento e confrontos, nossa forma de análise, procurou compreender o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos, não a partir de um mero processo de decodificação, mas como um procedimento que busca nas falhas, nas fissuras do discurso (Pêcheux, 1997b), os processos de produção de sentido.

Como afirma Orlandi (2001, p. 43), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” e os sentidos se constituem de acordo com o contexto histórico e ideológico em que os enunciados são conduzidos. É a memória discursiva (ou interdiscurso, como definido por Orlandi (ibid, p.31) “que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré- construído, o já- dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. O que nos possibilita compreender o porquê de um mesmo enunciado significar de forma diversa em situações diferentes é o conceito de formação discursiva e de memória como instâncias constitutivas do discurso. Todo discurso pressupõe uma memória que é atualizada permanentemente a cada nova formulação discursiva. Segundo Pêcheux (2002, p. 21), o enunciado é “repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento”.

A memória discursiva reúne os dizeres, mesmo aqueles aparentemente esquecidos, que condicionam os discursos. O interdiscurso é, assim, constitutivo das condições de produção do discurso e determina os dizeres a partir da relação do sujeito com a língua e a sua história, atravessado por uma ideologia. Para Orlandi (2001) a ideologia não deve ser vista como ocultação, mas como “relação necessária entre linguagem e mundo”. A ideologia opera na produção de evidências que colocam o homem em relação imaginária com as suas condições históricas de existência. Segundo Pêcheux, são as:

evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (1997b, p.160)

A abordagem de nossa pesquisa vincula a ideia de formação discursiva ao conceito de formação ideológica que afasta a concepção de homogeneidade, que nos levaria a ver o processo discursivo como uma máquina estrutural fechada. A essa possibilidade se contrapõe a noção de interdiscurso, em que as palavras e os enunciados ganham significação de acordo com o contexto ideológico e histórico de sua produção. Pêcheux (1997) chama de formação discursiva o que, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito. O sentido de uma palavra ou expressão não reside em si mesmo, somente podendo ser constituído em referência às condições de produção de um determinado enunciado. O sentido nunca é dado, uma vez que não existe como produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, pois está sempre em curso, é movente e se produz dentro de uma determinação histórico-social. Decorre dessa noção a necessidade de falarmos em efeitos de sentido.

5.1 Procedimentos e etapas

Procuramos desacomodar os efeitos de sentido produzidos nos documentos e pelos documentos como algo que funciona como um “discurso sobre” (MARIANI, 1998, p.61). Problematizamos o modo como um mesmo objeto está investido de significância para e por sujeitos, para perceber como estão organizados os funcionamentos discursivos que relacionam sujeito e sentido. Nossa pesquisa contempla as seguintes etapas:

- Levantamento dados e documentos relativos à intervenção na UFRGS e outras IES do RS logo após o golpe de 1964;
- Levantamento de documentos, produzidos no período, e disponíveis para consulta no Arquivo Nacional através do SIAN;
- Seleção de sequências discursivas representativas das formas do dizer e de seus efeitos de sentido;
- interpretação dos dados no plano da representação linguístico-discursiva.

A leitura dos documentos constitutivos de nosso corpus nos ofereceu a possibilidade de selecionar algumas sequências que possibilitassem um entendimento de como os efeitos de sentido da repressão e da censura têm enlaces com outras noções que são constitutivas do mesmo campo de referência. Possibilitou ainda pensarmos como os sentidos se constituem ao mesmo tempo em que se dispersam. Segundo Pêcheux (1988), o discurso é constituído de sentidos diferentes que se enlaçam e se tramam de acordo com as condições de produção, em um determinado momento, dando-nos um efeito de transparência de *já-lá*. Trabalhar com todos esses documentos histórico fez emergir sensações para além dos sentidos do dizer, pois possibilitou que buscássemos pistas do funcionamento discursivo sobre o estado opressor e seu projeto ideológico, na (re)constituição da memória discursiva, e, de forma simbólica, na memória do tempo presente, pois esse *sempre-lá* se mostra com evidência e força nos acontecimentos históricos recentes.

6 AS PALAVRAS SE MOVIMENTAM – UMA LEITURA POSSÍVEL

6.1 Os procedimentos internos na UFGRS e os sentidos do dizer

Após o Golpe de 1964, uma ampla perseguição político-ideológica foi instaurada no Brasil, pelo grupo que então tomou para si o controle do aparelho de Estado. Como observou Maria Helena Moreira Alves, os militares chamaram tal processo de “Operação Limpeza”. Baseada nos princípios da DSND, “tinha em mira áreas específicas e estrategicamente sensíveis de possível oposição: política, econômica, psicossocial e militar”. (ALVES, 1989, p.56). Tratava-se de realizar uma verdadeira devassa na sociedade, buscando, de maneiras diversas, a eliminação, imobilização ou controle de toda e qualquer possibilidade do que chamavam de ação “contra-revolucionária”, ou seja, de oposição ao regime que se estruturava, nos quatro segmentos apontados pelo referido estudo.

No plano econômico, tal operação repressiva guiava-se pela busca de destruição de quaisquer barreiras à implantação das medidas econômicas que visavam ao desenvolvimento conforme proposto pela DSND. Com essas justificativas, foram perseguidos grupos e indivíduos vinculados às esquerdas comunista, trabalhista, socialista e católica, bem como indivíduos e grupos que, a despeito de possuírem outros perfis político-ideológicos, eram percebidos como vinculados, de algum modo, com o governo deposto autoritariamente e com o que ele representava. Dentre os mais visados pelos repressores, estavam sindicalistas e estudantes (especialmente os líderes), “intelectuais” (referidos pela autora em sentido lato: escritores, jornalistas etc.), “organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo”, e os professores (ALVES.1989, p. 59).

A rapidez e a intensidade das medidas repressivas aplicadas logo após o Golpe foram decisivas para uma relativa imobilização temporária da oposição, dando ao novo bloco no poder condições de promover ações voltadas para a institucionalização do regime. Assinado na tarde de 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº1 (AI-1) foi a primeira iniciativa do “Comando Supremo da Revolução” no sentido da consolidação da Ditadura Civil-Militar e da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional (BRASIL, 1964). Uma rápida observação de seu texto permite que se entenda o surgimento das “comissões especiais de investigação sumária”. A

UFRGS teria sido, segundo a jornalista Angélica de Moraes, a única universidade do Brasil onde professores participaram do processo expurgatório em 1964. Em todas as outras universidades brasileiras, segundo ela, “o Governo revolucionário assumiu integralmente a intervenção e o expurgo. No Rio Grande do Sul, porém, as Forças Armadas conseguiram dividir responsabilidades nessa incômoda tarefa”, (MORAES,1974. p.9). Outras fontes, no entanto, apontam em sentido contrário. Segundo O controle ideológico na universidade – publicação baseada em O livro negro da USP, de 1978, uma das obras pioneiras na denúncia de processos de expurgos em instituições universitárias brasileiras e que serviu de inspiração para a elaboração de Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS, conforme ADUFRGS (1979) e de UFMG: Resistência e protesto (PIMENTA,1979), em função da “Operação Limpeza”.

Professores expurgados da UFRGS

Antônio Santos Flores Ernani Maria Fiori Luiz Carlos Pinheiro Machado Luiz Fernando Corona Antônio de Pádua da Silva Armando Temperani Pereira Cibilis da Rocha Viana Cláudio Francisco Accurso Antônio Ajadil de Lemos Ápio Cláudio de Lima Antunes Brasil Rodrigues Barbosa Hugolino Andrade Uflacker Demétrio Ribeiro Edgar Albuquerque Graeff Edvaldo Paiva Enilda Ribeiro Nelson Souza Angelo Ricci Ari Mazzini Canarin	Carlos de Britto Velho Carlos Maximiliano Fayet Carlos Roberto Velho Cirne Lima Dionísio de Oliveira Toledo Emílio Mabilde Ripoll Ernesto Antônio Paganelli Ernildo Jacobs Stein Gerd Alberto Bornheim Gilberto Braum João Carlos Brum Torres Joaquim José Barcelos Felizardo José Pio de Lima Antunes Leônidas Xausa Maria da Glória Bordini Manoel Alves de Oliveira Reasylyvia Kroeff de Souza Roberto Buys Victor de Britto Velho
--	--

Fonte: Universidade e Repressão: os expurgos na UFRGS, publicado pela editora L&PM, em 1979

6.2 Os registros do Arquivo Nacional e a memória histórica

A partir dos recortes que realizamos no corpus, decorrentes de nossa delimitação e objetivos, destacamos para o desenvolvimento de nosso gesto de leitura os seguintes procedimentos que envolveram professores do Ensino Superior no

Estado do Rio Grande do Sul, vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Universidade Rural de Pelotas. Também pelo fato de alguns professores terem exercido suas funções docentes em ambas.

CASOS	PROFESSOR	ANO Expurgo	LOCAL
1	Luiz Carlos Pinheiro Machado	1964	UFRGS – Faculdade de Agronomia e Veterinária
2	Glacy Pinheiro Machado	1964	UFRGS – Faculdade de Agronomia e Veterinária
3	Ápio Cláudio de Lima Antunes	1964	UFRGSS e Universidade Rural de Pelotas
4	Manoel Alves de Oliveira	1964	UFRGSS e Universidade Rural de Pelotas
5	José Pio de Lima Antunes	1964	UFRGSS e Universidade Rural de Pelotas

Fonte – elaborado pelo autor com base em UFRGS, 1979 e dados do Arquivo Nacional

Na sequência discursiva (SD1), relativa ao professor Luiz Carlos Pinheiro Machado, destacada a seguir, podemos perceber como o Aparelho Repressivo funciona do ponto de vista da legitimação de atos arbitrários, que são desencadeados sem o exercício do contraditório.

SD 1 - Doutrinador esquerdista. Inteligente, insinuante com grande capacidade como professor. É muito apreciado pelos estudantes, particularmente os esquerdistas. Sua atuação no curso particular que dirige em paralelo ao da Faculdade, interfere e perturba o bom andamento das atividades escolares da citada faculdade. Tem essa atuação facilitadora pelo atual titular da cadeira de Suinocultura, seu irmão Glacy Pinheiro Machado, que se mostra ineficiente e chega a se omitir no ensino daquela especialidade, proporcionando o fluxo de alunos ao “curso paralelo (anexo p 103)

Na versão do órgão de investigação, o docente estaria interferindo e perturbando o andamento da instituição superior de ensino. Desse modo, o dossiê procura construir a narrativa do que pode ser apreendido do contexto em análise, levando a um exercício de um poder unilateral, uma vez que o dito aparece como transparente, quando, na verdade, outros sentidos foram silenciados no processo discursivo. Essa rede de dizeres “doutrinador esquerdista, curso em paralelo (sem a legalidade), interfere e perturba (perspectiva anarquista e que revela insubordinação a um estado de coisas) revela o tensionamento que o sistema persecutório pretende impor aos atos dos professores, ao que está à margem da legalidade. As sequências discursivas (SD2, SD3, SD4) remetem ao Caso2 e apresentam, como sujeito do registro, o professor Glacy Pinheiro Machado, em apontamentos de março de 1969 a

outubro de 1971, com intervalo de 19 meses após o registro relativo a seu irmão, professor, apresentado da SD1 (Caso 01).

SD2 (1969) - A DSI/MEC informou ser o epigrafado professor de Zootécnica da Faculdade de Agronomia, da Universidade Federal do RIO GRANDE DO SUL e irmão do professor LUIZ CARLOS PINHEIRO MACHADO, que é comunista e aposentado por ato Revolucionário, para quem estabelece contatos político-ideológicos com estudantes de Agronomia do RS e PR. (anexo p 104)

SD3 Segundo declarações de um professor, é mal conceituado, profissionalmente, e considerado relapso pela direção da Faculdade. (anexo p 104)

SD4(1970) Mostrou-se ineficiente, chegando a se omitir no ensino da especialidade que leciona (suinocultura). Para permitir o afluxo de alunos ao "Curso Paralelo", de propriedade do seu irmão o ex-professor da matéria, na Faculdade. (anexo p 104)

Os dois casos aqui reproduzidos, estão abordados de forma conexa nos autos dos documentos do Serviço Nacional de Inteligência. Dessa maneira, o dossiê procura demonstrar que os professores apresentavam diversas práticas dentro do ambiente acadêmico. Como Luiz Carlos Pinheiro Machado já se encontrava aposentado, em 1971, a atuação de seu irmão, Glacy Pinheiro Machado é apontada como facilitadora de práticas político-ideológicas (SD1). Em vista disso, nossa análise parte precipuamente da interpretação (MAZIÈRE, 2007), ou seja, a partir de dados concretos sob um ponto de vista histórico e cultural é que nos debruçamos – primeiramente – sobre/através das informações coletadas para, depois, analisar o discurso do referido catedrático. A agência investigatória, encaminhou conjuntamente com o dossiê os ACs (atos complementares) os quais corroboravam com os Atos Institucionais e, em alguns casos, assemelhavam-se as emendas à Constituição.

Esses atos complementares e reguladores, garantiam aos militares o exercício dos poderes previstos nos AIs, conferindo-lhes garantias constitucionais necessárias para o andamento das investigações as quais eram submetidos alguns professores universitários, considerados comunistas à Luz da ditadura militar imposta ao país pelo Golpe de 1964. Essa prática, ancorada numa região ideológico do arcabouço fundador do golpe, revela um deslizamento no terreno discursivo, uma fissura, uma vez que apresenta enquanto acontecimento discursivo, objetivando, com isso, um esfriamento do efeito de sentido. Ao analisarmos esse movimento discurso ao silenciar a Constituição, verificamos que o indivíduo parte de sentidos e significados que os

revelam como sujeito. Nesse sentido, que nos filiarmos aos dispositivos da AD “não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação” (MAZIÈRE, 2007, p. 13).

Perante o exposto, compreendemos que nosso gesto de interpretação não serve apenas para mostrar fatos históricos e culturais em determinado tempo e espaço. “O estabelecimento de um *campo discursivo de referência* não implica, entretanto, a automática delimitação do *corpus discursivo*. Ele representa o *espaço discursivo*, a partir do qual o *corpus discursivo* propriamente dito será construído” [...] (INDURSKY, 2013, p. 60). Assim, a materialização por meio dos procedimentos policiais e administrativos em tela, impetrados pelo regime ditatorial brasileiro conduzem o analista do discurso a identificar certas sequências discursivas as quais movimentam o dizer, isto é, tais sequências discursivas são definidas como “[...] sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”. (COUTIRNE, 2021, p. 24). Assim, um dos impulsos elaborados pelo analista é a delimitação da sequência discursiva, contudo, o esgotamento da análise fica muito além das palavras que ali se assentam de forma (pré)organizada.

O gesto de análise demonstra justamente que é na ruptura do dizer que o sentido se produz. Há silenciamentos os quais revelam mais do que escamoteiam. Nessa mesma corrente de raciocínio, pensamos os procedimentos policiais como “[...] *sequências discursivas de referência e se constituem em diferentes séries temporais representativas de nosso campo discursivo de referência*. Recortes de tal natureza permitem realizar uma ‘varredura’ em nosso *arquivo*” (INDURSKY, 2013, p. 62-63) seja para buscar as regularidades as quais compõem os discursos, ou até mesmo os diferentes acontecimentos no tempo-espaço, isto é, estamos lidando com uma sequência discursiva desorganizada sistematicamente, porém, organizada ao nível de sua desorganização e, para analisar fatos desse tipo, além dos recortes discursivos, outros procedimentos metodológicos precisam ser mobilizados. Para tanto propomos espelhar a incidência de vocábulos por meio de uma tabela, indicando a ocorrência e a SD de origem. Isso posto, teremos como mapear essa rede de dizeres no interior da formação discursiva.

A seguir, apresentamos o caso 3, relativo ao professor Ápio Cláudio de Lima Antunes, da UFRGS e da Universidade Rural de Pelotas, já no primeiro movimento

de repressão e controle imposto às instituições de ensino superior. E como, já demonstramos anteriormente, no Rio Grande do Sul, houve adesão de professores às comissões de investigações sumárias e consequentes expurgos dos docentes. A próxima análise configura-se em torno dossiê relativo ao professor Antunes, que também afastado nos expurgos da UFRGS de 1964. Ao verificarmos, também, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) não há – com exatidão – uma data determinada. O professor Ápio Cláudio de Lima Antunes, formado em direito, respondia pelo ensino da Cadeira de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Pelotas da Universidade do Rio Grande do Sul. Dispensado das funções pelo Diário Oficial número 186, de 25 setembro de 1964, com fundamento no parágrafo primeiro do art. 7º do Ato Institucional N. 1, de 9 abril daquele corrente ano.

Art. 7º § 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

Com este AI estavam criadas as regras, pois todos os direitos constitucionais, como presunção da inocência, liberdade de expressão tudo foi retirado. Os atos foram sendo editados e com o AI-5 (já caracterizado) houve o recrudescimento da mão do Estado e foram conferidos poderes mais avassaladores ao regime militar. Sempre amparado no Ato Institucional referido no destaque, a Divisão de Segurança elaborou estudo, em ordem cronológica, acerca da vida do catedrático com o seguinte prontuário (p. 106 -107)

SD 6 – Em junho de 1950, assinou Boletim intitulado "AO POVO DE PELOTAS", de cunho nitidamente comunista, contra a depredação do jornal comunista "A TRIBUNA" e o "assassinato premeditado" pela Polícia, em RIO GRANDE/RS, de líderes operários e pedindo o "apoio moral e material" para a imprensa comunista;

SD7 – Em 1953, andou ativo na zona rural de PELOTAS e ARROIO GRANDE, onde obteve grande prestígio junto aos camponeses e trabalhadores rurais;

SD8 – Em Jan 56, foi expulso da Escola Técnica de Pelotas, por suas atividades comunistas (doutrinação em aula). É um dos cabeças da organização, em PELOTAS/RS;

SD9 – Em Jul 56, juntamente com outros comunistas de PELOTAS/RS, es teve em PORTO ALEGRE, em uma importante reunião comunista realizada nesta Capital;

SD10 – Em agosto de 1957, através de estudante de Direito que trabalha em sua banca de advocacia, orientou os alunos do Colégio Pelotense a não acatarem ordens da Direção do Educandário, desconsiderando, inclusive, a interferência do Prefeito Municipal. Impetrou mandado de segurança contra as ordens emanadas da Direção do Colégio Pelotense e em favor do movimento de indisciplina dos alunos, obtendo despacho favorável pelo Juiz HUGOLINO UFLACKER, o qual foi posteriormente anulado em instância superior, por improcedente;

SD11 – Em fevereiro de 1958, fez parte da Comissão Central da Frente Nacionalista de Pelotas;

SD12 – Em maio de 1958, usou da palavra no comício realizado em PELOTAS/RS, no arrabalde de Três Vendas, promovido pela Frente Nacionalista e Federação Acadêmica de Pelotas;

SD13 – Em setembro de 1958, tomou parte na mesa da reunião realizada quando da passagem de LUIZ CARLOS PRESTES, por PELOTAS/RS;

SD14 – Em dezembro de 1960, inteligente e culto, com grande ascendência sobre os estudantes de Direito;

SD15 – Em 1964, Professor da Faculdade de Direito de Pelotas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

SD16 – Em abril de 1964, chegou a ROU, foragido da Revolução. Visitou JOÃO GOULART;

SD17 – Em junho de 1964, indiciado no IPM instaurado para apurar atividades subversivas em PELOTAS/RS, o qual, na parte final do seu relatório, afirma tornar-se necessária sua prisão preventiva; acha-se foragido e era fichado no QG da ID/3, por exercício de atividades subversivas.

Cada uma dessas seqüências discursivas está cuidadosamente organizada de modo a construir um perfil subversivo e levar à possibilidade de o investigado ser considerado uma ameaça real e sofrer as sanções do Regime. Em ofício encaminhado ao Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional constam os seguintes apontamentos:

SD18 – Comunista convicto, militante e de projeção em Pelotas. Foi afastado da Escola Técnica por processo que provou sua ação de Doutrina na classe em que era professor. Agitador de alunos contra os Professores. Confabula com LUIZ CARLOS PRESTES, quando vai a Pelotas. Assinou manifesto comunista que foi publicado em jornais locais. Consta que apoiou os alunos que tentaram inaugurar o retrato de FIDEL CASTRO na Faculdade de Direito. Asilou-se no Uruguai após a Revolução onde se encontrou com JANGO e declara-se Socialista-Marxista. Contratado para responder pela Cadeira de

Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Pelotas da UFRS
Dispensado: Ato publicado no Diário Oficial da União de 25.09.64 (Anexos p
118).

A palavra comunista é recurso constante na primeira linha de identificação dos professores investigados nesses processos. Para além da superfície do vocábulo há um projeto ideológico – era preciso escolher um inimigo e os envolvidos no golpe tinham muita clareza do temo da sociedade brasileira para a instauração do comunismo em nosso território. Ser então qualificado de comunista criava o rótulo que permitiria o seu banimento em todos os sentidos que o vocábulo pode mobilizar. Nesse sentido, ao olharmos pelo prisma da AD, mobilizamos significados para as interpretações que o discurso revela ou esconde. Desse modo, Hartmann (2005, p. 173) indica que: “Quando falamos da resistência do sujeito, bem sabemos que isso pode aparecer nos mínimos detalhes, ‘um braço que depende do sopro de irregularidade’, como um ato falho ou chiste, por exemplo”. Nossa análise trata da interpretação de como o discurso funciona, de como o discurso está produzindo sentido nos diferentes momentos e contextos históricos. A análise do discurso nos coloca não só como o sentido possibilita pelo dito, mas também de que forma esse sentido se efetua na prática política, pois, o discurso revela a ideologia, ou seja, descortina o atravessamento ideológico, a forma como o discurso movimenta os sentidos e efetua a chamada prática ideológica. É justamente por isso que ancoramos nosso olhar na perspectiva teórica da AD, objetivando o observar o discurso na sua relação com o que é constitutivo da língua. Nas falhas, nas fissuras do discurso, desvelamos sítios de sentido, sentidos os quais fazem irromper.

Quanto à constituição da história, na ordem do imaginário e do simbólico, o deslocamento do sentido se impõem como constitutivo do aparelho discursivo. Essa relação – que é uma construção simbólica – dá-se como efeito das tensões na rede de dizeres da campanha, no interior das formações discursivas de que é constituída. Por essa razão, buscamos não apenas o discurso em sua essência, mas o sentido o qual denuncia contexto, juntamente com os seus significados. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares os quais ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados. Nossa leitura permite pensarmos que não estamos diante de uma produção de

sequências discursivas, quando observamos a diversidade dessas formações de dizeres, mas do que pode ser repetido, reiterado para que se transforma na verdade histórica a qual sustenta o discurso de quem está no poder.

Quando estamos a analisando os dizeres sob o ponto de vista da AD há de que se pensar no sentido, ao passo que o resultado da análise do discurso é a interpretação. À vista disso, as palavras e sentenças são objeto de interpretação do analista do discurso, tornando-se, portanto, interpretações sob a ótica do campo semântico. Ao analisarmos os discursos produzidos pelo aparelho repressor brasileiro, notamos que os sentidos/significações e representações as quais são constitutivas do sujeito, passam, paulatinamente, a serem subjugadas por meio de procedimentos policiais inquisitoriais. As garantias constitucionais são suprimidas por atos arbitrários – os conhecidos atos institucionais que retiraram direitos e garantias fundamentais e criaram as condições de consolidação de um Estado autoritário. Voltando ao material selecionado para análise, vamos encontrar documentos relativos ao professor Manoel Alves de Oliveira, como nas seguintes sequências discursivas:

SD19 – Agrônomo e professor. Externava-se como convicto marxista. Doutrinador perigoso pela argumentação fácil, quase sempre convincente e oportuna. Integrou a comissão central da Frente Nacionalista de Pelotas, quando da passagem por Pelotas/RS do presidente da Petrobrás, Coronel Janary Nunes (anexo p.121)

SD20 – Debatia problemas relativos à reforma agrária com argumentação. Tomou parte ativa na preparação de um movimento no IPEAS, logo após o afastamento de João Goulart da Presidência com o objetivo de tumultuar a situação. (anexo p.121)

SD21 – Em seguida, proferiu violento discurso contra as Forças Armadas na sede do PTB. Em abril de 1964 foi preso e respondeu o inquérito policial instaurado pela guarnição por atividades subversivas, sendo posto em liberdade no dia 20 de maio de 1964. Prega cooperativismo, tomou parte em uma reunião realizada na casa de Amaury Arruda, quando se tratou da organização do “grupo dos onze”, tomou parte de uma reunião na casa do trabalhador, onde houve pregação subversiva com distribuição de panfletos; concitou os trabalhadores a defender as reformas de base. Encontra-se relacionado entre as pessoas que foram hóspedes do Governador Miguel Arraes, conforme foi noticiado na imprensa paulista. Foi ouvido no IPM (Inquérito Policial) instaurado no IPEAS e enquadrado como existente indícios veemente de que tenha cometido os crimes capitulados nos artigos

10,11,12 e 24 da Lei número1.802 de 5 de janeiro de 1953. Foi enquadrado nos artigos 2 e 10 da Lei 1.802/1953 e solicitado a cassação de seus direitos políticos, em relatório parcial. (anexo p.121).

SD22 – Figura na lista tríplice para preenchimento do cargo de Reitor Magnífico da Universidade Rural do Rio Grande do Sul (anexo p.122)

SD23 – A DSI/MEC considerou inconveniente seu aproveitamento para o cargo indicado. (anexo p. 119)

SD24 – O marginado é prontuário na APA (anexo p.120)

SD25 – O marginado é acusado de comunista pelo Sr, José Braga, em carta dirigida ao Presidente das República, em razão de seu nome constar da lista tríplice de candidatos à Reitoria da Universidade Rural do Rio Grande do Sul. (anexo p.122)

SD26 – Manuel Alves de Oliveira: Agrônomo e Professor. Externava-se como convicto marxista. Doutrinador perigoso pela argumentação fácil, quase sempre convincente e oportuna. Integrou a comissão central da Frente Nacionalista de Pelotas(...) (anexo p. 121)

SD27 – Debatia problemas relativos à Reforma Agrária com argumentação socialista. (anexo p. 121)

Mais uma vez a rede de dizeres nesses documentos vai revistando palavras e expressões presentes em todos os registros relativos a docentes investigados. Como o acusador é que investiga sem o livre arbítrio, sem o contraditório, a condenação já é sempre um já-lá, que pré-existe antes mesmo de qualquer processo. Nessa corrente, pensamos a memória na forma do dispositivo de análise, como natural e construída de forma cronológica. Essa cria substância ao se articular numa dada forma, produzindo efeitos de esquecimentos e apagamentos os quais são constitutivos dos efeitos de sentido. Diante dessa memória, precisamos compreender que as práticas não existem a não ser através de uma ideologia, conforme Pêcheux (1996). A formação discursiva, caracterizada nos procedimentos policiais constitui um ponto em que o discurso se inscreve na rede de memória instituída pelo dizer, pois as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. As formações imaginárias se manifestam, no processo discursivo desses procedimentos policiais, através das relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido.

Sabemos que a ditadura militar foi um regime instaurado no dia 1º de abril de 1964 que durou até meados de 1985 sob o comando de inúmeros governos militares os quais derrubaram – através de um golpe militar – o presidente em exercício João

Goulart, presidente eleito democraticamente. O referido regime impôs diversas práticas, destacando-se os atos institucionais, impondo a substituição da Constituinte de 1964, liberdades civis foram suprimidas e, nesse sentido, foi criado um código de processo penal militar em que o exército e a polícia militar pudessem prender e encarcerar suspeitos, além de impossibilitar qualquer tipo de revisão judicial. A ditadura, atingiu seu auge em 1970, com o declarado milagre econômico, o qual “escamoteou os efeitos da concentração de renda, e muita gente, em especial entre as classes médias urbanas, se beneficiou com o crédito fácil, as novas oportunidades profissionais e os estímulos para consumir em um mercado abarrotado de novidades” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 453).

Tudo isso no mesmo momento em que o regime censurava todo e qualquer meio de comunicação do país e, conseqüentemente, torturava e exilava os subversivos, contrários aos seus ditames. O simples movimento feito dos vocábulos e sequência discursivas faz sentidos reverberam na rede de memória, mesmo os sentidos silenciados ou que haviam sofrido deslizamentos com o propósito de criar uma dimensão de opacidade, revelável apenas para os partícipes de uma dada formação discursiva. Sabemos que o sujeito, na análise do discurso, é a pessoa que, ao dizer, também sofre o assujeitamento discursivo. É preciso um certo distanciamento do dizer para que possamos analisar as produções realizadas pelos sujeitos históricos. Para tanto devem ser observados, primeiramente, o contexto em que o discurso foi produzido, as condições de produções do discurso, ou melhor, o lugar social e o papel o qual o indivíduo desempenha dentro do contexto em que o discurso foi construído. O mesmo indivíduo pode produzir diversos discursos, partindo de lugares diferentes. Dessa forma, para a AD não importa o nome dos professores, mas, sim, a designação dada a eles no contexto em que estavam, ou seja, há uma distinção do indivíduo físico com o autor/sujeito – aquele que é responsável por aquilo que é dito.

Destacamos nesse gesto interpretativo, os diversos documentos que constituem nosso corpus. Nas análises dos documentos, percebemos que há evidências materiais no campo linguístico de um projeto ideológico de combate de um inimigo: o comunismo. Nossa escolha recaiu numa lista de professores expurgado da UFRGS em ato e comissões inquisitórias arbitrariamente impostos. Destacamos, daquela relação de professores quatro docentes aleatoriamente. No caso de um deles, encontramos também referência a seu irmão e, assim, associamos os dizeres

nessa memória que teima em não silenciar. O último caso que trazemos é do professor José Pio de Lima Antunes que está registrado com vínculo tanto há UFRGS quanto na Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul.

SD28 – JOSÉ PIO DE LIMA ANTUNES: Advogado e professor. Fazia propaganda ideológica política na Faculdade de Direito de Pelotas, juntamente com seu irmão Ápio Antunes. (anexo p. 123)

SD29 – Em 1956 tomou parte de uma importante reunião comunista em Porto Alegre. (anexo p. 123)

SD30 – Em 1949 já era considerado como elemento reconhecidamente comunista, empregando métodos ponderador e sutis para propagar suas ideias: constava ter integrado a direção geral do extinto Partido Comunista de Pelotas. (anexo p. 123)

SD31 – Em 1964 foi ouvido em IPM instaurado na guarnição de Pelotas/RS para apuar atividades políticas, ideológicas e subversivas, nos corpos docentes e discentes dos estabelecimentos de ensino da cidade. (anexo p. 123)

Reiteradamente, cada uma das sequências discursivas pontua os mesmos itens que qualificam e identificam os envolvidos no projeto de instalação de um comunismo no Brasil. Era dado, com isso, uma materialidade objetiva para a opinião pública. Era como se o sistema justificasse sua ação arbitrária, pois o inimigo era real e já vinha se constituindo há muito tempo. Por essa razão a vida dessas pessoas era rastreada e dados de suas participações na vida pública era coletado e sistematizado. A partir desses dizeres, organizados em sequências discursivas, podemos perceber quais são os vocábulos mais frequentes e que deram a estrutura para o projeto ideológico de poder na ditadura:

Sequência Discursiva	Vocábulos				
	SD1	doutrinador	esquerdista	insinuante	professor
SD2	comunista	político-ideológico		professor	
SD6	comunista	Jornal comunista	Imprensa comunista	professor	

SD8	atividades comunistas	doutrinação	organização	professor	
SD9	comunistas	reunião comunista		professor	
Sd11	Frente Nacionalista			professor	
SD12	comício	Frente Nacionalista		professor	
SD13	LUIZ CARLOS PRESTES			professor	
SD14	inteligente	culto	ascendência	estudantes de Direito	professor
SD17	indiciado	atividades subversivas	prisão preventiva	atividades subversivas	professor
SD18	comunista	Doutrina	manifesto comunista	FIDEL CASTRO	Socialista- Marxista
SD19	convicto marxista	Doutrinador perigoso	argumentação fácil	Frente Nacionalista de Pelotas	professor
SD20	reforma agrária	argumentação	professor		
SD21	violento discurso	Forças Armadas	PTB	direitos políticos	crimes
	preso	inquérito policial	atividades subversivas	cooperativismo	pregação subversiva
	panfletos	reformas de base	indícios	cassação	professor
SD22	lista tríplice	Reitor	professor		
SD23	inconveniente	cargo indicado	professor		
SD24	marginado		professor		
SD25	marginado	comunista	professor		
SD26	Agrônomo	Professor	convicto marxista	Doutrinador perigoso	Frente Nacionalista de Pelotas
SD27	Reforma Agrária	argumentação socialista	professor		
SD28	advogado	professor.	propaganda ideológica	política	

SD29	reunião comunista	professor			
SD30	elemento comunista	propagar	ideias	Partido Comunista de Pelotas	professor
SD31	atividades políticas	ideológicas	subversivas	professor	

Esse movimento de palavras nos permite perceber como a rede de dizeres se organiza no interior da formação discursiva, revelando o material ideológico de que se constitui. Com base nessa tabela, geramos uma nuvem de palavras que dá materialidade imagética ao dizer fundador da linha de atuação das forças de repressão – os Aparelhos Ideológicos e Repressores do Estado Ditador.



Fonte – elaborado pelo autor, com o aplicativo infogram.com

Com a instalação do Regime Militar pelo Golpe de 1964 a procura constante dos inimigos do sistema, necessitava fundar um discurso claro e que fosse assumida pela grade imprensa da época, aliado para os acontecimentos que se desenrolaram,

grande parte da elite ligada a pautas conservadoras. Era preciso que o discurso do poder central quando no uso do aparato repressivo fosse muito contundente e não deixasse dúvidas para a opinião pública que, em grande medida, comprou as bandeiras do regime. Só vindo a perceber tempos depois o estado de exceção e as barbáries cometidos pelos arautos do novo status quo. Muitos dos depoimentos e declarações registrados nesses documentos foram produzidos sob forte pressão ou ameaça, quando não o foram sob ameaça. As sessões das comissões de investigação sumária, no caso do Rio Grande do Sul, contaram ainda com a presença de docentes alinhados aos militares que cooptaram aliadas, que denunciavam e caracterizam o inimigo: os professores doutrinadores, marxistas, esquerdistas, em última instância comunistas. Que representavam uma ameaça e deveriam ser afastados de suas funções – ora desligamento pela ruptura do vínculo no caso de temporários, ora por aposentadorias proporcionais, sempre com prejuízo material a todos os envolvidos.

Essas palavras mobilizam ideias que passam a ser fundadoras da nova ordem – vigiar e punir. Afastar do convívio social os detratores do sistema que constituíam potencial ameaça ao poder hegemônico subtraído por meio de um Golpe Militar. Como os Atos Institucionais haviam silenciados os direitos postos na constituição de 1947, os procedimentos eram sempre unilaterais – apenas as comissões arbitrárias e a Polícia Política é que determinavam o que seria registrado nos autos dos processos e na ficha funcional de cada um dos envolvidos e o manto de opacidade passa a recobrir de forma pesado a rede de dizeres.

7 QUASE LÁ – CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer
Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer
Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer
Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não

Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Como dissemos no início desse percurso. O lugar que ocupamos na rede de dizeres conta nossa história. E nós somos o grande painel que dá corpo e forma a tudo isso. Nossa escolha para a realização de nosso estudo não poderia ser outra. O momento atual nos impele a buscar as razões do recrudescimento do tecido social, a compreensão das ameaças de ruptura da ordem democrática e o enfraquecimento das instituições que são essenciais a um ambiente republicano em que os forças da sociedade civil criam as bases da Democracia. Ainda que se apresente como conclusão, este é um ponto de chegada provisório. Buscamos produzir algumas

reflexões sob nosso percurso de leitura dos documentos relativos aos expurgos de professores da UFRGS e dos registros no Arquivo Nacional por meio de consulta ao SIAN. Em nosso enfrentamento de leitura, problematizamos a relações estabelecidas entre memória e história, entre o político e o discursivo. Buscamos refletir sobre o funcionamento discursivo e a produção de sentidos, historicamente constituídos, em nosso corpus.

Ancoramos nosso olhar na perspectiva teórica da AD objetivando o entendimento do discurso na sua relação com o que é constitutivo da língua. Nas falhas, nas fissuras do discurso, desvelamos sítios de sentidos que se faziam irromper. Quanto à constituição da história, na ordem do imaginário e do simbólico, a insistência do dizer, a repetição de um já-dito, se impôs como constitutivo do aparelho discursivo. Essa relação, que é uma construção simbólica, se dá como efeito das tensões na rede de dizeres fundadores do Regime Militar, no interior das formações discursivas de que é constituído. A memória não se apresenta, na forma do dispositivo de análise, como natural e construída de forma cronológica. Ela cria substância ao se articular numa dada forma, produzindo efeitos de esquecimentos e apagamentos, que são constitutivos dos efeitos de sentido. Diante dessa memória precisamos compreender que as práticas não existem a não ser através de uma ideologia, conforme Pêcheux (1996).

A formação discursiva, caracterizada pelos procedimentos persecutórios e pelos documentos analisados”, constitui um ponto em que o discurso se inscreve na rede de memória instituída pelo dizer, pois as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. A FD da campanha constitui-se por diferentes saberes e o lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados. Nossa leitura permitiu pensarmos que não estamos diante de uma reprodução de sequências discursivas, quando observamos a diversidade dessas formações de dizeres, mas do que pode ser repetido, reiterado.

O efeito de sentido, produzido pela posição-sujeito assumida pelos arautos do regime repressor, produz uma memória que evoca o imaginário, para simultaneamente negá-lo. Como há um impossível de tudo dizer, quando em certos lugares discursivos, o discurso do Estado ditatorial fez irromper marcas discursivas

constituintes do dizer que se mantiveram ao longo do processo discursivo e se fazem ecoar na sociedade contemporânea como um sempre-lá. Os movimentos antidemocráticos vivenciados de 2019 no país se filiam a essa memória que estava dormente, aparentemente silenciada pelo movimento democrático que culminou com a publicação da Nova Constituição de 1988 – reconhecido com a constituição cidadã. A tensão existente, ao se falar sobre a criação de um inimigo para o Estado justificar sua ação no discurso da campanha, revela lugares discursivos não desejados, negados politicamente e silenciados discursivamente. O funcionamento discursivo possibilita a não responsabilização do Estado frente a questões relacionadas aos crimes que eram diariamente cometidos, ao mesmo tempo em que dadas condições de existência foram atribuídas aos docentes investigados: eles eram a grande ameaça, os doutrinadores perigosos que deviam ser silenciados. O papel do Estado é atenuado pelo funcionamento discursivo.

Nossa análise buscou problematizar as relações entre o Estado e o Aparato repressivo – comissões de investigação instituída na UFRGS e os processos de produção de provas e evidências produzidos pelas forças de repressão, em especial a Polícia Política e todo o aparato repressivo do Estado, como um aparelho que cria as condições de possibilidade para a constituição de uma dada formação ideológica e suas manifestações discursivas. E foi a memória discursiva que nos permitiu olhar para o que estava presente ou ausente nos enunciados, produzidos como deriva dos efeitos da memória constituída com por esse dizer. Essa percepção nos levou elaboração da nuvem de palavras a pensar os enunciados produzidos em torno da temática, como um dos lugares de memória onde as designações comunismo, comunista, subversivo e doutrinador são relacionados, num jogo sentido, sendo reiteradamente retomados numa corrente que se projeta para o futuro ao mesmo tempo que resgata o já-dito.

A constituição de nosso arquivo se delineou, então como efeito da rede memória e, apesar de heterogêneo, produziu um efeito de homogeneidade, criando a impressão de que todas as formações discursivas repetem um sempre-lá. Tudo já foi dito sobre a Ditadura, mas dizê-lo novamente em um outro lugar de fala é que tornou possível a produção de sentido do nosso esforço de interpretação. Nosso corpus nos coloca diante de uma formação discursiva que tem, em seu interior, o discurso de aparelhos ideológicos, na forma como aborda Althusser (1974). A FD do discurso do regime militar, impõe-se como FD dominante, garantindo uma certa maneira de

interpretar o que venha a ser formulado. Essas relações engendram um saber que constitui uma relação entre a realidade projetada/produzida pelo sistema opressor e o real da constituição social. Estamos diante de um campo que tende sempre a se desestabilizar frente a um real, que não cessa de querer ser inscrito pela FD. Entendemos, por essa razão, que reside sempre um fundo indizível, um resto que não se materializa numa formulação discursiva. Esse condicionamento e limitação estão postos no discurso através de formações ideológicas que, ao determinarem o que deve ser dito, ora silenciam ou produzem o esquecimento de vozes, forjando uma aparente unidade de sentido.

Nossa análise permitiu-nos pensar que a memória é constituída não por um repertório de cenas vividas, conhecidas e sistematizadas em esquemas mentais disponíveis a qualquer instante, mas por um conjunto de estratégias, fazendo irromper os sempre-lá de outras formações discursivas. Através de nosso gesto de leitura entendemos que a formação discursiva da Regime Militar está delimitada de forma a produzir um efeito de evidência e totalização. A partir desse funcionamento, percebemos que os discursos, produzidos sob determinadas condições de produção, tendem a reproduzir esse modo de representação tomados no interior da formação discursiva. Com isso, podemos afirmar que o discurso representa um lugar de fala que aciona reflexões e interpretações sob um efeito de totalidade que é próprio do jeito de constituir o discurso opressor, mas é atravessado pelo que lhe é constitutivo – as descontinuidades, as ausências, a ideologia. Esse aparelho discursivo nos invade no plano pessoal, tecido, pelas necessárias ilusões de homogeneidade e estabilidade, é no “só- depois” do tempo psicanalítico e ideológico que produzimos sentidos para os acontecimentos imprevisíveis e descontínuos que, irrompendo, levaram-nos a atitudes, gestos e falas acontecidas e por acontecer (MARIANI, 1998, p. 13).

Em nossa análise, procuramos oferecer elementos que problematizassem a historicidade das representações na forma como foram formuladas no discurso constitutivo dos documentos analisados. Do contrário, estaríamos apenas reproduzindo e consolidando alguns sentidos e não outros, alguns lugares discursivos em detrimento de outros. Buscamos nos remeter para além da linearidade das sequências discursivas. Nossa análise, ao fazer irromper das formações discursivas, os condicionamentos ideológicos que lhes são determinantes, desestabiliza, em alguma medida, os sentidos que o discurso do Regime Militar se esforça por manter

intactos, pacificados. Entendemos, então, que memória deve ser pensada sempre como constituída e atravessada por interpretações provisórias da rede de dizeres.

REFERÊNCIAS

ADUFRGS. Universidade e Repressão: **Os expurgos na UFRGS**. Porto Alegre: L&PM, 1979.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Editora: Martins Fontes, 1980.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.

ALTHUSSER, L. **Posições I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p.

BRETON, D. L. **Do Silêncio**. 1ªed. Editora: Piagente - Portugal, 1999.

BRASIL. **Sistema de Informações do Arquivo Nacional**. Registro BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70020428_d0002de0002. 1970. Disponível em <www.sian.an.gov.br>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Registro BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70020428_d0001de0002. 1970. Disponível em <www.sian.an.gov.br>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Registro BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0220_d0001de0001, sem data exata. Disponível em <www.sian.an.gov.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Registro BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69018648_d0001de0002, sem data exata. Disponível em <www.sian.an.gov.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Registro BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69018646_d0002de0002. 1968. Disponível em <www.sian.an.gov.br>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. [Site Institucional]. Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-publicacaooriginal-1-csr.html>>. Acessado em: 10 de março de 2022.

CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BUARQUE, Chico de Holanda. **A voz do dono e o dono da voz**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=050xNbpGeOU>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

COSTA. Eduardo Alves da. **No Caminho, com Maiakovski**. Disponível em: <<https://sempreumpapo.com.br/eduardo-e-maiakovski-40-anos-de-um-mal-entendido/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

FERREIRA, M. C. L. **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2008.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24ª. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

GRIGOLETTO, M. **A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia**. São Paulo: Unicamp, 2002.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime**. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2014.

HARTMANN, Fernando. **Ideologia e desejo**. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (organizadores). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acessado no dia 20 de dezembro de 2021 às 19h.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis**. 1ª. ed. São Paulo: Unicamp, 2013.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 28p.

MAZIÉRE, F. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

Memorial Globo. Julgamento da Revolução. Disponível em:
<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/upload/concessoes_foto1.html>. Acessado em: 17 de novembro de 2021.

MORAES, Angélica de. **Um tribunal de professores expurgou na UFRGS**. Coojornal, Porto Alegre, p. 9, Mar/1979.

MUSSALIM, F. **Análise do discurso**. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v. 2., 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004

ORLANDI, E. **Michel de Pêcheux e a Análise do Discurso**. Revista Estudos de Linguagem, Vitória da Conquista, nº 1, p. 9 -13, 2005.

ORLANDI, E. D. L. P. **Estrutura ou Acontecimento**. 7ª. ed. São Paulo: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. D. L. P. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 7ª. ed. São Paulo: Pontes Editora, 2015.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, v. 5, 1990.

ORLANDI, E. P. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. 6ª. ed. São Paulo: Unicamp, 2007.

_____. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux - textos selecionados: Eni P. Orlandi**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 3ª. ed. São Paulo: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 13ª. ed. São Paulo: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **A análise do discurso: três épocas (1983)**. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 2014. Cap. 307, p. 320.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. _____. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. **O discurso**. 7ª. ed. Campinas: Pontes, 2015.

SCIACCA, M. F. **Silêncio e Palavra**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. 1ª. ed. Campinas: AGE Editora, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

UNÇÃO 23. Motivação. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=1gtqUyE8Ydl>>. Acessado em: 25 de maio de 2022.

VANDRÉ, Geraldo. Pra não dizer que não falei de flores. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=KdvsXn8oVPY>>. Acessado em 20 de fevereiro de 2022.

ANEXOS

Professor Luiz Carlos Pinheiro Machado - UFRGS – Faculdade de Agronomia e Veterinária

CONFIDENCIAL

S. N. I.
AGENCIA CENTRAL
005692 20 ABR 70
PROT. 001/6
PORTO ALEGRE, RS 4.1.1.1.70

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGENCIA DE PORTO ALEGRE

1. ASSUNTO : LUIZ CARLOS PINHEIRO MACHADO

2. ORIGEM : A P A

3. CLASSIFICAÇÃO :

4. REFERENCIA : PB Nº 029/ACT/SNI, de 19 Mar 70.

5. DIFUSAO : ACT/SNI
AC /SNI (para conhecimento)

INFORMAÇÃO Nº 78 /APA/1970
SC 1-16/19 SS 19.2 Nº 06)

20428

1. - O nominado foi apresentado pelo Art 7º do ATO INSTITUCIONAL Nº 1, de 09 Abr 64, do cargo de Prof Catedrático da Fac de Agronomia e Veterinária da UFRGS, não constando o motivo dessa aposentadoria.
2. - Engenheiro Agrônomo competente, de renome na especialidade de "Suinocultura". Mantém curso particular em PORTO ALEGRE/RS, de cadeiras da Faculdade de que foi aposentado, particularmente da especialidade apontada.
3. - Filho de DULPHE PINHEIRO MACHADO e MARIA PACHECO PINHEIRO MACHADO; nascido em 03 Jul 28; brasileiro; natural do RS; casado; instrução superior; profissão Engenheiro Agrônomo; residente à rua Jerônimo Coelho nº 30 - Aptº 64 - PORTO ALEGRE/RS.
4. - Doutrinador esquerdista.
5. - Inteligente, insinuante com grande capacidade como professor. É muito apreciado pelos estudantes, particularmente os esquerdistas.
 - Sua atuação no Curso particular que dirige paralelo na da Faculdade, interfere e perturba o bom andamento das atividades escolares da citada Faculdade. Tem essa atuação facilitada pelo atual titular da cadeira de Suinocultura, seu irmão GLACY PINHEIRO MACHADO, que se mostra ineficiente e chega a se omitir no ensino daquela especialidade, propiciando o afluxo de alunos ao "Curso Paralelo".
 - Exerce atuação nociva no meio estudantil, onde alicia elementos, estimula movimentos de protesto, greves, passeatas, assembleias, etc, tudo de caráter esquerdista.
 - Indiciado pela Comissão de Investigação Sumária da UFRGS, em 1964.

Esta Agência organizou um processo remetido à ACOPAC e Encaminhamento nº 19 SCL/APA, de 12 Fev 69 (Nº 9-31-19.2) para fins de enquadramento no AI/5, já que a punição recebida pelo nominado logo após à Revolução foi somente de "Aposentadoria".

PRG

●●●●●

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE FISCALIAÇÃO
AGENCIA CENTRAL
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - PORTO ALEGRE

Professor Glacy Pinheiro Machado - UFRGS – Faculdade de Agronomia e Veterinária

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 137860P/71/AC/SNI

DATA : 01 OUT 71
ASSUNTO : ANTECEDENTES - GLACY PINHEIRO MACHADO
REF : PB 1853/DSI/MRE de 14 Set 71
DIFUSÃO : DSI/MRE

- Em atendimento à solicitação constante do documento da referência, informamos que sobre o epigrafado existem neste Serviço, os seguintes dados:

Em 1969 - A DSI/MEC informou ser o epigrafado professor de Zootécnica da Faculdade de Agronomia, da Universidade Federal do RIO GRANDE DO SUL e irmão do professor LUIZ CARLOS PINHEIRO MACHADO, que é comunista e aposentado por ato Revolucionário, para quem estabelece contatos político-ideológicos com estudantes de agronomia do RS e PR.

- Segundo declarações de um professor, é mal conceituado, profissionalmente, e considerado relapso pela direção da Faculdade.

Em 1970 - Mostrou-se ineficiente, chegando a se omitir no ensino da especialidade que leciona (suinocultura), para permitir o afluxo de alunos ao "Curso Paralelo", de propriedade do seu irmão e ex-professor da matéria, na Faculdade.

* * *

REF:- PRG/22.526-71 e ACE 9.535 e 20.428.

Professor Glacy Pinheiro Machado - UFRGS – Faculdade de Agronomia e Veterinária

Nº PRO. CS 42.3 P. 1/88

<p>IDENTIDADE <u>Mat. 1214437 - INPS</u></p> <p>FILIAÇÃO-PAI _____</p> <p>MÃE _____</p> <p>IDADE _____ ESTADO CIVIL <u>casado</u></p> <p>PROFISSÃO <u>Advogado</u> POSTO OU GRAD. _____</p> <p>FUNÇÃO <u>ex-Professor da UFP/Faculdade de Direito - RS</u></p> <p>NACIONALIDADE <u>brasileira</u> NATURAL DE _____</p> <p>LÊ _____ ESCRIVE _____ CERT. RESERVISTA _____</p> <p>TÍTULO ELEITOR _____ LOCAL TRABALHO <u>Rua Anchieta, 1978/1160 - PELOTAS/RS</u></p> <p>ESTUDANTE _____ ESCOLA _____</p> <p style="text-align: right;">NÍVEL _____</p> <p>RESIDÊNCIA <u>Rua Andrade Neves, 1039 - PELOTAS/RGS</u></p> <p>OUTROS DADOS <u>Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccão RGSul, sob o nº 606.</u></p>	FOTO	NOME APRO. CLAUDIO DE LIMA ANTUNES
HISTÓRICO		
<ul style="list-style-type: none"> - Respondia pelo ensino da Cadeira de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Pelotas da Universidade do RIO GRANDE DO SUL. - Dispensado das funções pelo D.O. nº 186, de 25 Set 64, com fundamento no § 1º do art. 7º do Ato Institucional nº1, de 9 Abr 64. - Pelo D.O. de 1º Dez 64, foi considerado efetivado no Quadro de Pessoal, Parte Permanente, da Universidade do RIO GRANDE DO SUL, na Classe de Professor Assistente de Ensino Superior. - Em 15 Fev 73 o epigrafado requereu ao Exmº Sr. Presidente da República reconsideração do ato que o dispensou. - Elaborado por esta Secretaria-Geral o ESTUDO SUCINTO Nº31-GE/73, de 5 Out 73. - Processo encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura através o AVISO Nº333/73, de 12 Nov 73: 		
		CIC

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

Nº PRO.CS.42.30.5

CONFIDENCIAL

EXTRATO DE PRONTUÁRIO

NOME - APPIO CLAUDIO DE LIMA ANTUNES
 FILIAÇÃO - PIO ANTUNES e JUDITH LIMA ANTUNES
 DLN - 08 MAI 12 - PELOTAS/RS
 IDT -
 PROFISSÃO - ADVOGADO
 RESIDÊNCIA - RUA ANDRADE NEVES, 373 - PELOTAS/RS

- Em Jun 50, assinou Boletim intitulado "AO POVO DE PELOTAS", de cunho nitidamente comunista, contra a depredação do jornal comunista "A TRIBUNA" e o "assassinato premeditado" pela Polícia, em RIO GRANDE/RS, de líderes operários e pedindo o "apoio moral e material" para a imprensa comunista.

- Em 1953, andou ativo na zona rural de PELOTAS e ARROIO GRANDE, onde obteve grande prestígio junto aos camponeses e trabalhadores rurais.

- Em Jan 56, foi expulso da Escola Técnica de Pelotas, por suas atividades comunistas (doutrinação em aula). É um dos cabeças da organização, em PELOTAS/RS.

- Em Jul 56, juntamente com outros comunistas de PELOTAS/RS, esteve em PORTO ALEGRE, em uma importante reunião comunista realizada nesta Capital.

- Em Ago 57, através de estudante de Direito que trabalha em sua banca de advocacia, orientou os alunos do Colégio Pelotense a não acatarem ordens da Direção do Educandário, desconsiderando, inclusive, a interferência do Prefeito Municipal. Impetrou mandado de segurança contra as ordens emanadas da Direção do Colégio Pelotense e em favor do movimento de indisciplina dos alunos, obtendo despacho favorável pelo Juiz HUGOLINO UFLACKER, o qual foi posteriormente anulado em instância superior, por improcedente.

CONFIDENCIAL

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

NB 19- CS 42-3 p.6

CONFIDENCIAL

(Continuação do Extrato de Prontuário de ÁPIO CLÁUDIO DE LIMA
ANTUNES Fls - 2)

- Em Fev 58, fez parte da Comissão Central da Frente Nacionalista de Pelotas.
- Em Mai 58, usou da palavra no comício realizado em PELOTAS/RS, no arrabalde de Três Vendas, promovido pela Frente Nacionalista e Federação Acadêmica de Pelotas.
- Em Set 58, tomou parte na mesa da reunião realizada quando da passagem de LUIZ CARLOS PRESTES, por PELOTAS/RS.
- Em Dez 60, inteligente e culto, com grande ascendência sobre os estudantes de Direito.
- Em 1964, Professor da Faculdade de Direito de Pelotas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Em Abr 64, chegou a ROU, foragido da Revolução. Visitou JOÃO GOULART.
- Em Jun 64, indiciado no IPM instaurado para apurar atividades subversivas em PELOTAS/RS, o qual, na parte final do seu relatório, afirma tornar-se necessária sua prisão preventiva; acha-se foragido e era fichado no QG da ID/3, por exercício de atividades subversivas.
- Em Jul 64, obteve asilo na ROU; retornou meses depois ao Brasil.
- Em Ago 64, indiciado pela Comissão de Investigação Sumária da UFRS, após a Revolução. O Assessor Militar da referida Comissão concluiu que deve ser afastado do magistério universitário, com base no Art 7º do AI-1.
- Em Set 64, o Diário Oficial de 25, publica a sua dispensa do cargo de Professor da Faculdade de Direito de Pelotas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com base no Art 7º do AI-1.
- Em Dez 64, homenageado especial dos formandos de 1964, da Faculdade de Direito de Pelotas/RS.

CONFIDENCIAL

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

Nº. DR. = 55.42.3 P7

CONFIDENCIAL

(Continuação do Extrato de Prontuário de APPIO CLAUDIO DE LIMA ANTUNES Fls - 3))

- Sua esposa, NIZE TEREZINHA DE JESUS MARTINS ANTUNES, segue suas idéias comunistas e é advogada e professora na Escola Técnica de Pelotas/RS.
- É elemento que pode propiciar uniões de classes, tão ao gosto das esquerdas, como estudante-camponês.


* * *

CONFIDENCIAL

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

NB PRO CSS 423 P. 9

CONFIDENCIAL


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

I N F O R M A Ç Ã O / S I C I / 2 / D S I / M E C / N º 173/14427/76
 05/11/76

ASSUNTO: APIO CLAUDIO DE LIMA ANTUNES

ORIGEM:

AVALIAÇÃO:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO ATUAL: Sr. CHEFE DO GABINETE DO MINISTRO/MEC

REFERÊNCIA: OFÍCIO Nº 08/GE/1389/76 - 10.8.76

ANEXOS: OFÍCIO 08/GE/1389/76 - 10.8.76 E OUTROS DOCUMENTOS

Informamos que os registros existentes, nesta DSI, sobre o nomina-
 do são os seguintes:

- "Comunista convicto, militante e de projeção em Pelotas. Foi afastado da Escola Técnica por processo que provou sua ação de Doutrina na classe em que era professor.
- Agitador de alunos contra os Professores.
- Confabula com LUIZ CARLOS PRESTES, quando vai à Pelotas.
- Assinou manifesto comunista que foi publicado em jornais locais.
- Consta que apoiou os alunos que tentaram inaugurar o retrato de FIDEL CASTRO na Faculdade de Direito.
- Asiluo-se no Uruguia após a Revolução onde se encontrou com JANGO e declara-se Socialista-Marxista.
- Contratado para responder pela Cadeira de Direito Internacional Privado da Fac. de Direito de Pelotas da UFRS .

Dispensado: Ato publicado no D.O. de 25.09.64"

CONFIDENCIAL

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

nº PROCESSO-42.3 P. 30

CONFIDENCIAL


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 173/14427/76/SICI/2/DSI/MEC/76

Estes registros são oriundos de Informes não processados por esta DSI, referentes a Set.de 1964, da fonte CIS (desconhecemos a denominação da sigla).

b - Nos arquivos da CIS/MEC, recolhidos a esta DSI, Nada Consta com referência a processo de investigação sumária sobre o nominado.

O destruído e o não classificado mantêm-se
 sob o sigilo até ao fim da
 644. 62 Dec. n.º 624/76 - Regulamento
 para subseqüência de Acumulação Supletiva.



CONFIDENCIAL

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

Nº PRO.CSS-42-3 P. 31

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

OF. nº 08-GE/1389/76

Brasília - DF., 10.08.1976
Em de agosto de 1976

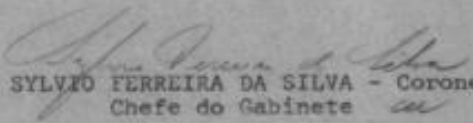
Do Cel Chefe do Gabinete da SG/CSN

Ao Sr Chefe do Gabinete do Ministério da Educação e Cultura

Assunto: Restituição de Processo (solicita)

A fim de instruir o Processo encaminhado a este órgão através do Aviso nº 65 BSB, de 15 de janeiro de 1974, desse Ministério, reitero a V. Sa. a solicitação feita em 2 de abril de 1974, através do Telex nº 148-GAB, referente à remessa, a esta Secretaria, do Processo de Investigação Sumária que precedeu a dispensa do Sr. APIO CLÁUDIO DE LIMA ANTUNES das funções de Professor da Faculdade de Direito de Pelotas (RS) com base no Ato Institucional nº 1, conforme publicação feita no Diário Oficial nº 186, de 25 de setembro de 1964.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Sa. meus protestos de consideração e apreço.


SYLVIO FERREIRA DA SILVA - Coronel
Chefe do Gabinete

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

NB. PAR. - SS. 42.3 P. 12
GE

CONFIDENCIAL

SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

OF. nº 11-GE/1 2131 /76

Brasília - DF.,
Em 08 de outubro de 1976

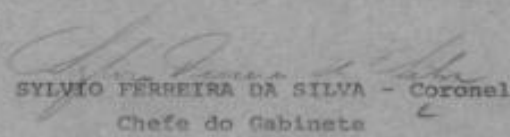
Do Cel Chefe do Gabinete da SG/CSM

Ao Sr Chefe do Gabinete do Ministério da Educação e Cultura

Assunto: Informação (solicita)

A fim de melhor instruir processo referente a APIO CLÁUDIO DE LIMA ANTUNES, solicito os préstimos de Vossa Senhoria no sentido de que seja esta Secretaria-Geral informada do que constar sobre o nominado nos arquivos da DSI/MEC.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria meus protestos de consideração e apreço.


SYLVIO FERREIRA DA SILVA - Coronel
Chefe do Gabinete

CONFIDENCIAL

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

Quarta-feira 27 DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I) Outubro de 1976
 Nº 8.190-SS.42.3 0-13

LOTAÇÃO — Alteração de Distribuição por Classes L 3

1. M. S. — INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO — I N A N
 (Ministério, Órgão Integrado da Presidência da República, Órgão Autônomo ou Autarquia)

2. Grupo: SERVIÇOS AUXILIARES — SA-900

CATEGORIA FUNCIONAL	SITUAÇÃO ANTERIOR						SITUAÇÃO NOVA				
	CLASSES					TOTAL	CLASSES				
	A	B	C	D	E		A	B	C	D	E
AGENTE ADMINISTRATIVO (*)	26	20	10	-	-	56	27	20	10	-	-
DATILÓGRAFO	24	08	-	-	-	32	25	08	-	-	-

(*) Considerado o Decreto nº 77.104, de 03 de fevereiro de 1976.

— DIVERSOS
 — Processo
 PR nº 2.140-73. Requerimento de 15 de fevereiro de 1973, em que Apio Cláudio de Lima Antunes pleiteia sua readmissão no Serviço Público, ou a transformação do Ato de sua dispensa, em aposentadoria. "Arquive-se. Em 25-10-76".

Decreto n.º 78.150, de 26 de julho de 1976.
 Os servidores mencionados na presente Portaria deverão ser apresentados à Universidade Federal de Goiás, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste ato, munidos dos assentamentos funcionais respectivos. — Marcelo Alves

com a respectivo Quadro de Pessoal Interior, I (tun) cial, código P-14 Maria da Glória ria mantida em tigo 6.º do Decr de julho de 197 viços de Saude

Brasília, DF.
 Em de outubro de 1976

ESTUDO SUCINTO Nº 15-GE/76

1. ASSUNTO

Reconsideração do ato que dispensou o Professor APIO CLAUDIO DE LIMA ANTUNES, do cargo que ocupava na Universidade Federal de Pelotas (Faculdade de Direito), com base no Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

2. ORIGEM

Requerimento do nominado, datado de 15 de fevereiro de 1973, e encaminhamento nº 233-ASS/SEC-196/73, de 28 de março de 1973, do GM/PR, remetendo para exame uma pasta protocolada sob o nº PR/002140/73, contendo documentos de interesse do postulante.

3. LEGISLAÇÃO CITADA

3.1 - Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964;
 3.2 - Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964;
 3.3 - Lei nº 4.054, de 02 de abril de 1962.

4. DADOS EXTRAÍDOS DA DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE NESTA SG

4.1 - Estudo Sucinto nº 31-GE/73
 Neste estudo, esta SG/CSN, após analisar os documentos constantes da pasta protocolada sob o nº PR/002140/73,

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

NB. PRO. CSS. 42.3 P. 15

- 2 -

sugere o encaminhamento da documentação ao Ministério da Educação e Cultura, para que opine a respeito.

- 4.2 - Através do Aviso nº 333/73, de 12 de novembro de 1973, o Exmº Sr Secretário-Geral do CSN solicitou o parecer daquela Secretaria de Estado.
- 4.3 - O Exmº Sr Ministro da Educação e Cultura, através do Aviso nº 65-BSB, de 15 de janeiro de 1974, restituiu a esta SG/CSN a documentação referente a APÍO CLÁUDIO DE LIMA ANTUNES, informando que aprovara o parecer do Consultor Jurídico daquele Ministério, exceto quanto à conclusão de encaminhamento ao Departamento de Pessoal para elaboração do expediente destinado a corrigir o lapso manifesto, de modo a assegurar, ao requerente, a aposentadoria especial, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, tudo com efeito declaratório a partir de 25 de setembro de 1964.
- 4.4 - A fim de instruir o processo restituído pelo MEC, o Sr Chefe de Gabinete desta SG solicitou àquele Ministério, pelo Telex nº 148-GAB, de 02 de abril de 1974, a remessa, com possível urgência, do Processo de Investigação Sumária que precedeu a dispensa do Sr APÍO CLÁUDIO DE LIMA ANTUNES das funções de Professor da Faculdade de Direito de Pelotas (RS), com base no Ato Institucional nº 1.
- 4.5 - Reiterada a solicitação desta SG, o Sr Chefe do Gabinete do Ministério da Educação e Cultura, através do ofício confidencial GM/BSB nº 449/76, de 10 de setembro de 1976 informou que o Processo de Investigação Sumária solicitado àquele Ministério não foi localizado na DSI/MEC, onde, na época, por ordem do Senhor Ministro, foi recolhida toda a documentação CISMEC.

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

Nº PRO.CS.42.3 P.36

- 3 -

5. APRECIACÃO

- 5.1 - O requerente, Professor APIO CLAUDIO DE LIMA ANTUNES , foi dispensado das funções que exercia na Faculdade de Direito de Pelotas (RS), por decreto de 24 de setembro de 1964, com base no Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.
- 5.2 - Em 15 de fevereiro de 1973, requereu, ao Exmº Sr Presidente da República, sua readmissão ou a transformação da DISPENSA em APOSENTADORIA, tendo em vista que, embora à época da dispensa, 24 de setembro de 1964, sua situação fosse de CONTRATADO, em 1º de dezembro de 1964, foi efetivado no cargo de Assistente de Ensino Superior, com efeito retroativo a 1º de julho de 1960.
- 5.3 - Verifica-se que o ato que efetivou o requerente, com efeito retroativo, mudou sua situação à época em que foi atingido pelo Decreto que o demitiu. Entretanto, as autoridades do Ministério da Educação e Cultura e do DASP, ao beneficiarem o requerente com o amparo da Lei nº 4.054/62 não atentaram para o fato de que o referido instrumento legal referia-se aos nomeados interinamente até 1º de dezembro de 1961, situação em que não se encontrava o requerente que era, à época, especialista temporário.

A referida lei é clara e insofismável:


"Art 1º - Serão efetivados nos cargos iniciais de carreira para os quais foram nomeados os atuais servidores interinos das autarquias federais cujo ato de nomeação ou admissão tenha sido publicado até 1º de dezembro de 1961, desde que contem ou venham a contar cinco (5) anos de serviço.

Art 4º - Nas mesmas condições dos artigos anteriores serão, também, efetivados os servidores interinos dos cargos de carreira e isolados da União e dos Territórios."

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

Nº. PR. CSS. 42.3 P. 55

Doc. Nº 8



CÓPIA.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre, 12 de maio de 1965.

PARECER Nº 62/65 GJ
Processo nº 789/65

Exco. Sr. Professor Reitor Magnífico.

O Dr. Ápio Cláudio de Lima Antunes, exercia sob o regime de contrato, o cargo de Professor da Cadeira de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Pelotas.

Sobrevindo o Ato Institucional, a Presidência da República, por Decreto de 24 de setembro de 1964, determinou a sua dispensa da regência da referida cadeira e, conseqüentemente, a rescisão de seu contrato.

Acontece, porém, que se achava incluído na prq posta de enquadramento e, pelo Decreto nº 55.039, de 1964, publicado, segundo alega, no Diário Oficial de 1º de dezembro do mesmo ano, foi enquadrado como funcionário e a partir de 1º de julho de 1960.

Entende-se que o seu enquadramento deve ser traduzido como a sua recondução à função pública, de que fôra afastado e, nesta conformidade, requer que a Universidade tome as providências necessárias ao seu regresso ao cargo que ocupava antes da sua dispensa.

Efetivamente, houve uma transformação substancial na sua situação funcional. Tendo os efeitos de seu enquadramento retroagido a 1º de julho de 1960, na ocasião de sua dispensa estava já estabilizado no serviço público.

A sua dispensa fôra como simples contrato e com fundamento no art. 7º, § 1º, do Ato Institucional que diz o seguinte:


"Art. 7º - Ficam suspensas por seis meses as garantias constitucionais ou legais de vitalidade e estabilidade."

"§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados mediante atos do Comando Supremo da Revolução, até a posse do novo Pre-"

Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes - UFRGS e Universidade Rural de Pelotas

NB. PRO. CSS. 42.3 R-56

Parecer nº 62/65


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

.....

"dente da República e, depois de sua posse, por decreto
 "presidencial, ou, em se tratando de servidores estado-
 "ais, por Decreto do Governo do Estado, desde que tenham
 "atentado contra a segurança do País, o regime democráti-
 "co e a probidade da Administração Pública, sem prejuízo
 "das sanções penais a que estejam sujeitos".

Mas não me parece que o seu enquadramento como servidor-
 efetivo tenha a virtude de marcar o seu reingresso no serviço pú-
 blico. O enquadramento significa o reconhecimento de uma situação
 preexistente, declara um direito anteriormente conquistado, mas
 não exulta a sua dispensa que se deu em virtude da implantação de
 uma nova ordem no País e em nome do interesse público. Pode dar
 lugar a que pleiteie junto aos poderes competentes qualquer uma
 das outras soluções previstas no §º do art. 7º do Ato Institucional,
 como a disponibilidade ou a aposentadoria com proventos pro-
 porcionais, mas não a recuperar o cargo de que fôra dispensado.

Além disto, parece-me que nada há que deferir por esta
 Universidade. O requerente foi dispensado por ato do Sr. Presiden-
 te da República e sómente esta autoridade poderá determinar o reg-
 ime da situação do requerente.

É o meu parecer, salvo melhor juízo.

Devolvo a V.Exa. o presente processo com o pronunciamento
 solicitado e subscrevo-me respeitosamente.

(ass.) Acélio Affonso Corrêa
 Assessor Jurídico da U.R.G.S.

Professor Manoel Alves de Oliveira - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

P. n° 1101 93

NOME - MANOEL ALVES DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO - MIGUEL ALVES DE OLIVEIRA e JOSEFA ALVES DE OLIVEIRA

NATURAL de - JARDIM/CEARA - NASC. 13.04.916

PROFISSÃO - Engenheiro-Agrônomo

Residência - Rua Alvaro Chaves, 1023/Palotas/RS (Vide homônimo)

DATA	PONTE	HISTÓRICO
29/12/55	SSOP	<p>"COMUNISTA - Chefe substituto da Seção de Fitopatologia do IAS, já tendo prestado serviços no Serviço de Obras Contra as Secas (Nordeste) e na Defesa Sanitária Vegetal, no Rio de Janeiro.</p> <p>- Ação comunista - Doutrinador, por excelência, sempre pronto a atuar (no âmbito de transporte do IAS, no serviço, fora do serviço, etc) e se exte- na como fanático marxista. Grande amigo de seu colega EDILBERTO AMARAL, a quem externa apoio em todos os debates em que se lhes apresentam, quer técnicos ou ideológicos. Perigoso pela argumentação variada e, quase sempre convincente e oportuna por ser professor catedrático e efetivo (por concurso) da Cadeira de Fitopatologia e Micrologia Agrícola da Escola de Agronomia Aliseu Maciel." (Ref. Relatório de agente - Pap. 1993).</p>
17/1/56	SSOP	<p>PELOTAS - RS - Engenheiro Agrônomo. Diretor da Associação Brasileira Pró-Defesa dos Direitos do Homem, Seção de Pelotas-RS, recentemente fundada pelo General ARTHUR CARNAÚHA. (Ref. SSOP-Relat. 1/56 - Pap. 2051 - 2463)-(Ref. Av. M G- Pap. 3068).</p>
27/2/56	SSOP	<p>O marginado foi escolhido para ser o Vice-Presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Caraguá-SP, por ocasião de sua fundação. (Ref. Pap. 2160).</p>
31/3/56	SSOP	<p>PELOTAS-RS - Professor Universitário - Foi signatário de um manifesto dirigido ao povo de Pelotas, em prol da anistia de presos políticos. (Ref. Relat. de agente - Pap. 2434).</p>
15/4/56	SSOP	<p>PELOTAS-RS - O marginado como implicado no movimento comunista do Instituto Agronômico do Sul, está no momento, tentando criar em Pelotas uma seção municipal da União dos Servidores Públicos Civis do Brasil, entidade esta, filiada ao Rio de Janeiro, com tendências comunistas. (Ref. Relat. nº 8/56 - Pap. nº 2463).</p>
30/4/56	SSOP	<p>PELOTAS - RS - Promoveu uma reunião dos funcionários, para instalação do Núcleo de Pelotas da União Nacional dos Servidores Públicos, cujo objetivo é, aliciar seus componentes em prol da Anistia ampla desde 1945; liberdade para Luiz Carlos Prestes; comércio com a Rússia e registro do Partido Comunista do Brasil. (Ref. Pap. nº 2551).</p>
14/7/56	SSOP	<p>PORTO ALEGRE - RS - O marginado é li-</p>

(continua)

Professor Manoel Alves de Oliveira - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

MANOEL ALVES DE OLIVEIRA

p. nº 1101 34

Fls. 2

DATA	FONTE	HISTÓRICO
14/7/56	S S O P	der comunista em Pelotas - RS. - Consta haver com parecido a uma importante reunião de vermelhos em Fzrto Alegre.
14-8-56	S S O P	PELOTAS- RS- O marginado, agrônomo, professor e comunista, foi eleito presidente da Seção Municipal Pelotense da União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil. É funcionário do Instituto Agrônomo do Sul, em Pelotas. (Ref. Relat. nº 1 - Pap. 3 1 9 6).
Jan/61	S S O P	PELOTAS- RS - Foi designado Membro da Comissão Executiva do Comitê Central Municipal de MOVIMENTO NACIONALISTA, de Pelotas.RS.
20.11.61	M.GUERRA	RIO GRANDE DO SUL Vêm causando certo mal-estar na cidade de Pelotas notícias de que o MARGINADO é forte candidato ao cargo de Diretor do Instituto Agrônomo do Sul, por ser este elemento reconhecidamente comunista, ativo em várias oportunidades, conforme ficha existente no Q3 da ID/3, e professor da Escola de Agronomia Eliseu Maciel. (Ref. ACE 1114, de 15.12.61).-(ACE 1122/61)
28-7-65	IPM/GU PELOTAS (Comissão/INM)	PELOTAS-RS O marginado foi indiciado no IPM realizado em Pelotas. Delegação de Poderes nº 251. (REF: IPM nº 129-ARQUIVO)
4.10.65	IPM INST. PESQ. AGRO.PEC.	RIO GRANDE DO SUL -RS= O marginado foi indiciado no IPM realizado no Rio Grande do Sul. Del. de Poderes nº. 474 (REF. IPM nº 401 - ARQUIVO)
17.01.67	SNI/APA (S/C)	Professor. É fichado no RI de Pelotas tendo sido indiciado em IPM por exercer atividades ligadas ao comunismo. Por ocasião das homenagens ao professor polones BIEZANKO, as quais compareceu o baixador Alexander Krajewski daquele País e sua comitiva, usou da palavra em nome da Congregação da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, sediada em Pelotas. (Ref ACE 225/5.1.67 - Info 1/SC1/APA/67). (FP).
27.3.67	ARJ/SC-3 (B2)	O marginado, comunista militante, é muito ligado a JOSÉ BRAGA DE SOUZA LIBÓRIO e seu grupo. Esteve indiciado em, pelo menos, dois IPM's, instaurados no RS após a Revolução. O Dr. WANDER BATALHA LIMA e o ex-Cel KARDEC LEME são muito ligados ao marginado, sendo que este último, indicou-lhe o Dr. VIVALDO ALMEIDA (Advogado) para ir ao RECIFE trabalhar no processo de defesa de elementos indiciados no IPM do Cel IRIAPINA (cnda

Professor Manoel Alves de Oliveira - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

P. nº 1101 95

MANOEL ALVES DE OLIVEIRA

FL- 3

DATA	FONTE	HISTÓRICO
		... onde GREGÓRIO BEZERRA era implicado). Frequentemente é visto nos escritórios da Cia. Santista de Armazéns Gerais, não se sabendo, no entanto, se é ou não funcionário da mesma. REF: Info nº 272/SC-3, de 7.3.67-Prot. SSI6 nº 1262/67. (FY).
15.06.67	IPM	Indiciado no IPM instaurado a fim de apurar irregularidades administrativas e subversão no IPRAS e ZAM de Pelotas (RS). (REF: IPM avulso nº 108, no arquivo) (FAB)
30.05.67	INFORMANTE S/C	Relatório de figura em relação de elementos comunistas que exercem atividades. REF (Doc. anexo 11, fls 1, de VICENTE MARTINS REAL) (FD)
24-07-67	INFORMANTE (S/C)	Relatório de elemento orientador de atividades comunistas na Estação de Pesquisas Agro-Pecuárias de Pelotas. (REF: Documento em anexo sob o nº 1, no Prontuário de RADECO, fls 1, de DIAS DA COSTA). FT.
18.8.67	2a Sec/EME/III Ex. (N/C)	A Idéia da criação da Universidade Federal de Pelotas vem se constituindo em movimento de agitação estudantil. Elementos interessados na agitação e comunistas fanáticos como o marginado procuraram as lideranças para lançar uma "Campanha de Base Popular". (REF: ACS nº 8240/67-INFO nº 582 E2/67-3319-2185/67). (FM)
31.08.67	IMPRESA	RIO GRANDE DO SUL O MARGINADO em solenidade realizada em 19.8.67, passou a integrar o Conselho Diretor da nova diretoria da SOCIEDADE DE AGRONOMIA DO RS. (CP) (REF: Bol. Inf. nº 161, de 25.8.67/SNI/APA) (PK)
08.09.67	SNI/APA (A-1)	<u>Pelotas/RS</u> O marginado mantém contactos com elementos comunistas de Pelotas. Tomou parte / em comícios defendendo as reformas de base. Tomou parte em comícios para a formação dos "grupos de onze". (REF: ACE nº 9260/67 - Inf nº 186/67/SNI/APA - SSI9 nº 2555/67). (PZ)
8.1.68	SNI/APA	O marginado é prontuariado na APA. (Ref: Doc. anexo nº 3 Fls 3, na Entidade SNI/APA). (PR). (ACE 11840/67 - Anexo 16, fls 140 a mesma entidade)

Professor Manoel Alves de Oliveira - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

P. nº 1.101 86

MANOEL ALVES DE OLIVEIRA

FL - 4 -

DATA	FONTE	HISTÓRICO
05-12-68	DSI/MEC	Indicado em Lista Tríplice para preenchimento do cargo de Reitor da Universidade Rural do RGS, previsto no Quadro Único, aprovado pelo Decreto nº 62.143, publicado no DO da União em 02/02/68. (REF: Enc. nº 318/68 - ACE nº 21.415/68). (PT).
06.12.68	CIE (Infão)	Agrônomo e Professor. Externava-se como convicto marxista. Doutrinador perigoso pela argumentação fácil, quase sempre convincente e oportuna. Interrou a comissão central da Frente Nacionalista de Pelotas, quando da passagem por Pelotas/RS do presidente da Petrobrás, Cel JANARY NUNES. Debatis problemas relativos à reforma agrária com argumentação. Tomou parte ativa na preparação de um movimento no IPEAS, logo após o afastamento de Goulart da Presidência, com o intuito de tumultuar a situação. Curso cooperativista, proferiu violento discurso contra a sede do PTB. Em abr 64 foi preso e respoel IP instaurado pela Guarnição, por atividades subversivas, sendo posto em liberdade em 22 mai 64. Prega cooperativismo; tomou parte em reunião realizada na casa de ALVARO BRUNDA, quando se tratou da organização de "MUNICÍPIO LIVRE"; tomou parte em uma reunião na casa do trabalhador, onde houve pregação subversiva com distribuição de panfletos; concitou os trabalhadores a defender as Reformas de Base. Encontrava-se relacionado entre as pessoas que foram hóspedes do Gov MIGUEL ARRAS, conforme foi noticiado na imprensa paulista. "Estado de São Paulo", edição de 17 Jul 64. Foi ouvido no IPM instaurado no IPEAS e enquadrado como existente indícios veementemente de que tenha cometido os crimes capitulados nos Arts. 10, 11, 12 e 21 da Lei nº 1802 de 5 Jan 53. Foi enquadrado como incurso nos art 2 e 10 da lei nº 1802/53 e solicitada a cassação de seus Direitos Políticos, em relatório parcial remetido à 3ª DI. Figura na lista tríplice para preenchimento do cargo de Reitor Magnífico da Universidade Rural do Rio Grande do Sul. (REF: ACE nº 21.142/68 - Info 2.470/68). (FP)
19.12.68	DSI/MEC	Escolhido para compor a Lista Tríplice para o cargo de Reitor da Univ Rural do Rio Grande do Sul. A DSI/MEC considerou inconveniente o seu aproveitamento para o cargo indicado. (Ref. ACE 22.222/68 - Enc. 340/68). (PE)

Professor Manoel Alves de Oliveira - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

57
P. n.º. 1.101

MANOEL ALVES DE OLIVEIRA

FL - 5

DATA	FONTE	HISTÓRICO
30-12-68	SNI/APA	O marginado é prontuariado na APA. (REP.: ACE- 12.946/65, Doc em anexo nº 24, Fls 69, na Ent. SNI/APA.) FV
27.02.69	SNI/APA	Professor/RS. Componente de lista triplíce para o preenchimento do cargo de Reitor da Universidade Federal Rural de RS. (PELOTAS). (REP.; ACE nº 23.238/68) (FAC)
10.06.69	SNI/ GAM/BSB	RIC GRANDE DO SUL O marginado é acusado de comunista pelo Sr. José Braga, ex-Partido do Presidente da República, em razão de sua nomeação para a lista triplíce de candidatos à Reitoria da Universidade Federal Rural de Rio Grande do Sul. (REF/ ACE nº 1141/69) PE
05.09.69	IMPRESA OFICIAL	BRASILIA/DF O Pres da Rep assinou decreto, APOSENTANDO, de acôrdo com o Ato Institucional nº 5 de 13 dez 68, e tendo em vista o disposto no art. 1º, II do A.º Complementar nº 39 de 20 dez 68, o servidor <u>MANOEL ALVES DE OLIVEIRA</u> , marginado, que ocupa cargos na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, bem como declarar rescindidos os respectivos contratos, quando se tratar de servidor regido pela legislação trabalhista. (REF: DO nº 166 de 1.9.69) FK
17.11.69	SNI/APA	R.G.SUL Ficha individual do marginado. (REP: ACE-3.631/69) (FZ)

Professores José Pio de Lima Antunes e Manoel Alves de Oliveira - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

SNI/ARJ 5519
98

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO
- C I B -

Em 22 out 68 SNI/ARJ

PROTOCOLO
ACE Nº 21.142
24, 10, 68

INFORMAÇÃO Nº 2470/68/S-102-CIB

1. ASSUNTO Lista Tríplice - Cargo de Reitor Magnífico da UFR/RS

2. ORIGEM (ID/3) - III Ex

3. DIFUSÃO SNI/ARJ e DSI/MEC

O Conselho Universitário da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em reunião realizada dia 13 Set do corrente ano, escolheu a lista tríplice para preenchimento do cargo de Reitor Magnífico. O professor ERNEST PORTSCH, atual diretor da Faculdade de Agronomia e respondendo pelos encargos da Reitoria, encabeça a lista, completada com os professores JOSÉ PIO DE LIMA ANTUNES e MANOEL ALVES DE OLIVEIRA.

A referida lista deverá ser logo encaminhada ao Ministro TARSO DUTRA que submeterá seu escolhido ao Presidente da República.

A escolha dos candidatos acima parece de encomenda para a nomeação pura e simples do professor ERNEST PORTSCH, não só por ser ele o primeiro da relação, mas e principalmente, pelos nomes que o acompanham, de dois elementos visados pela Revolução Democrática de 31 Mar 64.

Nesta oportunidade, é necessário lembrar os seguintes fatos a respeito dos candidatos acima mencionados:

JOSÉ PIO DE LIMA ANTUNES: Advogado e professor. Fazia propaganda ideológica comunista na Faculdade de Direito de PELOTAS, juntamente com seu irmão APÉRIO ANTUNES.

Em julho de 1956 tomou parte em uma importante reunião comunista realizada em P. ALEGRE.

Em 1949 já era classificado como elemento reconhecidamente comunista, empregando métodos ponderados e sutis para propagar suas idéias: constava ter integrado a direção geral do extinto PC de PELOTAS.


Em 1964 foi ouvido em IPR instaurado na guarnição de PELOTAS/RS para apurar atividades políticas, ideológicas e subversivas nos corpos docentes e discentes dos estabelecimentos de ensino da cidade.

MANOEL ALVES DE OLIVEIRA: Agrônomo e Professor. Externava-se como convicto marxista. Contribuidor perigoso pela argumentação fácil, quase sempre convincente e oportuna. Integrou a comissão central do Frente Nacionalista de Pelotas, quando da passagem por PELOTAS/RS do presidente da PETROBRAS, Cel JAHARY NUNES.

Debatia problemas relativos à reforma agrária com argumentação socialista.

- Continua -

CONFIDENCIAL



Professores José Pio de Lima Antunes e Manoel Alves de Oliveira- Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

CONFIDENCIAL

(Continuação da Informação n.º 2470, 68 / S. 102 CIE de 22/10/63)

Tomou parte ativa na preparação de um movimento no IPEAS, logo após o afastamento de JOÃO GOULART da Presidência, com objetivo de tumultuar a situação.

Em seguida, proferiu violento discurso contra as FF AA na sede do PEB.

Em Abr 64 foi preso e respondeu IPM instaurada pela Guarnição, por atividades subversivas, sendo posto em liberdade no dia 29 Mai 64.

Prega cooperativismo; tomou parte em uma reunião realizada na casa de AMAURY ARRUDA, quando se tratou da organização de "grupos de onse"; tomou parte em uma reunião na Casa do Trabalhador, onde houve pregação subversiva com distribuição de panfletos; concitou os trabalhadores a defender as Reformas de Base.

Encontrava-se relacionado entre as pessoas que foram hóspedes do Gov MIGUEL ARRAS, conforme foi noticiado na imprensa paulista, "Estado de São Paulo", edição de 17 Jul 64.

Foi ouvido no IPM instaurado no IPEAS e enquadrado como existindo indícios veementes de que tenha cometido os crimes capitulados nos Art 10, 11, 12 e 24 da Lei nº 1802 de 5 Jan 53. Foi enquadrado como incurso nos Art 2 e 10 da Lei número 1802/53 e solicitada a cassação de seus Direitos Políticos, em relatório parcial remetido à 3ª DI.

ERNEST POETSCH: É oportunista, vaidoso, e capaz de manobras políticas que o colocam sempre como aproveitador da situação. A atual lista triplice evidencia sua influência no Conselho Universitário, colocando-o como candidato único à escolha, pois, os outros dois são banidos pela Revolução.

Sua administração atual, quando responde pelos encargos da Reitoria, é tida como fraca, principalmente na apreciação do corpo docente que o considerava extremamente falso e aproveitador de situações em benefício de sua pessoa.

Posição política de extrema direita nas aulas da Faculdade, mas apresentou-se ao Comando do 9º RI, no ano de 1964, para testemunhar em defesa de elementos subversivos como MANOEL ALVES DE OLIVEIRA.

No início deste ano, quando toda imprensa e a sociedade local repudiaram veementemente a passeata dos calouros das faculdades, pelas degradantes cenas de obscenidade e pornografia apresentadas, e as sociedades locais negaram-lhes suas dependências para o "balle dos calouros", ERNEST POETSCH franqueou-lhes as dependências da Faculdade de Agronomia.

Nestas circunstâncias, a lista triplice apresentada pelo Conselho Universitário parece-nos extremamente fraca e tendenciosa, quando na referida Faculdade existem homens como JOSÉ SOUZA SOARES ou MILTON BRANDI DA ROCHA, entre outros, de reconhecida capacidade administrativa e grande dignidade para merecer a nomeação de primeiro Reitor Magnífico da Universidade Rural do Rio Grande do Sul.

cc000



CONFIDENCIAL

Professor José Pio de Lima Antunes – Faculdade de Agronomia de Pelotas, da Universidade Federal Rural do RS

CONFIDENCIAL

5517
01
111
13.9.68

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE

PORTO ALEGRE, RS, 13.9.68

1. ASSUNTO : PROF JOSÉ PIO DE LIMA ANTUNES

2. ORIGEM : A P A

3. CLASSIFICAÇÃO : IDÔNEA, PROVÁVELMENTE VERDADEIRA.


4. REFERÊNCIA :

5. DIFUSÃO : A R J

SNI/ARJ
PROTOCOLO
ACE Nº 12812
25, 9 / 68

INFORME..... N.º 111 / SCI/ APA/ 19.68...
(13.....ST.19.2/ SS19...)

1. - O nominado é Professor da Faculdade de Agronomia de Pelotas, da Universidade Federal Rural do RS. Consta que está indicado para um alto cargo da Comisão direta do Presidente da República.
2. - Além de ter sido indiciado na Investigação Sumária procedida na UFRGS, logo após a revolução, esta Agência possui registros do nominado como elemento que insufla e lidera o ambiente de esquerda e contrário ao Governo, naquela Faculdade. É considerado, também, negligente, indiferente e superado.
3. - Esta Agência aguarda ainda novos informes, resultantes de investigações em procedimento.



CONFIDENCIAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 1- 11 DE ABRIL DE 1964

Doc. nº 2

ATO INSTITUCIONAL - D. O. U. - 11 DE ABRIL DE 1964

ART. 1º - SÃO MANTIDAS A CONSTITUIÇÃO DE 1946 E AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS E RESPECTIVAS EMENDAS, COM AS MODIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES ATO.

ART. 2º - A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, CUJOS MANDATOS TERMINARÃO EM TRINTA E UM DE JANEIRO DE 1966, SERÁ REALIZADA PELA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, DENTRO DE DOIS DIAS A CONTAR DESTES ATO, EM SESSÃO PÚBLICA E VOTAÇÃO NOMINAL.

§ 1º - SE NÃO FOR OBTIDO O QUORUM NA PRIMEIRA VOTAÇÃO, OUTRA REALIZAR-SE-Á, NO MESMO DIA, SENDO CONSIDERADO ELEITO QUEM OBTIVER A MAIORIA SIMPLES DE VOTOS; NO CASO DE IMPATE, PROSEGUIR-SE-Á NA VOTAÇÃO ATÉ QUE UM DOS CANDIDATOS OBTENHA ESSA MAIORIA.

§ 2º - PARA A ELEIÇÃO REGULADA NESTE ARTIGO, NÃO HAVERÁ INELEGIBILIDADES.

ART. 3º - O PRESIDENTE DA REPÚBLICA PODERÁ REMETER AO CONGRESSO NACIONAL PROJETOS DE EMENDA DA CONSTITUIÇÃO.

§ 1º - OS PROJETOS DE EMENDA CONSTITUCIONAL, ENVIADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SERÃO APRECIADOS EM REUNIÃO DO CONGRESSO NACIONAL, DENTRO DE TRINTA DIAS, A CONTAR DO SEU RECEBIMENTO, EM DUAS SESSÕES, COM O INTERVALO MÁXIMO DE DEZ DIAS, E SERÃO CONSIDERADOS APROVADOS QUANDO OBTIVEREM, EM AMBAS AS VOTAÇÕES, A MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DAS DUAS CASAS DO CONGRESSO.

ART. 4º - O PRESIDENTE DA REPÚBLICA PODERÁ ENVIAR AO CONGRESSO NACIONAL PROJETOS DE LEI SOBRE QUALQUER MATÉRIA, OS QUAIS DEVERÃO SER APROVADOS DENTRO, DIGO, DEVERÃO SER APRECIADOS DENTRO DE TRINTA DIAS, A CONTAR DE SEU RECEBIMENTO NA CÂMARA DE DEPUTADOS E DE IGUAL PRAZO NO SENADO FEDERAL; CASO CONTRÁRIO, SERÃO TIDOS COMO APROVADOS.

§ 1º - O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SE JULGAR URGENTE A MEDIDA, PODERÁ SOLICITAR QUE A APRECIÇÃO DO PROJETO SE FAÇA, EM TRINTA DIAS, EM SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL, NA FORMA PREVISTA NESTE ARTIGO.

ART. 5º - CABERÁ, PRIVATIVAMENTE, AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, A INICIATIVA DOS PROJETOS DE LEI QUE ORIEN OU AUMENTEM A DESPESA PÚBLICA; NÃO SERÃO ADMITIDAS, A ESTES PROJETOS, EM QUALQUER DAS CASAS DO CONGRESSO, EMENDAS QUE AUMENTEM A DESPESA PROPOSTA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

ART. 6º - O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EM QUALQUER DOS CASOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO, PODERÁ DECRETAR O ESTADO DE SÍTIO, OU PRORROGÁ-LO, PELO PRAZO MÁXIMO DE TRINTA DIAS; O SEU ATO SERÁ SUBMETIDO AO CONGRESSO NACIONAL, ACOMPANHADO DE JUSTIFICAÇÃO, DENTRO DE QUARENTA E OITO HORAS.

ART. 7º - FICAM SUSPENSAS, POR SEIS MESES, AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DE VITALICIEDADE E ESTABILIDADE.

§ 1º - MEDIANTE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA, NO PRAZO FIXADO NESTE ARTIGO, OS TITULARES DESSAS GARANTIAS PODERÃO SER DEBITOS OU DISPENSADOS, OU, AINDA, COM VENCIMENTOS E AS VANTAGENS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE SERVIÇO, POSTOS EM DISPONIBILIDADE, APOSENTADOS, TRANSFERIDOS PARA A RESERVA OU REFORMADOS, MEDIANTE ATO DO COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO ATÉ A POSSE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E, DEPOIS DA SUA POSSE, POR

ATO INSTITUCIONAL Nº 1- 11 DE ABRIL DE 1964

Nº PRO-CSS 42 3 246

POR DECRETO PRESIDENCIAL OU, EM SE TRATANDO DE SERVIDORES ESTADUAIS, POR DECRETO DO GOVERNO DO ESTADO, DESDE QUE TENHAM TENTADO CONTRA A SEGURANÇA DO PAÍS, O REGIME DEMOCRÁTICO E A PROIBIDA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PENAIS A QUE ESTEJAM SUJEITOS.

§ 2º - FICAM SUJEITOS ÀS MESMAS SANÇÕES OS SERVIDORES MUNICIPAIS. NESTE CASO, A SANÇÃO PREVISTA NO § 1º LHESSERÁ APLICADA POR DECRETO DO GOVERNADOR DO ESTADO, MEDIANTE PROPOSTA DO PREFEITO MUNICIPAL.

§ 3º - DO ATO QUE ATINGIR SERVIDOR ESTADUAL OU MUNICIPAL VITALÍCIO, CABERÁ RECURSO PARA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

§ 4º - O CONTROLE JURISDICCIONAL DESSSES ATOS, LIMITAR-SE-Á AO EXAME DAS FORMALIDADES EXTRÍNSECAS, VEDADA A APECIAÇÃO DOS FATOS QUE O MOTIVARAM, SEM COMO DA SUA CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE.

ART. 8º - OS INQUÉRITOS E PROCESSOS VISANDO À APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELA PRÁTICA DE CRIME CONTRA O ESTADO OU SEU PATRIMÔNIO E A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL OU DE ATOS DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA, PODERÃO SER INSTAURADOS INDIVIDUAL OU COLETIVAMENTE.

ART. 9º - A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, QUE TOMARÃO POSSE EM 31 DE JANEIRO DE 1966, SERÁ REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 1965.

ART. 10º - NO INTERESSE DA PAZ E DA HONRA NACIONAL, E SEM AS LIMITAÇÕES PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO, OS COMANDANTES-EM-CHEFE, QUE EDITAM O PRESENTE ATO, PODERÃO SUSPENDER OS DIREITOS POLÍTICOS PELO PRAZO DE DEZ ANOS E CASSAR MANDATOS LEGISLATIVOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, EXCLUÍDA A APECIAÇÃO JUDICIAL DESSSES ATOS.

§ UN - EMPOSSADO O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ESTE, POR INDICAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, DENTRO DE SESSENTA DIAS, PODERÁ APLICAR OS ATOS PREVISTOS NESTE ARTIGO.

ART. 11º - O PRESENTE ATO VIGORÁ DESDE A DATA DE, DIGO, DESDE A SUA DATA ATÉ 31 DE JANEIRO DE 1966; REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

RIO DE JANEIRO, 09, 9 DE ABRIL DE 1964 - (AS)

GEN. EX. ARTHUR DA COSTA E SILVA

TEN. BRIG. FRANCISCO ASSIS CORREIA DE NELLO

VICE ALM. AUGUSTO NAMANN RADENACKER GRUNEWALD.

Documento anexado aos autos de processos de intervenções e investigações do Regime Militar em Porto Alegre.

CONFIDENCIAL

103

ANÁLISE SOBRE AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS REALIZADAS NESTA CIDADE E EM OUTRAS CAPITAIS DO BRASIL E DO MUNDO

Após as manifestações estudantis realizadas nesta Capital, permitimo-nos fazer uma análise sucinta da história daqueles acontecimentos que tiveram início na França e se estenderam pelo mundo inteiro.

Sem pretendermos explicar o óbvio, queremos registrar que a estratégia do comunismo internacional visa a conquista do poder através de uma revolução global que, segundo as concepções de Lenine, seria feita através da massa proletária. Daí o célebre "slogan" proclamado por aquele líder comunista: "Proletários de todo mundo - uní-vos!"

Na época em que Karl Marx escreveu O Capital esta seria a técnica que de veria ser empregada pelos comunistas. Hoje, entretanto, com o advento do neo-capitalismo e do neo-colonialismo, que elevaram os níveis das classes proletárias, tornou-se impraticável essa revolução através da massa proletária.

Na atual conjuntura mundial, os comunistas resolveram apelar para os estudantes, deles fazendo sua "massa de manobra", utilizando-se também dos chamados intelectuais para a busca de seus objetivos.

Nessas manifestações ficou caracterizada a ação da linha comunista. Basta observar-se, na própria França, os fatos narrados pelas agências noticiosas, em que se constata as fotografias de Mao-Tse-Tung, Chê-Guevara e Rosa de Luchenburgo; a bandeira tricolor francesa chegando a ser rasgada para ser utilizado apenas o vermelho com símbolo da presença do comunismo internacional.

Por outro lado, o próprio operário francês aproveitou-se da agitação estudantil que, não se pode negar era ideológica, para tirar suas vantagens materiais - justas ou não - porém, não se uniu ao estudante.

Essas manifestações ocorreram, como sabemos, em todo mundo e o Brasil não poderia ficar à margem desses acontecimentos.

Em Brasília, por exemplo, a manifestação visava à liberação de verbas para o Ministério da Educação. Entretanto, os manifestantes portavam a bandeira do Viet-Cong, a esmifige de Chê-Guevara e o retrato de Fidel Castro.

- Que têm essas bandeiras e esmifige com a liberação de verbas, assunto ligado ao Ministério da Fazenda e não ao Ministério da Educação e Cultura?

- Se o problema era liberação de verba, e não ideológico, por que essas bandeiras, retratos e esmifige, já que os comunistas são partidários da autodeterminação dos povos?

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

2

Em Pôrto Alegre, quando da passeata estudantil, a efígie de Chê-Guevara era portada pelo primeiro bloco de estudantes, caracterizando, também, o fun do ideológico da manifestação.

Não resta dúvida de que os comunistas explicam as fissuras e as contradições internas normalmente existentes em qualquer administração para mobilizarem a opinião pública. No Brasil, empregam as técnicas e as táticas baseadas na guerrilha urbana e não mais na guerrilha rural, como o faziam antigamente. No próprio Viet-Cong eles evoluíram da guerrilha rural para a urbana.

Hoje, com a evolução e o conhecimento que têm as forças armadas regulares e com as ações táticas e técnicas da contra-guerrilha, tornou-se impraticável a guerrilha rural.

Também é impraticável o isolamento, com a instalação de um governo provisório, como se fazia na antiga conceituação de guerrilha. E, mais, dizem os grandes estrategistas do comunismo que a guerra revolucionária (da qual se voltou a falar com certa insistência e ela está sempre presente) visa a conquista da população e não a conquista do espaço. É absurdo pretender-se fazer a guerra revolucionária no interior, na montanha, nas atuais circunstâncias.

Hoje a montanha serve, unicamente, como zona de refúgio para os líderes já identificados na cidade.

Outro fator que apresentam os agitadores da ordem, para os objetivos favoráveis à guerrilha urbana, é sua extrema mobilidade, que visa a dificultar a ação das forças da ordem, porque, uma vez que estas se concentram, perdem terreno; se se dispersam, perdem força.

É esse um princípio elementar da tática que utilizaram em Pôrto Alegre. Se a guerrilha rural já exigia um número enormemente superior para a manutenção da ordem (para cada guerrilheiro eram necessários dez das forças legais), o guerrilheiro urbano exige de um para vinte. Se os agitadores contarem com 1.000, as forças legais, para neutralizá-los, deverão dispor de 20.000 para que não haja dispersão, em face da grande mobilidade dos agitadores, sem a conseqüente perda de força.

Deve-se assinalar que a guerrilha urbana não visa à tomada da cidade, mas ao desgaste do poder legal e à sabotagem da economia da Nação.

Em França foi assim. Alegando a falsa tese da liberdade de manifestação, porque é curial que a liberdade de um vai até onde não prejudica a liberdade de outrem, promoveram as passeatas e manifestações, tumultuando a vida da cidade, dificultando o tráfego, retardando o retorno ao lar daqueles que trabalharam de seis a oito horas. Assim procedendo, os agitadores estão seguindo a tática de guerrilha urbana, desgastando o poder legal. Por fim, a revolta daquele operário, daquele funcionário, daquele comerciante que retorna ao trabalho em busca de um justo e merecido repouso junto a seus familiares, volta-se contra o poder legal que não teve condições de garantir-lhe o direito mais elementar de ir e vir para o trabalho!

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

- 3

Quando há a depredação de uma viatura, de um automóvel, o primeiro impacto é contra aqueles que produziram o dano. Mas, passado o momento emocional, o lesado se vira contra o poder legal, que não foi capaz de garantir seu direito de propriedade.

Quando os jornais falam em passeatas pacíficas, como a do Rio de Janeiro, não refletem a verdade em seu mais puro sentido. Elas são pacíficas enquanto ou até quando não é pixada, por exemplo, a casa de um jornalista, se for particular; porque, no momento em que esse jornalista tiver de remover os "slogans" pixados em sua casa e for forçado a pintá-la, então sentirá que a passeata não foi tão pacífica, como noticiou, porque causou prejuízo à sua propriedade.

O que visam os agitadores, na guerrilha urbana, é realmente o desgaste do poder legal e a intimidação da população. Porque, a população, não se sentindo amparada pelo poder legal, omite-se, não se manifesta com seu apoio ativo e, sim, intimida-se, não se mostrando nem favorável ao poder legal nem aos agitadores. E é isso o que visa a guerra urbana, com essas passeatas. Porque, quando o comércio fecha uma hora antes do horário normal, sofre um prejuízo direto, causando um prejuízo indireto ao governo, que deixa de arrecadar.

Em França, quando da agitação estudantil, houve essa intimidação da população, que se omitiu. Quando o General De Gaulle, de regresso da Hungria, almoçou com os generais e, às 17.00 horas, determinou a entrada em ação das Divisões Blindadas francesas - até então empregadas apenas no recolhimento do lixo - o povo se sentiu amparado pelo poder legal e aí houve a reação e realizou uma passeata tão grande ou maior do que aquelas que os estudantes fizeram. Depois, esse mesmo povo inflingiu aquela fragorosa derrota nas esquerdas, do conhecimento geral, quando da realização das eleições de junho.

A eles não interessa a recuperação da nação. Haja vista que a França era um dos países de melhor situação econômica da Europa, quando da eclosão dos acontecimentos de maio p. passado. O Governo do General De Gaulle havia colocado a Nação francesa em tais condições financeiras como há longos anos isso não acontecia. Depois disso, teve a França de recorrer ao próprio FMI para se reequilibrar financeiramente.

Dá-se concluído que a guerrilha urbana, apresentada pelos comunistas, não visa ao emprego da arma de fogo: sua principal arma é a psicológica!

Naquele país, com uma população estudantil de cerca de 600 000 estudantes, somente 20 000 ativistas conseguiram mobilizar outros 100 000, o que significa 1/5 da unidade estudantil francesa. Os 80 000 restantes eram, segundo consta, apenas constituídos de inocentes úteis ou dos chamados "bobos-tolos."

Aqui, entre nós, essa minoria é mais insignificante mas conseguiu arrastar, inclusive, padres e freiras e os chamados intelectuais.

Parece-nos que, ao Governo, basta que não ceda em sua autoridade para que o Brasil não se veja novamente arrastado a problemas que somente viriam a trasar a atual fase de desenvolvimento e reequilíbrio financeiro. Parece-nos, também, que o princípio de autoridade deve ser mantido, aplicando-se, a cada caso, os dispositivos legais previstos na Constituição Federal.

CONFIDENCIAL

106
4
CONFIDENCIAL

Por outro lado, acreditamos que um dos grandes problemas brasileiros refere-se à Imprensa. Esta não reflete, na maioria das vezes, a opinião pública da Nação. Basta que se leia o editorial de um jornal, com duas exceções, para constatar-se que ele não reflete, também, a opinião da empresa jornalística a que pertence, já que a manchete diz uma coisa e o editorial e a notícia dizem outra.

Sómente o "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, expressa-se em seu editorial, notícia e manchete a opinião própria do jornal - francamente esquerdista. Assim também "O Globo", também do Rio de Janeiro, cujo editorial, manchete e notícia coincidem.

De resto, como em Porto Alegre, o "Correio do Povo" e a "Zero Hora", o editorial diz uma coisa e a notícia diz outra completamente diferente.

É que seus dirigentes pensam de uma forma e seu corpo redatorial de outra, já que, entre os jornalistas gaúchos, há até elementos com curso na Universidade de Patrício Lamumba, de Moscou.

Porto Alegre, RS, 17 de julho de 1968.



CONFIDENCIAL